



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA**

LÚCIO ALVES PEDROSA

**A PRODUÇÃO DO SUJEITO E DOS SENTIDOS PEDAGÓGICOS NA
SOCIOEDUCAÇÃO: ASPECTOS ATRIBUÍDOS POR UMA EQUIPE
MULTIDISCIPLINAR E ADOLESCENTES ATENDIDOS PELO
COMVIVA EM CARUARU-PE**

**CARUARU
2024**

LUCIO ALVES PEDROSA

**A PRODUÇÃO DO SUJEITO E DOS SENTIDOS PEDAGÓGICOS NA
SOCIOEDUCAÇÃO: ASPECTOS ATRIBUÍDOS POR UMA EQUIPE
MULTIDISCIPLINAR E ADOLESCENTES ATENDIDOS PELO COMVIVA EM
CARUARU-PE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Contemporânea.

Área de concentração: Educação

Orientador: Prof. Dr. Fernando da Silva Cardoso

Caruaru

2024

Catálogo de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Pedrosa, Lucio Alves.

A produção do sujeito e dos sentidos pedagógicos na socioeducação: aspectos atribuídos por uma equipe multidisciplinar e adolescentes atendidos pelo COMVIVA em Caruaru-PE / Lucio Alves Pedrosa. - Recife, 2025.

151f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea, 2024.

Orientação: Fernando da Silva Cardoso.

Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Socioeducação; 2. Subjetividade; 3. Sentidos pedagógicos; 4. Equipe multidisciplinar. I. Cardoso, Fernando da Silva. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

LUCIO ALVES PEDROSA

**A PRODUÇÃO DO SUJEITO E DOS SENTIDOS PEDAGÓGICOS NA
SOCIOEDUCAÇÃO: ASPECTOS ATRIBUÍDOS POR UMA EQUIPE
MULTIDISCIPLINAR E ADOLESCENTES ATENDIDOS PELO COMVIVA EM
CARUARU-PE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Contemporânea.

Área de concentração: Educação

Aprovado em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fernando da Silva Cardoso (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof.^a Dr.^a. Carla Patrícia Acioli Guaraná (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Prof.^a. Dr.^a. Rita de Cássia Souza Tabosa Freitas (Examinador Externo)
Universidade de Pernambuco – UPE

Prof.^a. Dr.^a. Delma Josefa da Silva (Examinadora Externa)
Universidade de Pernambuco – UPE

Prof.^a. Dr. Mario de Faria Carvalho (Suplente Interno)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof.^a. Dr.^a. Carolina Lopes de Oliveira (Suplente Externa)
Universidade Federal Fluminense - UFF

A subjetividade não é um ponto de partida estável, mas um processo dinâmico, uma construção em constante movimento que emerge de relações, forças e encontros. Portanto, não é um ponto fixo, mas um movimento, um devir. Não se define pelo que somos, mas pelas multiplicidades que atravessamos.

Gilles Deleuze

Essa escrita é dedicada especialmente à cada adolescente
que conheci ao longo do percurso dessa pesquisa...

Que me fez repensar a caminhada

Que me fez ressignificar a prática docente

Que me fez querer ser mais humano

Que me fez olhar mais atentamente o outro com menos
julgamento e mais afeto

Que me ensinou muito mais do que eu poderia supor que
ensinaria

Que me fez desconfiar, e querer resistir aos ritos que
obedientemente seguimos!

AGRADECIMENTOS

Gostaria de realizar essa etapa, fazendo um questionamento: E se você pudesse reviver uma linda história da sua vida? E se você pudesse recriá-la? E se essa oportunidade fosse bagunçar todos os seus planos e viesse carregada de responsabilidades e até mesmo de medos? Você aceitaria? EU ACEITEI!

E vivi uma das mais lindas experiências que alguém pode viver. Eu senti na pele, várias sensações e sensibilidades durante essa jornada. Mas, seguindo meu propósito, eu pude dar vida a um projeto que relaciona a vida de muitas pessoas, e hoje sinto a alegria de uma missão cumprida.

Nunca permita que alguém coloque limites nos seus sonhos. Nunca permita que alguém diga que o seu tempo já passou. Deus nos mostra que o tempo certo sempre será o dele e agradeço sempre por isso.

No final do ano de 2021, quando minha vida parecia planejada e organizada, eu recebi o resultado do processo seletivo do mestrado, e fui aprovado. E com isso, aquela que se tornaria uma das maiores missões da minha vida.

Foi uma das maiores experiências, entendi o significado da palavra RESILIÊNCIA...

À Minha esposa Nete, minhas filhas Lara e Lívia, minha mãe Maria e meu pai Luiz (in memória), toda família, meu muito obrigado por serem meus maiores apoiadores, inspiradores e amores, meu suporte e minha força. Vocês são o meu porto seguro, com amor e ao meu lado em todos os momentos dessa jornada.

Ao meu professor Fernando Cardoso, meu orientador, muito obrigado pela oportunidade e confiança, um ser humano especial, uma linda história de vida e conquistas; A sua generosidade, carinho, sensibilidade, acolhimento, atenção ultrapassam o papel de orientação, gratidão por tudo, por me ouvir e me acalmar em algumas situações, para você o meu carinho, respeito e admiração para todo sempre. Obrigado por ter me permitido viver esse sonho.

A professora Carla Acioli, professora Rita de Cássia e a Professora Delma Josefa, muito obrigado. As partilhas de conhecimento, foram propositivas na construção da pesquisa, ter vocês como integrantes da minha banca, fortalecem o compromisso com as propostas acadêmicas.

A todos os meus amigos que contribuíram direta e indiretamente nessa jornada que se iniciou com o sonho de ser pedagogo e agora seguiu para o mestrado; obrigado pelas partilhas, trocas, abraços, sorrisos e companhia.

Minha família, meu professor e amigos, vocês são o meu time, a melhor parte dessa jornada, amo vocês e serei eternamente grato por tudo.

A todos professores (as) da Universidade Federal de Pernambuco – CAA; ao acolhimento desde o início por todos, deixo aqui a minha gratidão por todos os ensinamentos.

Agradeço a todos os profissionais do COMVIVA, por me aceitar e fazer parte da minha pesquisa, em todos os momentos fui recebido de braços abertos, gratidão pelas narrativas. Aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa, nessa mesma instituição, por me aceitarem e pela confiança em relatar momentos e vivências de uma realidade difícil, mas na certeza de dias melhores.

Hoje me sinto um ser humano mais realizado e confiante, e sigo em busca de outros sonhos, a minha missão ainda não acabou.

Essa não é uma despedida. Eu sigo honrando tudo que a vida está me dando de presente. Hoje um lindo ciclo da minha vida se encerra e deixo aqui algumas lições.

Estude muito, você sempre terá algo a aprender.

Entenda que todos nós temos os nossos pontos fracos, aqueles que precisam dar mais atenção, trabalhe neles. Mas jamais se envergonhe deles.

Seja autêntico o suficiente para se manter fiel ao que você acredita, aos seus princípios e valores.

Seja belo naquilo que os olhos não podem ver.

Alimente o amor-próprio e se deixe florescer.

Se orgulhe da sua história. Faça história. Seja a história.

Jamais esqueça das tuas raízes e do solo fértil que te fez ser quem tu és.

Honre aqueles que são os seres mais importantes da tua vida, a tua família e aqueles que se tornaram família de coração.

Seja grato a todos que de alguma maneira, já te ajudaram em algum momento da tua vida.

Seja grato a quem já te incentivou. Seja um incentivador.

Viva intensamente todas as oportunidades que te forem ofertadas, é dos pequenos momentos que a tua história se tornará gigante!

RESUMO

A presente pesquisa busca cartografar os sentidos que são mobilizadas desde as práticas socioeducativas desenvolvidas no Centro de Educação Popular Comunidade Viva – COMVIVA, no município de Caruaru-PE. São valorizados aspectos ligados às subjetividades, de modo que o estudo problematiza os sentidos pedagógicos produzidos neste contexto a partir das vivências e narrativas de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de liberdade assistida e da equipe multidisciplinar que os(as) acompanha. Metodologicamente, a investigação decorre de uma perspectiva cartográfica, com o auxílio de observações e diálogos com adolescentes e profissionais. Objetivos Específicos - Identificar as concepções dos adolescentes e da equipe multidisciplinar, sobre os sentidos pedagógicos na medida socioeducativa; Analisar as estratégias utilizadas pela equipe multidisciplinar para lidar com os desafios e articulações do trabalho socioeducativo; Discutir sobre os processos de subjetivação e os dispositivos de poder presentes nas práticas socioeducativas. Os dispositivos empregados enquanto caminho de pesquisa têm no diário de bordo a sua organização, com o objetivo de valorizar as vozes dos sujeitos, as observações e outras informações complementares. A partir do processo cartográfico, identificamos as concepções dos adolescentes sobre as medidas socioeducativas, analisando as estratégias utilizadas pela equipe multidisciplinar para lidar com os desafios do trabalho socioeducativo, ainda, que refletir sobre os processos de subjetivação e os dispositivos de poder presentes nas práticas socioeducativas é um caminho potente para ampliar os horizontes compreensivos neste universo e tema. A partir das narrativas, é possível relacionar que a socioeducação é assumida como um dispositivo disciplinar multifacetado e que a rede que opera na inclusão e exclusão dos sujeitos reforça paradigmas que, muitas vezes, modulam as experiências da socioeducação com base em técnicas e discursos externos e ligados a diferentes instituições e normas. Os sentidos pedagógicos que são presentes neste espaço da socioeducação podem ser, assim, representados enquanto um dispositivo que atua na produção de novas dinâmicas e discursos que circulam e repercutem de diferentes maneiras na educação, no direito, assistência e outros lugares da sociedade, tecendo uma trama disciplinar que articula relações de forças e produz o próprio sujeito da socioeducação. A socioeducação é, portanto, um campo de produção e exercício de dinâmicas de poder que moldam a organização das ações voltadas aos adolescentes em conflito com a lei para além do espaço institucional e educacional. Os dispositivos de controle estruturam as práticas e os sentidos pedagógicos sobre elas, assim como produzem as subjetividades ao passo que agenciam as experiências.

Palavras-Chave: Socioeducação; Subjetividade; Sentidos Pedagógicos; Equipe Multidisciplinar.

ABSTRACT

This research aims to map the meanings that are mobilized by the socio-educational practices developed at the Community Living Popular Education Center – COMVIVA, in the city of Caruaru-PE. Aspects linked to subjectivities are valued, so that the study problematizes the pedagogical meanings produced in this context based on the experiences and narratives of adolescents serving socio-educational measures of supervised release and the multidisciplinary team that accompanies them. Methodologically, the investigation proceeds from a cartographic perspective, with the help of observations and dialogues with adolescents and professionals. Specific Objectives - Identify the conceptions of adolescents and the multidisciplinary team about the pedagogical meanings in socio-educational measures; Analyze the strategies used by the multidisciplinary team to deal with the challenges and articulations of socio-educational work; Discuss the processes of subjectivation and the power devices present in socio-educational practices. The devices used as a research path are organized in the logbook, with the objective of valuing the voices of the subjects, the observations and other complementary information. From the cartographic process, we identified the adolescents' conceptions about socio-educational measures, analyzing the strategies used by the multidisciplinary team to deal with the challenges of socio-educational work, and reflecting on the processes of subjectivation and the power devices present in socio-educational practices is a powerful way to broaden the horizons of understanding in this universe and theme. Based on the narratives, it is possible to relate that socio-education is assumed as a multifaceted disciplinary device and that the network that operates in the inclusion and exclusion of subjects reinforces paradigms that often modulate the experiences of socio-education based on external techniques and discourses linked to different institutions and norms. The pedagogical meanings that are present in this space of socio-education can thus be represented as a device that acts in the production of new dynamics and discourses that circulate and have repercussions in different ways in education, law, assistance and other places in society, weaving a disciplinary web that articulates power relations and produces the very subject of socio-education. Socio-education is, therefore, a field of production and exercise of power dynamics that shape the organization of actions aimed at adolescents in conflict with the law beyond the institutional and educational space. Control device's structure practices and the pedagogical meanings about them, as well as producing subjectivities while managing experiences.

Keywords: Socioeducation; Subjectivity; Pedagogical Senses; Multidisciplinary Team.

LISTA DE SIGLAS

ADS	Agente Socioeducativo
ASE	Assistente Socioeducativo
CASE	Centro de Atendimento Socioeducativo
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEDCA	Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNDH	Conselho Nacional dos Direitos Humanos
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
COMVIVA	Centro de Educação Popular Comunidade Viva
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DGPA	Diretoria Geral da Política de Atendimento
DH	Direitos Humanos
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EDH	Educação em Direitos Humanos
FUNASE	Fundação de Atendimento Socioeducativo
FUNDAC	Fundação da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Política Econômica Aplicada
LA	Liberdade Assistida
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentária
LOA	Orçamentária Anual
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MNDH	Movimento Nacional de Direitos Humanos
MNMMR	Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
MSE	Medida socioeducativa
NAI	Núcleo de Atendimento Integrado
PE	Pernambuco
PIA	Plano Individual de Atendimento
PNDH	Programa Nacional de Direitos Humanos

PNEDH	Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
PPA	Plano Plurianual
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONU	Organização das Nações Unidas
SAM	Sistema de Atendimento ao Menor
SDH	Secretaria de Direitos Humanos
SEACAD	Superintendência Estadual de Atenção à Criança e ao Adolescente
SGD	Sistema de Garantia de Direitos
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SIPIA	Sistema de Informação Para Infância e Juventude
TJPE	Tribunal de Justiça de Pernambuco
UF	Unidades da Federação
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UPE	Universidade de Pernambuco
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1. PARA PENSAR CAMINHOS NA SOCIOEDUCAÇÃO: SUBJETIVIDADES E MUDANÇA SOCIAL	14
1.1 Mapear teórico: Agenciamentos na socioeducação	21
2. CONTEXTOS, DISPOSITIVOS E DOMÍNIOS	33
2.1 O sujeito na socioeducação: Um olhar sobre subjetividade e poder.....	33
2.2 Socioeducação e sentidos pedagógicos: Controle de corpos e biopoder.	41
2.3 Subjetividade e realidade social.....	46
3. CARTOGRAFANDO EXPERIÊNCIAS: MAPAS DE PERCURSOS SOCIOEDUCATIVOS	55
3.1 O cartógrafo como pesquisador de campo: Imersão e relações tecidas.....	55
3.2 As lentes cartográficas e seus dispositivos: pistas para traçar os caminhos	63
3.3 Mapeando os espaços coletivos e dialogando com os sujeitos.	67
3.4 Acompanhamento socioeducacional: Percursos e desafios.	88
4. REPERTÓRIOS E MAPAS: ENTRE NARRATIVAS E A PRODUÇÃO DOS SENTIDOS	93
4.1 Sentidos pedagógicos na socioeducação.....	93
4.2 Produção da subjetividade nas relações de poder	109
4.3 Aspectos atribuídos: Dispositivos de agenciamentos socioeducativos.....	122
5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES POSSÍVEIS	135
REFERÊNCIAS	139
ANEXO.....	146
APÊNDICES	147

1. PARA PENSAR CAMINHOS NA SOCIOEDUCAÇÃO: SUBJETIVIDADES E MUDANÇA SOCIAL

Esta pesquisa investiga os processos de construção identitária e os significados atribuídos à educação por uma equipe multidisciplinar e por adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. A partir da análise do conceito de socioeducação, compreendida como um conjunto de práticas educativas direcionadas a esses jovens, busco compreender como essas ações influenciam a construção de seus projetos de vida. As análises teóricas e empíricas das práticas socioeducativas revelam as complexidades e a riqueza desse campo, proporcionando novas perspectivas sobre os processos de aprendizagem e desenvolvimento desses sujeitos.

A produção da subjetividade pode ser enriquecida pela noção de subjetivação (Foucault, 1988; 1990; e Deleuze, 1992). Essa noção é frequentemente acompanhada de termos como 'formas', 'modos' e 'processos', que indicam a natureza contínua e dinâmica da subjetivação, ou seja, ela não é um estado fixo, mas sim uma construção em constante transformação.

A socioeducação é como uma estrada com múltiplos caminhos a serem explorados e compreendidos. O processo de explorar e compreender esses múltiplos caminhos não garante uma compreensão simplificada da socioeducação. Assim, compreender as relações e os contextos nos quais a socioeducação se constitui, marcada por continuidades, rupturas e complexidades, é fundamental.

Esta dissertação, proposta de uma pesquisa-intervenção cartográfica, busca traçar caminhos que possibilitem novas experiências, processos criativos e invenções, a partir da reflexão e problematização das formas de sociedade e seus agenciamentos desiguais. Ao longo da pesquisa-intervenção cartográfica, os encontros foram considerados momentos cruciais para compreender as dinâmicas e complexidades da instituição, desde as atividades cotidianas até as relações entre os membros da equipe multidisciplinar. Através de encontros e diálogos com os adolescentes e a equipe multidisciplinar, a pesquisa buscou mapear os saberes locais e as resistências existentes, visando contribuir para a construção mais democrática e participativa.

O princípio da cartografia como rizoma pode ser mapeado, um processo que possibilita entradas múltiplas. O rizoma pode ser acessado por meio de infinitos pontos de entrada, remetendo a outros pontos de seus territórios. Um paradigma, através das suas reproduções enquanto mapa, revela uma complexidade e diversidade, relacionada a uma

lógica do devir¹, explorando e descobrindo novas facetas. No rizoma, busquei o encontro com as múltiplas linhas de fuga e, nesse sentido, as possibilidades de conexões, percepções, cortes e aproximações são múltiplas. Ao desconstruir hierarquias fixas, o rizoma possibilita perspectivas de novas formas, caminhos e inúmeros devires, encontrando assim, a transversalidade. Nesse processo cartográfico, somos constituídos pelas linhas, assim como nossos mapas. As linhas se entrecruzam, se transformam e se modificam mutuamente:

Sobre a produção da subjetividade está alinhada com esse modo de pensar, considerando-a plural, polifônica, produzida por instâncias individuais, coletivas e institucionais. “Assim, em certos contextos sociais, a subjetividade individua-se; uma pessoa tida como responsável por si própria posiciona-se no seio das relações de alteridade regidas pelos familiares, costumes locais, leis jurídicas” (Guattari 1992, p. 15).

A pesquisa busca em suas amplas explorações de diversos aspectos existenciais e acadêmicos, ampliar o escopo do tema e os caminhos investigados. Uma das contribuições dessa pesquisa para o campo teórico consiste na adoção de uma prática investigativa que busca compreender as subjetividades e suas particularidades, analisando como se constroem as linhas desse mapa subjetivo.

A socioeducação, que tem como foco a reinserção social, possui uma dupla dimensão: sancionatória e pedagógica. Neste contexto, além da fundamentação teórica da educação, é fundamental compreender os aspectos legais que regem essa prática. Esta dissertação busca articular a construção da subjetividade do adolescente e os sentidos pedagógicos da socioeducação, considerando que as medidas socioeducativas ocorrem em diferentes contextos, como a privação de liberdade e a liberdade assistida. Essa articulação é essencial para compreender como os adolescentes vivenciam essas medidas e como os processos educativos podem contribuir para sua transformação.

As medidas socioeducativas de liberdade assistida², aplicadas a adolescentes, possuem um caráter marcadamente social e pedagógico. Seu objetivo principal é contribuir para a reinserção social desses jovens, promovendo a (re)construção de seus projetos de vida e futuro. Por meio de ações educativas, busca-se oferecer oportunidades para o

¹A subjetividade, nesta pesquisa, tem sua caracterização a partir dos estudos em Deleuze. Sendo compreendida como o modo introspectivo, causado, pelo encontro com outro, neste caso, com o grupo, como forma de conhecer os sentimentos, de se auto perceber nos seus diferentes modos de ser, sentir e de se pronunciar: singularidades e potencialidades do ser/existir. O devir fomentado por um rizoma.

² De acordo com o ECA, art. 118: “A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de **acompanhar, auxiliar e orientar** o adolescente”

desenvolvimento da cidadania, a inclusão social e a construção da autonomia. Embora existam diversos questionamentos sobre os fatores que levam adolescentes a cometer atos infracionais e sobre as melhores formas de ressocializá-los, esta pesquisa não se aprofunda na análise das causas jurídicas ou sociais que levam à aplicação da medida socioeducativa:

A liberdade assistida pretende tratar o menos em situação irregular, em seu meio natural para que se evite a intencão. No estágio atual de sua evolução, é considerada como uma das modalidades do tratamento em meio livre, como medida alternativa ao tratamento institucional (Albergaria, 1991, p.12).

Compreender como as subjetividades se entrelaçam nas dinâmicas de produção de sentidos, e como as relações de poder influenciam essas construções ao longo do processo? Nesse contexto, é fundamental compreender os adolescentes em suas particularidades subjetivas, como sujeitos em desenvolvimento e portadores de direitos, vulneráveis às situações de vida e às relações de poder que os circundam. Essa compreensão exige uma abordagem multidisciplinar que transcenda a linguagem técnica e se aprofunde na análise das subjetividades, investigando os processos de constituição identitária. É preciso considerar as diversas dimensões da subjetividade, desde as experiências individuais até as influências sociais e culturais, para que se possam desenvolver políticas públicas, culturais e sociais mais eficazes, especialmente nos programas e atendimentos interdisciplinares voltados para a adolescência.

Ao falar em produção de subjetividade, a partir do pressuposto de que ela não é pré existente à sociedade, mas sim um processo contínuo e socialmente construído, como afirmam Hardt e Negri (2001). Ao compreender a produção de subjetividades como um fenômeno social, busco uma perspectiva abrangente que leve em consideração a heterogeneidade e as complexas relações de forças que moldam essa realidade. As subjetividades, portanto, são dinâmicas e moldadas pelas transformações históricas. As subjetividades contemporâneas diferem das do passado em função das mudanças sociais que as influenciam:

A subjetividade não é passível de totalização ou de centralização no indivíduo. Subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro social. A subjetividade por entre linhas, como propositora dos processos de diferenciação, sendo responsável por lidar com possibilidades de novas cooperações, mediante a complexidade do devir, o atravessamento contextual histórico da identidade (Guattari, 1996, p.31).

A adolescência é um período de descobertas, onde os jovens exploram novos caminhos e buscam construir seus próprios valores. Esse processo não é estático, mas sim um processo dinâmico construído nas interações sociais, onde os jovens ampliam seus horizontes e se transformam ao longo do tempo. Esse processo de construção identitária também se aplica aos adolescentes em conflito com a lei. É fundamental que o Estado ofereça oportunidades para que esses jovens assumam suas responsabilidades e se desenvolvam de forma integral, sem serem desumanizados. A socioeducação desempenha um papel crucial nesse contexto, pois ela pode promover a transformação social e pessoal dos adolescentes, auxiliando-os a construir projetos de vida e a desenvolver habilidades para a cidadania. É fundamental que a socioeducação evite abordagens padronizadas e valorize a singularidade de cada jovem:

O adolescente precisa compreender os motivos externos que contribuíram para seus modos operandis e modos de vivendis de ser, estar e agir no mundo, deve compreender as razões porque seu modo de ser e pensar consequenciaram em cumprimento de medida socioeducativa (Costa, 2006, p. 58).

A educação desempenha um papel fundamental na formação integral do indivíduo, especialmente na adolescência. É nesse período que os jovens desenvolvem as habilidades necessárias para refletir sobre suas ações, compreender suas circunstâncias e construir projetos de vida. Ao dialogar com adolescentes e a equipe multidisciplinar, esta pesquisa busca compreender como a educação contribui para o desenvolvimento desses jovens, considerando as dimensões social, emocional e intelectual. O diálogo, nesse contexto, emerge como uma ferramenta pedagógica que promove a reflexão e a construção de sentidos.

Nesse contexto, a abordagem cartográfica permite explorar as narrativas, sensibilidades e subjetividades dos adolescentes e da equipe multidisciplinar, aproximando suas vivências em relação ao acesso à educação. Ao mapear essas experiências, questionando as práticas atuais e construindo um olhar mais crítico sobre as condições e subjetividades que permeiam a educação e a proteção social. Essa abordagem permite questionar as práticas estabelecidas e buscar novas formas de compreender e transformar a realidade.

Pensar a cartografia³, como propõe Mansano (2003), é romper com a ideia de uma representação estática e rígida da realidade. A cartografia nos convida a acompanhar os fluxos

³ Na cartografia, enquanto uma metodologia de pesquisa-intervenção, afirma-se um rompimento com a dicotomia entre conhecer-analisar e intervir-produzir efeitos, uma vez que o ato de intervir é efeito indissociável do ato de conhecer. Habitar o campo já é modificá-lo, portanto, ao pesquisar também se intervém.

e transformações que ocorrem cotidianamente nos meios sociais e nas subjetividades. Mapas sociais e subjetivos são territórios em constante mutação, caracterizados pela multiplicidade e incompletude.

A cartografia, como metodologia de pesquisa-intervenção, supera a separação entre conhecer e agir. Ao habitar o campo, o pesquisador intervém no próprio objeto de estudo, modificando-o ativamente. Essa interação é inerente à prática cartográfica, acompanhando os movimentos de uma paisagem em constante transformação.

As relações sociais e subjetividades, em constante movimento, formam e reformam-se continuamente, dando origem a configurações provisórias e instáveis. A cartografia nos permite dar visibilidade a essas dinâmicas, compreendendo que os mapas são construções sociais e históricas, sempre em processo de reconfiguração:

A cartografia surge como um princípio do rizoma que atesta, no pensamento, sua força performática, sua pragmática, princípio inteiramente voltado para uma experimentação ancorada no real. Nesse mapa, justamente porque nele nada se decalca, não há um único sentido para a sua experimentação nem uma mesma entrada (Deleuze; Guattari, 1995, p. 21).

Através da análise das histórias de vida de adolescentes em conflito com a lei e das práticas das equipes multidisciplinares, esta pesquisa busca desvelar as complexidades que envolvem a juventude em situação de vulnerabilidade. Ao explorar as relações de poder, as desigualdades sociais e as dinâmicas institucionais, pretende-se contribuir para a construção de um olhar mais crítico e reflexivo sobre as causas da violência e da exclusão social, visando a promoção de políticas públicas mais justas e equitativas.

As trajetórias que levam indivíduos a determinadas situações são marcadas por singularidades e subjetividades. Questões como 'Como cheguei até aqui?', 'O que me trouxe a este ponto?' e 'Por que as coisas são assim?' permeiam os relatos de vida e são cruciais para compreender as experiências individuais. Ao dar voz aos participantes da pesquisa, esses relatos enriquecem o material empírico e oferecem uma perspectiva única sobre os contextos sociais e históricos.

Compreender a emergência de instituições socioeducativas em Caruaru-PE, analisando seus objetivos, funcionamento e impactos na vida dos jovens. A investigação se concentrará nas relações interpessoais estabelecidas nesses espaços, nos mecanismos de controle e nas formas de subjetivação. A pesquisa questiona se essas instituições, ao mesmo tempo em que

oferecem acolhimento e escuta, também contribuem para a construção de novas identidades e comportamentos, ou se reproduzem as mesmas dinâmicas sociais que levaram os jovens a essas instituições.

Com o objetivo de compreender como as equipes multidisciplinares do Centro de Educação Popular Comunidade Viva (COMVIVA) em Caruaru, Pernambuco, atuam no acompanhamento de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de liberdade assistida, este estudo se propõe a analisar os processos e ações pedagógicas por eles desenvolvidos. O COMVIVA, uma instituição referência na área de educação popular, oferece programas de atendimento e acompanhamento a adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Através de uma abordagem interdisciplinar, a instituição busca promover a reinserção social desses jovens, contribuindo para a construção de projetos de vida e o exercício da cidadania. Este estudo se justifica pela importância de compreender como as práticas pedagógicas desenvolvidas no COMVIVA contribuem para a proteção social, a construção de subjetividades e o desenvolvimento de práticas pedagógicas significativas, especialmente no contexto do cumprimento de medidas socioeducativas.

As inquietações dessa pesquisa, surgem como proposta de um caminhar na perspectiva da produção dos sujeitos, ressaltando os mapas construídos e as subjetividades. As produções e os sentidos de vivências em uma sociedade constituída por mobilizadores e suas subjetividades, despertando o humano de cada um e suas interações sociais. Como essas práticas cotidianas mobilizam os rumos de nossas ações? Os funcionamentos e relacionamentos como dispositivos de agenciamentos nas relações subjetivas? Como as vivências e narrativas direcionam esse caminhar? Como esses diálogos trilham para a produção desse sujeito? Que olhares são produzidos nessas relações? E como elas caminham nos campos para ampliar as políticas públicas, para reverter quadros evidenciados na sociedade?

Para tanto, os seguintes caminhos foram trilhados a partir da análise dos dados coletados, pretende-se identificar as concepções dos adolescentes sobre as medidas socioeducativas, analisar as estratégias utilizadas pela equipe multidisciplinar para lidar com os desafios do trabalho socioeducativo e refletir sobre os processos de subjetivação e os dispositivos de poder presentes nas práticas socioeducativas.

A análise dos dados e das produções na socioeducação permite identificar os aspectos subjetivos mobilizados e as possibilidades de novos caminhos. Essa análise possibilita (re)criar perspectivas que configurem e formulem estratégias para outros percursos, abrindo

espaço para novas questões e problematizações. Assim, construir mapas a partir das trajetórias percorridas, considerando os encontros e as aberturas que se apresentaram no campo de estudo.

Seguindo os passos daqueles que me inspiraram, escrevo agora em primeira pessoa, buscando não apenas cumprir uma formalidade, mas compartilhar as experiências, descobertas e, sobretudo, as sensações vividas no campo. Despertar concepções e reflexões neste mapeamento, buscando novas perguntas que possam gerar outras e, assim, contribuir para uma representação mais profunda da realidade, baseada em vivências e narrativas pessoais. É importante destacar que esta pesquisa aborda temas de natureza subjetiva. Para melhor organizar as ideias e facilitar a compreensão do leitor, optei por uma estrutura dividida em capítulos, cada um explorando um aspecto específico do tema central.

Neste primeiro capítulo, apresento os principais elementos que nortearam a pesquisa "Para pensar caminhos na socioeducação: subjetividades e mudança social". Meu objetivo é analisar os processos de construção identitária dos adolescentes, evidenciando as agências e as relações sociais que moldam suas trajetórias. Ao longo da pesquisa, busco compreender as experiências dos adolescentes como marcadas por momentos de descoberta, medo, incerteza e angústia, inerentes à fase da adolescência. Acredito que esses elementos são cruciais para a construção de suas subjetividades e identidades.

O segundo capítulo, "Contextos, dispositivos e domínios", aborda os dispositivos, enfrentamentos e domínios simbólicos presentes na socioeducação, analisando as situações e realidades encontradas em diferentes contextos e territórios. Além disso, o capítulo discute as dificuldades e desigualdades que se refletem nas subjetividades dos envolvidos.

O terceiro capítulo, intitulado "Cartografando experiências: mapas de percursos socioeducativos", apresento o método escolhido para a pesquisa e os caminhos trilhados, bem como as lentes cartográficas e os dispositivos utilizados para traçar esse percurso. Discutir a construção de um espaço coletivo de diálogo com os sujeitos, reunindo os aspectos que indicam as linhas e trajetórias da pesquisa. Por fim, apresento meu diário de bordo, no qual registro os achados e encontros ocorridos durante a pesquisa de campo.

O quarto capítulo, intitulado "Repertórios e mapas: entre narrativas e a produção dos sentidos", apresento as aproximações e descobertas realizadas durante a pesquisa. Nele, são detalhadas as conversas com a equipe multidisciplinar e adolescentes, compreendendo seus desdobramentos, narrativas, experiências e vivências. Além disso, são apresentados os achados da pesquisa, bem como novas perguntas e caminhos a serem explorados.

Essas questões proporcionam possíveis mobilizações e não se encerram em si mesmas. Elas não têm uma resposta final, mas sim um ponto de partida, na continuidade, buscando e aprendendo sobre as relações estabelecidas. Elas iniciam um movimento de busca e resgate que pode ser revisitado a qualquer momento, permitindo ao sujeito seguir ou modificar seu percurso. Esses caminhos se abrem para novas sensibilidades, experiências e vivências.

A força matriz para a transformação social: uma análise interdisciplinar das narrativas que se entrecruzam nos processos socioeducativos. Buscando ampliar a compreensão sobre a socioeducação, esta pesquisa propõe uma reflexão sobre as articulações discursivas e as experiências subjetivas que permeiam esses processos. A partir de um levantamento bibliográfico sobre o estado da arte da socioeducação, pretende-se cartografar as diversas experiências e vivências que configuram os percursos socioeducativos, buscando identificar elementos que contribuam para a construção de práticas mais inclusivas e transformadoras em diferentes contextos e relações.

Esta pesquisa visa ampliar o debate sobre a construção de mapas socioeducativos, propondo novos caminhos e aprofundando reflexões sobre seus aspectos e elementos. Através de questionamentos, buscar estimular a criação de novos percursos e a exploração de territórios ainda não mapeados. Além disso, estimular a reflexão sobre as possibilidades e desafios desse trilhar, a fim de contribuir para a inovação e o aprimoramento das práticas socioeducativas.

Com o objetivo de impulsionar a discussão sobre a criação de mapas socioeducativos, esta pesquisa apresenta novas abordagens e explora em profundidade seus componentes e características. Por meio de questionamentos, busca-se incentivar o desenvolvimento de novas metodologias e a investigação de áreas ainda não exploradas. Adicionalmente, pretende-se estimular a análise das oportunidades e dificuldades inerentes a esse processo, visando contribuir para a inovação e o aprimoramento das práticas socioeducativas.

1.1. Mapear teórico: Agenciamentos na socioeducação

Mobilizando os percursos de intercessores anteriores, pretendo refletir sobre caminhos já trilhados, questionamentos ampliados e futuros a seguir. Busco cartografar os agenciamentos, dispositivos e narrativas que se entrecruzam na socioeducação, buscando entender como as disputas epistêmicas e problematizações já existentes podem me guiar nessa jornada de descobertas e sentidos.

As dissertações e teses selecionadas para esta pesquisa foram encontradas em buscas realizadas em bases de dados eletrônicas. Optou-se por uma busca integrativa da literatura, considerando relevantes os trabalhos com abordagens qualitativas. Com o objetivo de aprofundar a revisão bibliográfica e identificar novas contribuições, realizei uma busca no catálogo de teses da CAPES. Esse repositório oferece um acervo abrangente, com fichas bibliográficas de periódicos científicos, muitos deles disponíveis gratuitamente. A análise das pesquisas selecionadas permitiu identificar as contribuições da literatura sobre o tema, evidenciando a produção dos sujeitos, os aspectos pedagógicos da equipe multidisciplinar e as perspectivas dos adolescentes.

Com os avanços no campo dos direitos humanos, os reflexos na vida de um segmento tão vulnerável da população se intensificaram, especialmente para aqueles desprovidos de acesso aos direitos sociais e legais previstos. Essa pesquisa, além de buscar resultados e métodos, constitui uma busca pessoal por novas perspectivas sobre a socioeducação e as práticas desenvolvidas nos espaços onde ela é aplicada. O objetivo é compreender de forma mais aprofundada o que é (re)produzido nesses ambientes, tanto em relação aos dispositivos para adolescentes quanto às interações entre as equipes multidisciplinares. Nesse movimento de busca, direcionei meus esforços para compreender as produções da Capes⁴, especialmente as pesquisas realizadas a partir do descritor 'socioeducação':

Os avanços no campo dos direitos humanos têm sido cruciais para a ampliação de oportunidades e a redução das desigualdades sociais, especialmente para aqueles grupos historicamente marginalizados e desprovidos de acesso pleno aos direitos sociais e legais. No entanto, é fundamental reconhecer que as disparidades persistem e que é necessário intensificar os esforços para garantir a efetivação desses direitos para todos (Silva, 2018, p.123).

Utilizando o termo 'socioeducação' como lente de análise, é possível observar a especificidade deste campo de estudo. Verifica-se que as pesquisas sobre socioeducação, especialmente no âmbito da educação, ainda são relativamente escassas. A maioria das dissertações e teses sobre o tema concentra-se em áreas como serviço social, psicologia e direito. Em minha busca no banco de dados, identifiquei 328 (trezentos e vinte e oito) trabalhos que têm a socioeducação como foco central.

⁴ O Banco de Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, é uma plataforma que tem como objetivo facilitar os acessos a informações sobre teses e dissertações defendidas junto a programas de pós-graduação do país, além de disponibilizar informações estatísticas acerca deste tipo de produção intelectual, e faz parte do portal de periódicos da instituição. Site: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/>

A escolha da palavra, está diretamente relacionada ao objetivo da pesquisa: investigar os caminhos da socioeducação, utilizando elementos como pistas para construir nosso mapa de investigação. Ao trilhar essa jornada, busco problematizar e refletir sobre questões como: medidas socioeducativas, sentidos pedagógicos, questões protetivas, narrativas e subjetividades dos adolescentes e o trabalho da equipe multidisciplinar em instituições de medidas socioeducativas. Com a perspectiva em aprofundar e ampliar as discussões sobre esses temas.

Do total de trabalhos analisados, 218 (duzentos e dezoito) são dissertações de mestrado, 53 (cinquenta e três) são de mestrado profissional, 50 (cinquenta) são teses de doutorado e 7 (sete) são trabalhos de natureza profissionalizante. O período de análise compreendeu os anos de 2004 a 2022, período escolhido por marcar o início das investigações mais sistemáticas sobre socioeducação no Brasil. Os resultados evidenciam um crescimento significativo no número de trabalhos dedicados ao tema nos últimos anos, o que pode ser atribuído às lutas sociais por direitos e à ampliação da legislação específica para a área.

A pesquisa em socioeducação reflete a diversidade de abordagens e conhecimentos presentes em diversas áreas. Ao analisar as produções científicas do período, identifiquei um conjunto de objetivos, propostas e elementos que se entrelaçam, oferecendo um panorama abrangente da temática. Os números revelam a importância da socioeducação como campo de estudo, com interseções em diversas áreas do conhecimento.

Dentre essas, 35 (trinta e cinco) apresentam relação direta com nossa pesquisa. No entanto, identificamos uma lacuna significativa: a escassez de estudos que se concentram na produção de subjetividade e nos sentidos pedagógicos, a partir das perspectivas de adolescentes e equipes multidisciplinares. Poucas pesquisas exploram essas dimensões de forma aprofundada. Para preencher essa lacuna, esta pesquisa se debruça sobre essa proposta. A seguir, apresentamos um panorama das pesquisas que mais se aproximam de nossa investigação.

Um ponto que suscitou questionamentos na pesquisa do estado da arte e suas descobertas diz respeito à escassez de pesquisas sobre socioeducação em outras regiões e estados durante o período analisado. Essa constatação direciona o olhar para a necessidade de aprofundar a discussão sobre os motivos dessa lacuna. A análise da distribuição geográfica das pesquisas revela uma disparidade significativa, com destaque para o estado de Pernambuco, onde foram encontradas apenas 05 (cinco) pesquisas sobre socioeducação no período de 2004 a 2022.

A maior parte das pesquisas concentrou-se nas regiões Sul (103), Sudeste (106) e Nordeste (49). No caso da Região Nordeste, que foi o foco principal deste estudo, a distribuição por estado foi a seguinte: Pernambuco (5), Bahia (18), Ceará (11), Paraíba (9) e Rio Grande do Norte (6). As demais regiões apresentaram os seguintes números de pesquisas: Norte (10) e Centro-Oeste (60).

Nessa perspectiva, a presente pesquisa busca estabelecer relações entre as descobertas empíricas e a produção de subjetividade, a partir da singularidade dos percursos individuais. Os resultados são apresentados em categorias temáticas, visando identificar conexões e questionamentos que contribuam para a construção de um mapa analítico. A seleção dos estudos se fundamenta em sua relevância para a compreensão do sistema socioeducativo, permitindo aprofundar as reflexões sobre as complexidades desse campo. Os achados são organizados em eixos temáticos, a fim de evidenciar os principais direcionamentos da pesquisa.

Assim, cabe destacar a seleção de pesquisas que apresentam características e proximidades com nossa questão, apontando reflexões e problematizações no sistema socioeducativo. Nesse sentido, os autores que destacamos como possíveis interlocutores, além disso, a partir dos achados da pesquisa, destacamos pistas e rizomas como direcionamentos para futuras investigações.

Conforme aponta Lira (2017) em seu estudo sobre a educação na socioeducação, é fundamental analisar as práticas pedagógicas que ocorrem em unidades de privação de liberdade, a fim de compreender como a educação se configura nesse contexto.

Na mesma direção, Sant'anna (2020) aponta para a importância das práticas educativas na socioeducação. O presente trabalho, por sua vez, tem como objetivo avaliar a efetividade dessas práticas na promoção da autonomia e investigar os sentidos que elas assumem nos projetos de vida pessoal e profissional de adolescentes em conflito com a lei, avaliando sua contribuição para a promoção da autonomia.

Diante desse contexto, aprofundar a compreensão sobre a produção de sentido nas práticas pedagógicas em unidades socioeducativas, essa temática foi referência nos estudos de Andrade (2017). Onde seu objetivo é analisar como os sentidos atribuídos às práticas pedagógicas se configuram em duas instituições específicas: o CENSE São Francisco, em Piraquara-PR, e o Centro de Socioeducação de Curitiba. Através da análise das perspectivas e do processo de escolarização nesses centros, pretende-se contribuir para o debate sobre a importância da produção de sentido na socioeducação.

Em minha pesquisa, busco elementos para a construção de mapas conceituais, refletindo sobre que tipo de educação está presente na socioeducação. Quais as bases teóricas que a sustentam? Qual a importância de pesquisar essa temática? Essas inquietações levam a refletir sobre as complexidades presentes nas práticas educativas desenvolvidas em instituições e nos atendimentos aos adolescentes em conflito com a lei. Com o objetivo de compreender as diversas narrativas e subjetividades que moldam as perspectivas epistemológicas e suas trajetórias históricas no contexto da socioeducação.

As autoras conectam a teoria com a prática, oferecendo novas perspectivas sobre adolescentes em conflito com a lei e medidas socioeducativas. A complexidade do tema exige um olhar abrangente, considerando as diversas dimensões que influenciam a vida desses jovens, como aspectos sociais, econômicos, familiares, educacionais e culturais.

Lira, aborda as relações que envolvem esses adolescentes e seus direcionamentos, quando relata sobre as expectativas:

As cobranças da sociedade para com esses sujeitos são altas, mas as condições de educação e socioeducação proporcionadas a eles para construírem um novo projeto de vida e relação, não acompanha o mesmo grau de exigência imposto pela sociedade. Ou seja, são formuladas grandes expectativas para os adolescentes (2017, p. 134).

Questões que versam sobre as abordagens de Braz (2021), como 'A produção de sujeitos no centro de atendimento socioeducativo de Santa Maria/RS', são centrais para este estudo. Enquanto novas possibilidades de práticas inclusivas surgiam, as análises e práticas do centro de atendimento socioeducativo se concentravam nas problematizações das subjetividades, entre a dominação disciplinar e as práticas de si.

O estudo de Braz, serve como lente para analisar as práticas do centro de atendimento, que, apesar de se apresentarem como inclusivas, ainda se encontram marcadas por relações de poder e processos de subjetivação. A autora aprofunda a discussão, analisando a produção desses sujeitos e os discursos que os constituem, ampliando o olhar sobre as dinâmicas presentes nesses espaços:

Desse modo, aborda muitas questões levantadas, e esses estudos trazem outras inquietações e provocações, que seguirão a partir daqui. Pois as escritas apontam muito mais do que resultados ou convicções acerca da educação e/ou sujeitos nelas implicadas. Mobiliza um exercício de responsabilizações das verdades ao longo das caminhadas (2021, p.122).

A autora, partindo da premissa de que somos constituídos pelos discursos, aprofunda sua análise teórica, adentrando a última fase dos estudos de Michel Foucault. Nesse período, o filósofo busca compreender não apenas as relações de poder e saber, mas também os modos de subjetivação que nos constituem como sujeitos. Ao fazer isso, a autora investiga como é possível resistir a ações governamentais cada vez mais intrusivas.

Proponho uma análise histórica do conceito de socioeducação, buscando compreender sua formação e desenvolvimento. Particularmente, interessa-me explorar as relações entre a socioeducação, a construção de subjetividades e as atribuições de sentido pedagógico por parte da equipe multidisciplinar e adolescentes.

Na pesquisa de Agliardi (2007) sobre "Histórias de vida de adolescentes com privação de liberdade: como narram a si e aos outros", encontro pistas importantes para compreender a formação da identidade desses jovens. Agliardi, sociólogo especializado em estudos sobre juventude, adota uma perspectiva foucaultiana para analisar a subjetividade dos adolescentes, articulando-a com outros autores como Bakhtin.

Como apontado por Agliardi, as narrativas ampliam as possibilidades de encontro e construção de subjetividades, permitindo que os adolescentes construam novas identidades e compreendam suas experiências de forma mais profunda. Ao narrar suas histórias, os jovens não apenas expressam seus sentimentos e pensamentos, mas também ressignificam suas trajetórias e negociam significados com os outros, desafiando as representações sociais sobre a juventude em conflito com a lei:

Partindo da ideia de que as histórias de vida de adolescentes envolvidos com atos infracionais seria uma espécie de lupa para olhar de forma ampliada e explorar as possibilidades e questões implicadas nas formas pelas quais os adolescentes autores de atos infracionais, chegam a ser o que são, e como as subjetividades ocorrem nos contextos. (Agliardi, 2007, p. 85).

A pesquisa sobre adolescentes em conflito com a lei, ao aprofundar nas histórias de vida desses jovens, funciona como uma lente de aumento, permitindo explorar de forma mais detalhada as questões e as possibilidades implicadas nas trajetórias que os levaram a essa situação. Essa abordagem possibilita uma análise mais aprofundada das subjetividades construídas nesse contexto.

Outro ponto articulado está relacionado às sensibilidades, devido aos sentimentos muito frequentes nesse contexto e durante esse processo, como apontado no trabalho de Santos (2012), sobre: da alegria à tristeza profunda: 'A execução das medidas socioeducativas

em meio aberto nos discursos das educadoras'. A partir de uma abordagem e realizando análises dos discursos produzidos e dos dados extraídos das entrevistas.

Santos, aborda as construções e possibilidades através dos diálogos como:

A construção do receptivo projeto possibilita que essas diversidades sejam postas à mesa para debates e assim dialogadas possam ser (re) pensadas, (re) construídas sempre com vistas à atenção para os adolescentes como pessoa em desenvolvimento. Não se pretende, por óbvio, que tal projeto se imponha como uma linha específica sobre a maneira de fazer a socioeducação (2012, p. 97).

Paixão (2021), em sua pesquisa, intitulada "Histórias que não devem virar pó", chama a atenção para a necessidade de investigar as experiências de técnicos do sistema socioeducativo. Ao analisar essas experiências, a autora demonstra como diferentes sistemas de dominação se entrelaçam no cotidiano dessas instituições, moldando práticas, espaços e relações. Essa perspectiva, pouco explorada academicamente, permite compreender de forma mais profunda como esses sistemas constituem os sujeitos e as experiências por eles vividas, contribuindo para um debate mais aprofundado sobre as dinâmicas de poder presentes no sistema socioeducativo.

Seguindo a mesma linha de pesquisa, Oliveira (2021) aprofunda a discussão sobre 'Os modos de fazer na socioeducação: perspectivas de profissionais do meio aberto'. O presente trabalho tem como objetivo identificar e analisar as práticas concretas desenvolvidas por profissionais que atuam ou já atuaram em serviços de medidas socioeducativas em meio aberto com adolescentes. Busca-se, além disso, contextualizar essas práticas no cenário mais amplo da socioeducação, caracterizando os diferentes modos de pensar e agir presentes nesse campo.

Oliveira, menciona as metodologias, os movimentos horizontais e os movimentos de escuta:

Foram mencionados, também, a escuta participante em movimentos coletivos. Ambos os aspectos foram importantes nas trajetórias dos profissionais. A escuta compreendida como parte da metodologia da convivência de vínculos, escuta autêntica e horizontal dos usuários, bem como efeitos de aproximação das verdadeiras demandas (2021, p. 125).

Adolescentes que vivenciam múltiplos atravessamentos violentos, muitas vezes herdados de suas famílias, sofrem impactos profundos em seus territórios. Essa realidade dificulta a construção de vínculos saudáveis e a escuta empática de suas necessidades.

Com as contribuições do trabalho de Costa (2014) sobre as funções do educador social na política de socioeducação do Paraná, propõe uma discussão aprofundada sobre o papel desse profissional no atendimento a adolescentes privados de liberdade em Centros de Socioeducação do estado. A pesquisa, de natureza documental, utiliza como fonte principal relatórios de gestão empregados na formação e orientação dos servidores que atuam no sistema socioeducativo.

As aproximações com a pesquisa do autor, por meio de suas contextualizações e inquietações, possibilitaram uma discussão aprofundada sobre o papel do educador social na política de socioeducação do Paraná. Essa reflexão ampliou o meu campo de pesquisa, permitindo que eu investigasse o papel das equipes multidisciplinares em contextos mais amplos.

Costa, pontua que:

Essas inquietações possibilitaram as discussões sobre o papel do educador social, inserido na política de socioeducação do estado do Paraná, buscando compreender, a função se materializou nas propostas das ações socioeducativas e nas definições das funções dos educadores sociais e nos contextos (2014, p. 135).

A proposta de ação socioeducativa suscita inquietações sobre a construção de identidades e sentidos pedagógicos por equipes multidisciplinares. Nesse sentido, a pesquisa de Behr (2016), intitulada "Ressignificando o papel do educador no contexto das medidas socioeducativas", apresenta uma proposta alternativa para a atuação do educador nesse campo.

Assim, aponta Behr, como refletir sobre essas produções:

Socioeducar exige trabalho em rede, conseqüentemente, a intenção respeitosa entre os servidores e entre estes, os adolescentes e seus familiares é a base para o convívio nos contextos socioeducativos. Promovendo as práticas restaurativas na socioeducação com vistas à resolução pacífica de conflitos (2016, p. 136).

Inseridos em um sistema altamente complexo, os profissionais necessitam desenvolver uma visão e práticas baseadas no pensamento complexo e na ética da inclusão, visando à produção de sentido para aqueles que, muitas vezes, só se tornam visíveis quando praticam atos infracionais.

Em sua pesquisa, Reis aprofundou-se na análise das experiências e vivências de adolescentes privados de liberdade no estado do Paraná. O autor investigou as articulações

entre diferentes aspectos da socioeducação, buscando compreender como as potencialidades desses jovens podem ser mobilizadas para superar as adversidades enfrentadas:

Para o embasamento dessa investigação, recorreremos às premissas da Psicologia Sócio-Histórica, buscando, a partir dos pressupostos, considerar o sujeito adolescente em seus aspectos históricos e completamente, tendo como intervenções as vivências e experiências em seus contextos sociais e familiares (Reis, 2012, p.177).

Nessa perspectiva, aprofundar as reflexões sobre as políticas públicas direcionadas a adolescentes em conflito com a lei e seus familiares, investigando as condutas e dinâmicas envolvidas. A pesquisa também busca articulação ao analisar as vivências e experiências abordadas pela autora.

De tal modo, como aponta Lopes, em seu estudo sobre as medidas socioeducativas em meio aberto em Santa Maria e Santo Ângelo, é necessário um olhar mais atento para propostas e perspectivas que possibilitem novas direções para a socioeducação de adolescentes. A proposta converge com a nossa pesquisa ao direcionar o olhar para a problematização das medidas socioeducativas em meio aberto, buscando novas perspectivas para a sua efetivação:

Um olhar mais preventivo, construindo um conjunto, com quem cumprirá a medida, o que de fato criará um novo ciclo na vida dessas pessoas que, por conseguinte em grande número de vezes não retornará aos atos infracionais ou evoluirá para caminhos outros (2021, p. 91).

Proporcionar espaços de diálogo através dos quais se busca, coletivamente, restaurar vínculos, reparar danos e promover a responsabilização, possibilitando a integração e a participação. Dessa forma, são reiterados os movimentos de segregação e exclusão, a vulnerabilidade social que acomete muitos desses adolescentes faz com que eles tenham experiências de adultos, sem de fato o serem.

Desta maneira, a linha de investigação, Melo (2016), em seu estudo sobre "O dispositivo socioeducação na inclusão e exclusão: histórias de vida", oferece valiosas contribuições. A autora, por meio de uma análise dialógica das histórias de vida, busca compreender como a socioeducação atua tanto como um mecanismo de inclusão quanto de exclusão dos sujeitos. Essa abordagem permite uma investigação profunda das experiências individuais e suas relações com as dinâmicas sociais e institucionais.

Melo, observa a socioeducação e seus dispositivos como:

A socioeducação como dispositivo, produz práticas discursivas que circulam e atuam em diversos lugares da sociedade, assim, inscreve-se num jogo de poder, articula estratégias de relações e forças e produz um discurso que estabelece regras de conduta para gerir a vida dos socioeducandos. (2016, p. 140).

Ao analisar a socioeducação como um dispositivo, percebo que ela está imersa em relações de poder. Através da produção de discursos específicos, a socioeducação articula estratégias que visam moldar as condutas e as vidas dos indivíduos, influenciando diversos espaços sociais.

Mobilizar rizomas coletivos e identificar agenciamentos e dispositivos é um objetivo desta pesquisa. Assim, buscar aprofundar o entendimento sobre as condições e contextos que favorecem a emergência de práticas educativas emancipatórias. Inspirando-nos em Santos (2013), que em sua pesquisa sobre a socioeducação em meio aberto destaca as potencialidades e desafios desse campo, pretendendo analisar como os adolescentes em conflito com a lei podem se engajar em processos de transformação social. Além disso, alinhar nossa pesquisa com as proposições de Barbosa (2018) sobre redes educativas e emancipação social, buscando articular diferentes saberes e práticas para a construção de projetos educativos mais justos e inclusivos.

Esta pesquisa busca contribuir para a construção de um campo de conhecimento que valorize as experiências e saberes locais, promovendo a articulação transdisciplinar e transversal entre diferentes áreas do conhecimento.

Santos, apresenta sobre os encontros e suas concepções:

Nesse sentido, pode-se dizer que a aplicação das medidas socioeducativas constitui o ponto de encontro entre a socioeducação e o adolescente em conflito com a lei, encontro este que parece se dar, conforme modelos específicos de educação voltados para esses adolescentes, mas por meio de concepções gerais de trabalho de cunho educativo (Santos, 2013, p. 159).

A proposta enfatiza a importância de inserir o adolescente em uma unidade acolhedora que seja compatível com suas habilidades e interesses, alinhada aos princípios estabelecidos. A proposta apresenta reflexões sobre como os programas de atendimento socioeducativo podem contribuir para o desenvolvimento dessas habilidades e interesses.

Ainda, abordando sobre essas questões, Barbosa, aborda que:

Observando toda a história em que se atuou com base nas questões pautadas nos avanços e retornos à vida em sociedade, a partir dos novos modos de inserção por parte daqueles que cometeram atos infracionais. Contribuir através dos processos

educativos e ampliar as discussões por meio educativo e emancipatório (2018, p. 120).

A fim de compreender as possibilidades de práticas emancipatórias em uma educação voltada para questões sociais, a autora aprofunda o projeto educativo emancipatório proposto por Santos (2009). A partir desse embasamento, busca identificar caminhos para efetivar um projeto educativo que promova a emancipação.

Com o objetivo de aprimorar o sistema socioeducativo, é fundamental estabelecer mecanismos que responsabilizem os adolescentes por seus atos infracionais, articulando políticas públicas eficazes e promovendo a garantia de seus direitos humanos. Ao superar os desafios atuais, buscar trilhar novos caminhos nas experiências socioeducativas, tornando-as mais acessíveis e eficientes.

Buscar atender e entender as obrigações legais da garantia do direito à educação. Ao mesmo tempo, propondo que as medidas socioeducativas garantam elementos pedagógicos significativos, como a construção de projetos de vida, o desenvolvimento de habilidades sociais e o fortalecimento dos vínculos familiares. A liberdade assistida, como uma das medidas socioeducativas, tem sido objeto de algumas pesquisas. Nesse contexto, a socioeducação surge como um campo de conhecimento fundamental para compreender e intervir nessa realidade.

A socioeducação é conceituada de diversas formas, sendo frequentemente definida como educação social ou popular. No entanto, outras abordagens a concebem como um processo de transformação social, visando a construção de cidadania e a inclusão social. Ao se preocupar com a dimensão social, a socioeducação busca compreender as condições de vida dos adolescentes em conflito com a lei e construir práticas pedagógicas que promovam a transformação social.

É fundamental problematizar e criar espaços para que os adolescentes em atendimento possam discutir, intervir, narrar e expressar suas subjetividades. Na socioeducação, esses sentidos pedagógicos assumem uma dimensão ainda mais relevante devido à importância das interações e relacionamentos estabelecidos.

Fundamentado, no que diz respeito aos direitos da criança e do adolescente, as relações pedagógicas na socioeducação direcionam a reconstrução de saberes, tornando os adolescentes sujeitos questionadores e autônomos, como defende Freire, em um processo de verdadeira aprendizagem. Assim, tanto os adolescentes quanto os educadores se constituem como sujeitos em constante construção e reconstrução de saberes.

Os parâmetros de segurança nas instituições são direcionados pelos sentidos pedagógicos, definindo as relações interpessoais, a organização do tempo e o uso dos recursos didáticos. O campo teórico da socioeducação, com base em autores como Deleuze, Guattari, Zanella, Foucault, oferece um conjunto de ferramentas para analisar e transformar essas realidades. A socioeducação, ao articular os eixos de desenvolvimento moral, mental, físico e social, proporciona oportunidades para a formação integral dos adolescentes.

Em minha experiência na área, busquei compreender como os processos socioeducativos influenciam a construção das subjetividades dos jovens. Ao longo dessa jornada, identifiquei pontos de ligamento propositivos na busca da investigação sobre as questões relacionadas sobre socioeducação. Na próxima sessão, apresentarei uma análise mais detalhada desses processos, utilizando os agenciamentos e contextos e seus dispositivos de domínio, aprofundar a análise dessas ferramentas, explorando como elas constroem os espaços de interação com os sujeitos.

2. CONTEXTOS, DISPOSITIVOS E DOMÍNIOS

Alguns sentidos direcionam o olhar para as particularidades e as causas das desigualdades enfrentadas por adolescentes em conflito com a lei. Nesse contexto, é fundamental refletir sobre os efeitos e as demandas das relações estabelecidas por esses jovens, bem como sobre as escolhas que os levam à prática de atos infracionais. A partir disso, questionar quais oportunidades podem ser oferecidas para que esses adolescentes se tornem o centro das políticas sociais?

Percorrer jornadas individuais e coletivas por meio de agenciamentos é uma oportunidade para refletir sobre nossas próprias histórias, com o apoio necessário para superar as dificuldades e encurtar as distâncias que nos separam dos nossos objetivos.

Ao explorar nossas subjetividades, compreender como somos constituídos por nossas experiências, contextos e relações. Ao mesmo tempo, reconhecer a influência de forças externas que nos moldam e conectam a outros indivíduos e grupos. A metáfora dos rizomas, que se ramificam e se conectam de forma complexa, ilustra como nossas subjetividades se entrelaçam, formando um tecido social heterogêneo. Ao explorar essas conexões, podemos construir um sentido de comunidade e solidariedade. São questões abordadas nesse capítulo.

2.1 O sujeito na socioeducação: Um olhar sobre subjetividade e poder

Essa pesquisa propõe aprofundar a análise dos processos de subjetivação vivenciados por adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. A partir das contribuições teóricas de Deleuze, Guattari e Foucault, exploraremos os conceitos de imanência, nomadismo, fluxos e agenciamentos para compreender as experiências singulares desses jovens. Questionando, em particular, os objetivos e as razões do cumprimento⁵ das medidas socioeducativas, buscando identificar os múltiplos fatores que influenciam esse processo:

Aprofundar a análise dos processos de subjetivação vivenciados por adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Ao utilizar as contribuições teóricas de Deleuze, Guattari e Foucault, explorar os conceitos de imanência, nomadismo, fluxos e agenciamentos para compreender as experiências singulares desses jovens,

⁵ As medidas socioeducativas, que constituem o ponto de encontro entre a socioeducação e o adolescente em conflito com a lei, estão previstas no artigo 112 do ECA e dividem-se em medidas de privação de liberdade (internação e semiliberdade) e de meio aberto (prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida) e poderão ser aplicadas quando verificada e devidamente apurada a prática de um ato infracional pelo adolescente.

questionando, em particular, os objetivos e as razões do cumprimento dessas medidas (Silva, 2023, p. 15).

A sociedade lança um olhar estigmatizante sobre adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, invisibilizando suas perspectivas de futuro. Essa visão preconceituosa julga as situações e ignora as potencialidades desses jovens, muitos deles com baixa escolaridade e vivendo em vulnerabilidade social. É fundamental que a equipe multidisciplinar promova diálogos que permitam construir novas perspectivas para esses adolescentes.

Uma relação que me faz refletir sobre a construção da identidade em um mundo padronizado. A minha própria experiência me mostrou que a construção da identidade para aqueles que não se encaixam nos padrões sociais é mais longa e desafiadora. Por um longo período, ouvi discursos normativos como 'Não se encaixar nos meios sociais ou esse lugar não é para você', que criaram barreiras e internalizei esses discursos, tanto os que os reproduzem quanto os que os recebem.

Essa experiência me levou a refletir sobre a teoria de Guattari e Rolnik, que propõem a ideia de uma subjetividade fabricada e modelada pelas forças sociais. Essa perspectiva ajuda a entender como as diversas composições sociais produzem as nossas subjetividades, moldando nossos desejos, comportamentos e percepções de nós mesmos.

O capitalismo contemporâneo molda subjetividades que se encaixam nos padrões do neoliberalismo. As desigualdades sociais, perpetuadas ao longo do tempo, moldam hábitos e costumes, sendo, por sua vez, influenciadas por eles. As mídias, com seu vasto alcance, desempenham um papel crucial nesse processo, incentivando o consumo excessivo e promovendo uma falsa sensação de poder e liberdade, ao estabelecer padrões de beleza, sucesso e felicidade que, muitas vezes, são inalcançáveis para a maioria da população. Dessa forma, as mídias contribuem para a perpetuação de um ciclo de consumo e conformismo.

Um sistema que impulsiona a um crescimento constante, a aumentar incessantemente a produção e os rendimentos. Essa busca interminável, porém, limita nosso tempo e nos impede de questionar e resistir a essa lógica. Acreditamos, equivocadamente, que esse é o único caminho para o sucesso e a felicidade. Seduzidos pelo capitalismo, somos arrastados para uma lógica quantitativa que valoriza a acumulação, a produtividade e a competição. A promessa de riqueza, sucesso e reconhecimento social nos leva a buscar incessantemente mais, em uma tentativa de superar as desigualdades e as exclusões sociais.

O Estado, as mídias sociais e outros dispositivos buscam padronizar as subjetividades, produzindo comportamentos hegemônicos com o objetivo de normalizar ou até mesmo eliminar determinadas condutas e estimular o consumo. Essa busca gera uma corrida desigual, na qual aqueles que não fazem parte têm dificuldades em acessar e se enquadrar em padrões de consumo que determinam certos papéis sociais. Isso ocorre porque vivem em contextos adversos, marcados por desigualdades sociais e econômicas.

Ao moldar os desejos e necessidades das pessoas, essas instituições garantem a hegemonia do capital (Guattari; Rolnik, 1996). Essa dinâmica, que transforma indivíduos em consumidores, é um dos principais mecanismos de controle social em nossas sociedades contemporâneas.

A ideia de que a exposição a situações de risco, violência, negligência e violação de direitos influencia a construção da identidade adolescente é um conceito central em diversas teorias e pesquisas sobre o desenvolvimento nessa fase da vida. Vários autores contribuíram para a compreensão dessa complexa relação. É fundamental problematizar e refletir sobre os processos pelos quais esses jovens são submetidos a diversos dispositivos de poder com a família, escola, mídia, Estado, compreendendo como esses dispositivos influenciam a formação de suas subjetividades.

Ao analisar as trajetórias de vida desses adolescentes, é possível identificar diferentes formas de resistência a padrões sociais e culturais. Ao mesmo tempo, é preciso considerar como as condições socioeconômicas e culturais dos diferentes contextos limitam ou ampliam as possibilidades de ação desses jovens. Compreender esses processos é crucial para o desenvolvimento de políticas públicas e práticas sociais que promovam a proteção e o empoderamento desses sujeitos.

As relações resistentes, embora impostas pela sociedade capitalista, são uma regra geral. A busca por 'gatilhos' que sirvam como linhas de fuga, segundo Hur (2019, p. 176), permite a possibilidade de agenciar-se de forma distinta das linhas estratificadas e rígidas. A construção de movimentos que visam criar e resistir em diversos espaços potencializa os processos de singularização. Esses agenciamentos, presentes nos modos de produção, articulam-se em todos os níveis, desde as mudanças cotidianas até as transformações macropolíticas. A subjetividade singular é moldada pelos modos de produção, que a influenciam e são por ela influenciados:

Os modos de criatividade que produzam uma subjetividade singular. Uma singularização existencial que coincida com um desejo, com um gosto de viver, com

uma vontade de construir o mundo no qual nos encontramos, com a instauração de dispositivos para mudar os tipos de sociedade, aos tipos de valores que não são os nossos (Guattari; Rolnik, 1996, p.17).

A presente pesquisa visa analisar criticamente os contextos socioeducativos, com foco nas identidades e subjetividades dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. Buscando compreender como as estruturas sociais e as medidas socioeducativas moldam e restringem as formas de ser e estar no mundo desses jovens. A partir da teoria dos rizomas, explorar as conexões e as resistências que se manifestam nesses contextos, bem como as possibilidades de construção de identidades e subjetividades alternativas. Discutindo como pequenas ações e resistências locais podem gerar impactos significativos nas políticas públicas e nas relações de poder.

Conforme Foucault (1999), a análise do poder deve transcender a ideia de localização em um indivíduo ou instituição. O poder opera de forma difusa, como uma rede de relações que se articulam e transformam constantemente. As posições de poder são moldadas pelos contextos e pelas relações de força, e as maneiras de exercê-lo são variadas e mutáveis.

Nessa perspectiva, torna-se crucial investigar como o poder é distribuído e exercido, bem como os mecanismos pelos quais ele é reproduzido e legitimado. Foucault demonstra como o poder produz saberes e verdades que, por sua vez, consolidam as relações de dominação. Os discursos, nesse sentido, funcionam como instrumentos de normalização, moldando as condutas e os pensamentos dos indivíduos (Foucault, 1999).

As sociedades capitalistas impõem normas e hierarquias que moldam as diversas identidades humanas, direcionando-as para fins específicos. Esse processo, que pode ser visto como um adestramento social, visa à produção e reprodução de corpos dóceis e conformes, alinhados com as necessidades do sistema econômico. Através de mecanismos de controle e disciplinamento, o capitalismo busca garantir a perpetuação de suas relações de poder:

Um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são direcionados e sancionados. É por isso que em todos os dispositivos de disciplina, o exame é altamente ritualizado. Nele vêm-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade. No coração dos processos de disciplina, ele manifesta a sujeição dos que são percebidos como objetos e a objetivação dos que se sujeitam. A superposição das relações de poder e das de saber assume no exame todo o seu brilho visível (Foucault, 1977, p. 164-165).

Ampliar as discussões sobre a produção das subjetividades e suas relações com os mecanismos de poder é fundamental para uma reflexão sobre a sociedade disciplinar

contemporânea. Ao falar em produção da subjetividade, afastamo-nos da ideia de uma subjetividade pré-existente, pois ela se constitui em um processo social contínuo e dinâmico (Hardt; Negri, 2001). Compreender as subjetividades implica em analisar como elas são construídas nas diversas configurações sócio-históricas. Assim, ao invés de buscarmos dados fixos e iniciais, devemos conceber as subjetividades como processos complexos e em constante transformação, semelhantes a um devir (Birman, 2001).

Com base nas proposições de Deleuze (1992), o autor argumenta que o sujeito, ao longo da vida, passa literalmente por diversas instituições, sendo por elas formado. Cada instituição, com suas normas, lógicas e regras de subjetivação específicas, molda o sujeito de maneira particular. Nesse sentido, as instituições funcionam como proteções parciais, defendendo os indivíduos das influências das demais. A definição clara e distinta dos territórios institucionais, delimitando o interior e o exterior, determinava o papel de cada uma.

Para Hardt e Negri, na modernidade as instituições ocuparam um lugar diferente do que ocupam hoje, como os autores pontuam sobre:

A crise significa, em outras palavras, que hoje os cercados que costumavam definir o espaço limitado das instituições foram derrubados, de modo que a lógica que funcionava principalmente dentro das paredes institucionais agora se espalha por todo terreno social. Interior e exterior estão se tornando impossíveis de distinguir (2001, p.216).

Mesmo quando considero possíveis modos de subjetividade, percebo que elas se organizam em relação a modelos e padrões de identidade que são historicamente construídos. Assim, as produções das subjetividades estabelecem os padrões de identidade presentes tanto nas macrorrelações quanto nas microrrelações entre os sujeitos. Embora influenciadas por valores e normas culturais específicas, as subjetividades também contribuem para a construção de padrões de identidade que podem se expandir e se transformar ao longo do tempo e dos diferentes contextos.

Ao perpetuar um discurso dominante, o Estado naturaliza as desigualdades sociais, apresentando-as como um estado de coisas normais e inevitáveis. Essa naturalização ocorre através da repetição de narrativas que justificam as hierarquias existentes e as fazem parecer imutáveis. Foucault (1994) nos oferece uma ferramenta crucial para desvelar esses mecanismos de poder, ao nos convidar a analisar os discursos não como reflexos da realidade, mas como construções sociais que moldam a nossa percepção do mundo.

A perspectiva foucaultiana permite compreender como as normas e os valores dominantes são produzidos e reproduzidos, e como eles se inscrevem nos corpos e nas mentes

dos indivíduos. Ao adotar uma abordagem holística, que considera tanto os atores sociais quanto as estruturas de poder, podemos identificar os processos pelos quais as desigualdades são perpetuadas e as possibilidades de resistência e transformação.

Como aponta, Deluchey (2016), os dispositivos normativos só podem ser plenamente compreendidos ao se investigarem as fissuras que os permeiam. Essa análise exige que se ultrapasse a mera descrição da ordem normativa, aprofundando-se nos efeitos subjetivos e sociais que ela produz. Cada indivíduo, ao internalizar as normas, molda sua subjetividade de maneira singular, atribuindo significados específicos aos valores e comportamentos que lhe são impostos.

Seguindo Muller e Surel, a análise de um quadro normativo deve considerar não apenas a expressão do poder estatal, mas também as estratégias e práticas que o sustentam. Ao extrapolar a visão do Estado como única fonte de poder coercitivo, é possível identificar as múltiplas relações de poder que moldam as ações individuais e coletivas:

A ideia de neutralidade liberal em políticas públicas e práticas judiciárias é problemática, pois essas áreas são permeadas por forças que moldam as decisões de forma complexa e nem sempre racional. Com uma lógica própria moldada pelas relações de poder e pelas diferentes visões de mundo dos atores envolvidos (1998, p. 22).

Essas forças, muitas vezes contraditórias, resultam em uma estrutura decisional complexa. Como pontua, Lahire (2013), a compreensão dos fatos sociais exige que se vá além do senso comum, buscando uma 'razoabilidade de sentido' que leve em conta as relações sociais e as atribuições de significado. A realidade social é construída a partir de interações complexas entre sujeitos e sociedade, e os significados atribuídos aos fatos moldam a forma como compreendemos e agimos no mundo.

É fundamental compreender os dispositivos em suas diversas formas, construídos por atores, explícitos ou não, uma vez que, como afirma Lahire (2013, p. 16), a existência individual é indissociável do contexto social. Conforme Deluchey, os objetivos estratégicos que originaram o dispositivo podem permanecer ocultos enquanto as práticas governamentais que o compõem não estiverem suficientemente consolidadas ou institucionalizadas:

Isso ocorre porque os elementos de poder/saber são moldados por práticas diversas que atendem a interesses específicos dentro de um sistema normativo. Esse sistema antecipa uma rede estratégica complexa, caracterizada por uma constante adaptação e reconfiguração (2016, p. 182).

Essa estratégia é fundamental para manter, ao longo do tempo, as relações entre os diversos elementos que compõem o dispositivo. Em sua análise da heterogeneidade, Foucault (1994) demonstra que os jogos de poder podem assumir formas extremamente diversas, com mudanças constantes de posições e funções, tanto no que é explicitamente dito quanto no que permanece implícito. Conseqüentemente, esse dispositivo é delimitado por uma projeção idealizada do corpo social e do sujeito.

Para aprofundar essa discussão, recorremos a Bourdieu (2011), que conceitua o campo como um espaço social global, simultaneamente constituído por um conjunto de forças a serviço de determinados agentes e palco de lutas entre esses mesmos agentes. Dentro desse campo, as forças em confronto possuem meios e fins específicos, moldados por suas respectivas posições, buscando tanto a conservação quanto a transformação da estrutura social.

Nesse sentido, Como aponta Foucault (1995) revela-se como um regime de saber delimitado, caracterizado pela forma como o saber circula e funciona, e por suas relações com o poder. Nesse contexto, os discursos voltam-se para a análise de sua própria estrutura de saber científico, seja ele explicitamente reconhecido ou não, oculto ou público.

Destarte, Rogoff (1998), se partimos de uma perspectiva dialética entre indivíduo e ambiente, não é possível compreender as capacidades individuais sem considerar as contribuições ativas e dinâmicas dos indivíduos, seus parceiros sociais e as tradições históricas e materiais em constante transformação.

Esse é um grande desafio. Segundo Costa (2006), o maior desafio no trabalho socioeducativo é desenvolver nos autores de atos infracionais novas competências pessoais e relacionais, no sentido de aprender a ser e a conviver. Esses princípios se complementam com aprender a conhecer e aprender a fazer. Para Pinto (2012), a socioeducação enfatiza a formação para o convívio social e o exercício da cidadania. No entanto, o discurso político atual e da mídia de massa oposta os sujeitos perigosos aos chamados cidadãos de bem, um discurso que é internalizado pelos próprios adolescentes alvo das medidas socioeducativas.

Guerra (2017) defende a educação para a cidadania como o norte da socioeducação, mas aponta desafios significativos para a efetivação desse princípio. A transformação de procedimentos burocráticos em ferramentas vivas é um grande desafio, além da falta de recursos e da resistência cultural a novas práticas. Superar esses obstáculos é fundamental para que a educação para a cidadania se torne uma prática efetiva.

Rizzini (2009) destaca que o direito à educação é resultado de intensas lutas sociais. No entanto, historicamente, as políticas públicas destinadas à infância e adolescência vulnerável foram instituídas em um contexto social de relações complexas e contraditórias, marcado por conflitos e lutas de classes, que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo. Políticas de assistência social, educação e saúde, por exemplo, foram frequentemente utilizadas como instrumentos de controle social, visando a disciplinar a população considerada uma ameaça à ordem social vigente:

A cultura de dominação, ao promover a mentira e a negação, impede uma revolução de valores. O resgate histórico é fundamental para explicar a estrutura e iniciar a construção de significado, mas é preciso nomear as dores da opressão para também nomear o prazer, o futuro e o pertencimento. Sem palavras para nomear o passado e o deslocamento, não podemos construir um futuro justo e inclusivo (Hooks, 2019, p. 32).

Deste modo, Deleuze (1992) argumenta que nas sociedades de controle estamos imersos em práticas dominantes, moldadas por dispositivos que exercem o poder de forma mais sutil e implícita. Ao tratar essa abordagem, Gallo (2007), uma característica fundamental dessas sociedades é a ilusão de maior autonomia.

Deleuze, conceitua essa linha de subjetivação como um processo contínuo, uma produção de subjetividade dentro de um dispositivo. Essa subjetividade está em constante construção, na medida em que o dispositivo o permite ou o molda. É uma linha de fuga que rompe com as formas anteriores de subjetivação:

É preciso imerso nessas linhas, que não apenas compõem o dispositivo, mas o atravessam e o transformam, em todas as direções. Ao nos situarmos nesse espaço, podemos compreender como a individuação se configura como um processo dinâmico e singular, que desafia as estruturas de poder e conhecimento (1990, p. 155).

É um processo de individuação que escapa tanto às normas estabelecidas quanto aos saberes constituídos. Desenredar as linhas de um dispositivo é, em cada caso, como traçar um mapa, cartografar e percorrer terras desconhecidas. Foucault (1997) denomina esse processo de 'trabalho em terreno'.

Assim, como pontua Rolnik (1995), a imersão em novos contextos exige do indivíduo uma constante adaptação, que por vezes rompe com o equilíbrio anteriormente estabelecido. Essa ruptura pode gerar uma experiência de desajuste, que se manifesta no corpo como uma sensação de estranhamento e violência. Diante desse novo estado, somos impulsionados a

construir um novo modo de ser, de pensar e de agir, que incorpore as transformações vividas e as diferenças que emergem dessa experiência. Essa busca por um novo corpo é movida pelo desejo de tornar visível e tangível a transformação interior.

É preciso destacar algumas situações que dificultam os procedimentos e distanciam os adolescentes, especialmente aqueles em cumprimento de medidas socioeducativas. As dificuldades de aprendizagem, somadas à falta de incentivos, são fatores frequentemente envolvidos.

Esta pesquisa busca explorar as possibilidades na educação, acolher e promover a subjetividade, levantando questionamentos sobre as brechas, espaços e fissuras que permitem a emergência de diferentes perspectivas. Nesse sentido, questiona-se até que ponto a educação permite que a subjetividade se manifeste, considerando as diversas formas de pensar, sentir e agir dos indivíduos? Além disso, a pesquisa busca investigar quais ferramentas pedagógicas promovem a participação social e por quê?

Outro ponto crucial é a análise do cumprimento das regras institucionais e sua relação com a efetividade dos processos educativos. Como as singularidades e subjetividades se manifestam nesse contexto? Existe espaço para a diferença ou esta é reduzida à mera alteridade? Por fim, a pesquisa busca compreender as estratégias de resistência e transformação presentes nos dispositivos de controle social. Quais as 'linhas de fuga' que permitem a construção de novas territorialidades e a superação de limites?"

2.2 Socioeducação e sentidos pedagógicos: Controle de corpos e biopoder

Ao analisar a dinâmica atual das relações entre os poderes, percebo que algumas instituições não têm cumprido integralmente o papel de garantir os direitos previstos na Constituição. Nesse contexto, a questão dos adolescentes em conflito com a lei exige uma análise mais aprofundada e propostas de melhoria. As discussões contemporâneas, somadas a eventos históricos recentes, evidenciam fragilidades no sistema de garantia de direitos, especialmente os de minorias. Essa situação se torna ainda mais complexa quando consideramos as disputas de poder e os diferentes interesses em jogo, particularmente nas questões relacionadas ao conhecimento e ao poder.

Muitas vezes, adolescentes permanecem invisibilizados e sem voz, dependendo de que alguém os veja e os ouça. Isolados, seus gritos por atenção, suas necessidades e vontades são frequentemente ignorados ou negados. Enquanto isso, outros jovens assumem o

protagonismo, traduzindo as dores e angústias de seus pares, reivindicando seus direitos e defendendo uma proteção que respeite suas individualidades.

É preciso combater as práticas de vigilância e controle sobre grupos marginalizados, especialmente adolescentes que já vivem à margem das desigualdades. Essas práticas, ao invés de promover a igualdade, perpetuam a exclusão e impedem o desenvolvimento desses jovens.

Este dispositivo analisa as dinâmicas de poder sustentadas por diferentes tipos de saberes. Essas dinâmicas, ao privilegiar determinados grupos em detrimento de outros, perpetuam as desigualdades sociais e dificultam o acesso a oportunidades. Ao examinar essas relações, buscando compreender como os saberes são utilizados como instrumentos de poder e como isso influencia as experiências de opressores e oprimidos.

Em conformidade, as produções de diversos autores, identificando diferentes estratégias e possibilidades para desafiar essas relações de poder. Ao questionar as normas e as padronizações presentes nas políticas públicas e no corpo social, podendo contribuir para a construção de um cenário mais justo e equitativo.

A produção de sentidos pedagógicos, nesse contexto, torna-se fundamental. Ao (re)significar os saberes e as práticas educativas, promovendo a emancipação e a transformação social. É preciso, portanto, que os educadores se envolvam em um processo constante de reflexão e crítica, buscando desnaturalizar as desigualdades e construir práticas pedagógicas que promovam a justiça social.

Ao identificar as relações e as forças que geram e perpetuam as desigualdades, percebo que essas diferenças nas potencialidades são condicionadas pelas estruturas sociais. A sociedade, agindo de forma hierárquica, cria e reforça estereótipos excludentes que limitam as oportunidades de determinados grupos.

Como pontua, Deleuze:

São necessários agenciamentos para que estados de forças e regimes de signos entrecruzem suas relações. De maneira organizada, a unidade de composição envolvida num estrato, isto é, para que as relações entre tal estrato e os outros, entre esses e o plano de consistência, sejam relações organizadas e não relações quaisquer (2006, p. 87).

Ao buscar uma articulação entre as forças que moldam nossa sociedade, é fundamental analisar como as micropolíticas, ou seja, as relações de poder nas esferas mais cotidianas, são influenciadas pelas macropolíticas, que englobam as grandes estruturas de poder. Essas

dinâmicas complexas moldam a forma como nos subjetivamos, ou seja, como nos constituímos como sujeitos.

No entanto, essas construções identitárias são constantemente desafiadas por forças políticas, sociais, econômicas e culturais que buscam moldar nossas vidas. É nesse contexto que as políticas públicas, muitas vezes marcadas por padrões coloniais e neoliberais, criam obstáculos e limitam nossas possibilidades.

Para superar essas barreiras, é preciso identificar as brechas existentes nessas políticas, que podem ser exploradas para promover mudanças sociais. Ao compreender como os mecanismos de poder operam em diferentes níveis, podemos construir novas formas de subjetivação que resistam às imposições do sistema.

As desigualdades são consequências complexas de processos sociais, econômicos e históricos. Elas estão intrinsecamente ligadas às relações de poder vigentes na sociedade. Embora a escolaridade seja um fator importante, não é a única responsável pelas disparidades existentes. É fundamental ampliar o debate sobre as raízes profundas da desigualdade, que se manifestam, por exemplo, nos altos índices de homicídios entre jovens. Essa realidade está diretamente relacionada à manutenção de estruturas de poder que perpetuam a desigualdade.

Relacionando esses efeitos, encontro em Foucault (1987) um dos pensadores da contemporaneidade que mais se debruçou sobre as questões das políticas da subjetividade, investigando a construção dos processos sociais de subjetividade. Por meio das aprendizagens das categorizações e dos mecanismos direcionados à inclusão e exclusão, são produzidos padrões de sensibilidades, estilos de vida e moldados os modos de existência dos próprios sujeitos.

A constituição subjetiva de uma pessoa é moldada pela realidade objetiva, a partir das relações e contextos nos quais ela está inserida. A forma como cada indivíduo apropria-se e interpreta essas experiências influencia diretamente a construção de sua subjetividade. Desse modo, a subjetividade não é um fenômeno isolado, mas sim um processo contínuo que se relaciona com o coletivo. As motivações, pensamentos, afetos e experiências particulares de cada pessoa são moldados pelas interações sociais e, por sua vez, influenciam a forma como ela se relaciona com os grupos aos quais pertence.

Esses fatores são recorrentes e fazem parte de um sistema de modelo neoliberal, que sustenta e prioriza a manutenção das classes e os privilégios de alguns. No setor educacional, as tendências priorizam uma formação menos abrangente e mais profissionalizante. Essa realidade, dura e contraditória, é articulada a um falso marketing que promete um elevado

número de vagas e oportunidades nas escolas, mas esconde as precárias condições dos sistemas educacionais, como a falta de recursos e investimentos em determinados setores.

Essas atitudes podem ser produzidas por comportamentos autoritários e/ou impeditivos de pessoas que fazem parte do nosso convívio, como pais, professores, familiares e outros adultos responsáveis. As relações transversais, moldadas pelas configurações sociais, exercem um papel fundamental na constituição do sujeito. Ao estar imerso em um contexto mais amplo, o indivíduo vivencia relações que são atravessadas por diversos fatores, como os papéis sociais, as relações de poder, as disputas e as concepções de aprendizagem.

Ampliar as discussões sobre as relações de poder que ativamente moldam e são moldadas pelos diversos espaços sociais, bem como as subjetividades que aí se produzem, é fundamental. Sob a perspectiva de Foucault (1997), a sociedade capitalista exerce um controle sobre os indivíduos através da articulação entre poder e saber. Essa dinâmica permite a construção de normas e padrões de comportamento, delimitando o que é considerado normal e desejável.

Desse modo, Gore (2000), aponta os efeitos de verdade, produzidos pelo poder são disseminados através de discursos e práticas sociais, reforçando as estruturas de dominação. É nesse contexto que se torna urgente problematizar os modelos sociais contemporâneos, compreendendo como as relações de poder moldam nossas subjetividades e limitam nossas possibilidades.

Nas linhas duras, observamos procedimentos rígidos de controle, com movimentos estratificados e sedimentados. As instituições que regem as leis, por exemplo, enquadram os sujeitos em padrões considerados 'adequados' para a sociedade, visando manter a ordem e reprimir o que é visto como inapropriado:

Essas linhas de segmentaridade dura, embora possam parecer restritivas, são parte integrante de nossas vidas. Conforme apontam, mesmo nessas linhas, marcadas pela rigidez e pela normatização, podem existir "muita ternura e amor" (Deleuze; Guattari, 2012, p.74).

Essa afirmação convida a uma reflexão mais profunda sobre a complexidade dessas linhas, que não se reduzem a simples mecanismos de opressão, mas também podem ser carregadas de afetos e valores.

A subjetividade humana é uma construção em constante transformação, moldado por processos sociais e históricos. Ao longo da vida, somos submetidos a forças que nos modelam, demarcando nossa identidade e constituindo-nos como sujeitos. Essas forças,

muitas vezes discursivas, nos inserem em categorias sociais e identitárias (Souza, 2014). Na sociedade contemporânea, essa dinâmica é intensificada, com mecanismos de controle que buscam fabricar identidades e individualidades específicas, limitando a autonomia do sujeito (Foucault, 2012).

Cartografar as múltiplas maneiras pelas quais os seres humanos, em nossa sociedade, tornam-se sujeitos é um desafio. Nesse processo, os indivíduos marcam sua própria individualidade, estabelecendo conexões com sua identidade e buscando pistas de uma lei da verdade que os reconheça e seja reconhecida neles. Essa configuração, capaz de transformar indivíduos em sujeitos, demonstra como a identidade é uma produção de poder em nossa sociedade, constituída por formas jurídico-políticas (Foucault, 2006). A identidade, assim compreendida, é marcada pelas relações de poder que permeiam nossas vidas.

Para compreender a formação das identidades, é preciso investigar os contextos sociais e históricos que as circundam. Ao analisar as relações, as experiências e as trajetórias de vida dos sujeitos, buscando identificar os efeitos dos diversos tipos de poder que atuam sobre eles, como o poder disciplinar e o biopoder. Esses poderes moldam as identidades e as individualidades, produzindo sujeitos que são, ao mesmo tempo, produtos e produtores das relações de poder (Foucault, 2006).

Essa pesquisa propõe analisar a constituição do sujeito em diferentes contextos, à luz da teoria foucaultiana. A análise se concentrará nos jogos de verdade, nas práticas de poder e nos instrumentos de saber-poder que moldam a subjetividade. Serão examinadas as relações estabelecidas entre o sujeito e os grupos sociais, a cultura e os esquemas sociais mais amplos. A perspectiva foucaultiana permite compreender como os discursos constituem o mundo social e, simultaneamente, são constituídos por ele (Garcia; Souza, 2010):

Nesse sentido, a identidade de um grupo não garante a igualdade e a cidadania, servindo muito mais como um mecanismo de controle e hierarquização dos grupos sociais. É preciso criar articulações e ampliar as discussões para romper com as supostas identidades grupais e promover a igualdade (Souza; Silva; Carrieri, 2012, p. 315).

Problematizar o dispositivo identitário, suas fronteiras e classificações, que funcionam como um mapa construído pelas próprias práticas sociais. Essas práticas, ao atuarem como um aparelho ou ferramenta, constituem e organizam os sujeitos. Nesse sentido, as práticas sociais levam em consideração as experiências cotidianas e as relações de poder, moldando os modos de ser e agir dos indivíduos, tanto culturalmente quanto socialmente (Souza; Machado; Bianco, 2008).

Na socioeducação, os adolescentes se constituem como sujeitos em constante transformação. Ao analisar seus modos de ser, viver e opinar, podemos identificar as complexas relações de poder que moldam suas identidades e suas formas de participação social. A reflexão sobre esses processos é fundamental para compreender como os adolescentes exercem sua agência e como se relacionam com os outros e com o mundo.

Inseridos em um complexo tecido de relações de poder, os dispositivos moldam consensos, normas e leis, fornecendo o arcabouço legal para a atuação de instituições coercitivas (Foucault, 2004). A compreensão da identidade como um dispositivo de poder revela como ela não apenas reflete, mas também produz relações de poder, estabelecendo fronteiras entre grupos sociais e perpetuando desigualdades. Essa dinâmica de inclusão e exclusão resulta em uma hierarquização social que privilegia determinados segmentos da população em detrimento de outros.

2.3 Subjetividade e realidade social

Refletir sobre as trajetórias de adolescentes em contextos sociais desfavoráveis revela a complexidade de suas realidades. Muitos jovens vivem em territórios marcados por desigualdades e dificuldades, o que os torna vulneráveis a diversos desafios. A proximidade com essas situações evidencia um cenário preocupante: adolescentes perdendo seus projetos de vida, envolvendo-se em atos infracionais e sendo encaminhados ao sistema socioeducativo.

A fragilidade das relações sociais, especialmente no âmbito familiar e escolar, agrava essa situação. Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, por exemplo, apresentam altas taxas de evasão escolar e defasagem idade-série, o que demonstra a urgência de políticas públicas mais efetivas.

A falta de acesso a direitos básicos, como educação, saúde e oportunidades de trabalho, contribui para a vulnerabilidade desses jovens, expondo-os a riscos e direcionando a prática de atos infracionais. Além disso, a sobrecarga de responsabilidades, como o trabalho infantil e o cuidado de familiares, agrava ainda mais esse quadro.

Muitos adolescentes buscam construir suas próprias identidades, não se encaixando em padrões pré-estabelecidos. Ao vivenciarem contextos complexos, desenvolvem formas únicas de interpretar o mundo e perceber suas necessidades. O estudo de Rolim (2016) indica que o abandono escolar entre adolescentes em medidas socioeducativas está ligado a desafios

como as vulnerabilidades e o constrangimento social, reforçando sentimentos de exclusão e fracasso escolar:

Ao estudar adolescentes de baixa renda e escolaridade, revela um desejo latente de trabalhar. Esse desejo, além de atender a necessidades básicas, representa uma busca por identidade e autonomia. A conquista do primeiro emprego formal é vista como um marco, uma possibilidade de superar as dificuldades e construir um futuro (Adorno 2001, p.79).

No entanto, o acesso ao mercado de trabalho é marcado por uma intensa competição e por condições precárias, com jornadas longas, baixos salários e falta de oportunidades de crescimento. Essa realidade contrasta com a expectativa de autonomia e bem-estar associada ao trabalho formal.

Para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, o trabalho precário e informal, são frequentemente, as únicas opções de renda. Rejeitados pela escola, pela economia formal e pela sociedade, que exigem qualificação, flexibilidade e boa remuneração, esses jovens encontram-se à margem, buscando alternativas em setores ilegais ou subalternos (Oliveira, 2001). Pertencem, em sua maioria, às camadas mais vulneráveis da população, enfrentando constantes dificuldades para acessar oportunidades. Essa exclusão social os leva a romper com os sistemas estabelecidos, buscando construir um sentido de pertencimento em contextos específicos, como territórios e grupos.

Rassial (1999) argumenta que a transição do adolescente para um novo território não se limita a uma ruptura com o ambiente familiar, mas também envolve a construção de um novo espaço simbólico. Esses microterritórios, contudo, frequentemente se caracterizam por situações de vulnerabilidade, onde novas normas, regras e códigos sociais são estabelecidos. Essas relações e envolvimento aumentam os riscos, dificultando o acesso a oportunidades como emprego e educação.

Como pontua, Rassial:

Nesse sentido, os jovens parecem tanto recusar quanto demandar entrar no sistema, esperando que alguém possa lhe dar um bom lugar e uma boa lei, na medida em que o sujeito só existe pelo lugar que lhe é simbolicamente dado. Sendo assim, poder-se-ia dizer que esta ordem social deixa o sujeito fragilizado a deriva de um desejo sem referência (1999, p. 61).

Ser líder em seu território representa para esses adolescentes uma fonte de poder e admiração. A força exercida por essa figura e o modelo que ela representa são elementos cruciais para o grupo, que se sente protegido e valorizado. Além disso, ser reconhecido como

líder é uma forma de autoafirmação, permitindo que esses jovens se sintam respeitados e valorizados, superando sentimentos de humilhação. Essa posição de liderança serve como um instrumento para a construção da autoestima e da identidade desses adolescentes (Oliveira, 2011, p. 110).

Os adolescentes, em cumprimento de medidas socioeducativas, a necessidade de sobreviver, a busca por reconhecimento e a atração pela liberdade da rua podem ser mais atrativas do que estudar e trabalhar. Os atos infracionais, nesse contexto, podem ser uma forma de tentar remediar o sentimento de inferioridade e encontrar um lugar na sociedade.

A articulação entre as dimensões humanas e sociais visa promover aprendizado, responsabilização e reflexão, buscando restaurar os laços sociais e o diálogo. Ao mapear as experiências desses jovens, é possível identificar os componentes coercitivos e pedagógicos das medidas socioeducativas, bem como as concepções sobre as relações sociais.

Diante da complexidade da questão, é fundamental um olhar sensível para as questões envolvendo justiça, educação, valores, respeito, responsabilidades, esperança, empoderamento e protagonismo. Esses elementos são basilares para a identificação dos sujeitos e a reconstrução de suas subjetividades.

É fundamental identificar os elementos e conceitos-chave para a proposição de atividades que vão além da simples aplicação de normas. Uma abordagem que visibilize as características e os aspectos que compõem esse universo complexo pode contribuir para um trabalho mais eficaz e humanizado.

Ao buscar integrar as experiências e vivências nas atividades socioeducativas, buscando expandir as compreensões dos trabalhos realizados, tanto do ponto de vista dos sentidos pedagógicos quanto da produção dos sujeitos envolvidos. Interessa-nos analisar seus direcionamentos, distanciamentos e enfrentamentos na prática real.

Ao tentar fundamentar os pontos abordados e as relações com o campo de pesquisa e os sujeitos envolvidos, observei as experiências cotidianas e as descobertas de uma realidade complexa. Essa realidade, por vezes, é protegida e, por outras, evidenciada como um problema a ser eliminado, revelando uma dinâmica de poder e controle.

A criação de novos paradigmas revela as diversas dimensões dos trabalhos realizados, (re)criando um processo contínuo de compreensão das atividades da vida pessoal. Essa compreensão envolve a busca por significados, direcionamentos e relações com a sociedade, com os outros e consigo mesmo, revelando histórias imprevisíveis e incompletas.

Ao refletir sobre as propostas e experiências do trabalho socioeducativo, é fundamental considerar os desafios e obstáculos enfrentados, as relações de poder envolvidas e a necessidade de lidar com imprevistos. Esse contexto exige constante debate, negociação e a construção de estratégias para enfrentar os desafios identificados.

As particularidades da socioeducação, especialmente no trabalho com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, tornam esse cenário ainda mais complexo. A coexistência de dimensões educativas, disciplinares, sociais e de vigilância exige uma abordagem cuidadosa e flexível, capaz de lidar com as diversas e imprevisíveis situações que surgem nesse ambiente.

Algumas especificidades evidenciam tanto as possibilidades quanto os desafios de adaptar-se às novas realidades. No contexto educacional, a (re)construção de vínculos, a convivência e a necessidade de mudar costumes e hábitos exigem uma reflexão constante. As inovações do cotidiano impulsionam debates sobre pensamentos, relações, valores e decisões, questionando o que fazer e como agir. Essas relações, ao mesmo tempo sensíveis e firmes, moldam as trocas de informações, as narrativas e a escuta ativa, permeadas por orientações, observações e diálogos contínuos.

As atividades de trabalho, quando bem conduzidas, mobilizam nossos pensamentos, linguagens, ações, atitudes e valores. Essa dinâmica, presente na produção e troca de ideias e materiais, fortalece o protagonismo individual e coletivo, permitindo enfrentar desafios e construir uma realidade mais justa e humana. Historicamente, as relações sociais são construídas por meio de negociações coletivas. Ao falar em coletivo, destaco à possibilidade de encontrarmos a nós mesmos e aos outros em um espaço de interação horizontal, onde nossas habilidades e necessidades se complementam. Nesse contexto, o trabalho não se limita à execução de tarefas, mas nos constitui como sujeitos sociais.

As ações socioeducativas, ao promoverem um modo de vida mais participativo e crítico, ultrapassam a simples aplicação de normas. Elas nos convidam a (re)construir novas formas de viver em conjunto, desconstruindo hierarquias e promovendo a igualdade. Ao compartilharmos conhecimentos e experiências, podemos transformar nossas realidades e construir um futuro mais justo e equitativo.

Ao construir um coletivo, é fundamental que cada indivíduo assuma um papel ativo, promovendo trocas e expandindo as relações interpessoais. A produção de conhecimento coletivo, que envolve o compartilhamento de histórias e experiências de vida, permite identificar como os contextos sociais moldam nossas subjetividades e influenciam nossas

ações. Diante dos desafios impostos pela realidade, buscar alternativas para superar as imposições de rotinas que muitas vezes limitam nossa liberdade e criatividade. Ao questionar essas normas e padrões, abrir espaços para novas formas de pensar, agir e relacionar-nos com o mundo e com os outros.

Os novos significados e a construção de um cotidiano mais autêntico exigem que estejamos atentos aos contextos nos quais estamos inseridos e que identifiquemos os sinais que revelam as subjetividades individuais e coletivas. Ao compreender os motivos que nos levam a agir de determinadas maneiras, podendo buscar alternativas mais justas e equitativas. Ao compartilhar nossos conhecimentos, experiências e erros, podemos construir um futuro mais promissor e colaborativo. É nesse sentido que a construção de um coletivo se torna um ato de resistência e de esperança, permitindo que cada um de nós encontre seu lugar e contribua para a transformação da sociedade.

Partindo do pressuposto de que a subjetividade é um processo socialmente construído, marcado pela heterogeneidade e complexidade, buscando compreender como ela se manifesta nos adolescentes em medidas socioeducativas. Nesse sentido, a subjetividade não é um estado fixo, mas sim um devir constante, moldado pelas relações sociais e pelas forças que atuam sobre os sujeitos. A produção de subjetividade nesse contexto nos leva a considerar a existência de um sistema complexo de relações, onde as forças visíveis e invisíveis se entrelaçam, à maneira de rizomas. Essa rede de relações influencia os adolescentes de forma singular e coletiva, moldando suas identidades e trajetórias.

As tentativas nos enfrentamentos dessas realidades, expressam as relações nos usos de rotinas como dispositivos disciplinares para a manutenção e padronização de ordem, e essas dimensões implicam no sentido de acolher, agir e fazer as coisas, ampliando as relações do que fazer, expectativas, pensamentos e os erros, expressando um cotidiano desafiador e rotineiro, mas com as perspectivas de novas realidades. Inserindo e adaptando os repertórios, percebendo os contextos, uma relação que busca os indícios e expressa alguns sinais de subjetividade. Esse conhecimento aponta caminhos sobre determinados ocorridos e possíveis motivos, com intenções de buscar estabelecer outras alternativas:

O indivíduo constitui-se sujeito através do fluxo de forças que o passam, perpassam, transpassam, ou melhor, são estas forças que constituem o homem como sujeito por meio de processo de reconhecimento e identificação e categorias que são construídas discursivamente (Souza, 2014, p.115).

Avaliações e preconceitos, muitas vezes realizados de forma superficial e preconceituosa, excluem esses adolescentes das relações cotidianas. Uma sociedade que estigmatiza e prejudica, determinando através de discursos distorcidos seus lugares no mundo social, contribui para a construção de subjetividades marcadas pela exclusão. A subjetividade contemporânea é marcada pela diversidade e pela constante transformação, resultado dos complexos processos de mudança social. As relações pedagógicas e com a escola, enquanto espaços constitutivos da subjetividade, desempenham um papel fundamental nesse processo.

Uma compreensão dos processos de subjetivação vividos por adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e seus contextos de realidade, podemos recorrer às contribuições de Deleuze e Guattari (1995). A perspectiva deleuziana permite analisar como esses adolescentes são atravessados por múltiplos fluxos e agenciamentos, que moldam suas identidades e suas relações com o mundo. As medidas socioeducativas, por sua vez, podem ser entendidas como dispositivos de controle que tentam moldar essas subjetividades, limitando seus campos de ação e suas possibilidades de criação. No entanto, é importante ressaltar que os sujeitos não são passivos diante desses processos, mas sim agentes ativos que resistem e produzem novas formas de subjetivação.

Um movimento que percorre planos, trilhas, fluxos e agenciamentos, experimentando e criando uma realidade que integra e constitui as relações. O direcionamento ético-pedagógico das medidas socioeducativas fundamenta-se em valores e princípios educacionais, priorizando a possibilidade de revisão de condutas. Nossa sociedade conduz e reproduz as desigualdades, ampliando as distâncias sociais e moldando subjetividades. Esse cenário, característico do sistema capitalista, é marcado pelo consumo excessivo, que promete uma falsa liberdade, mas, na verdade, impõe padrões e expectativas que limitam as pessoas.

Ao refletir sobre a dinâmica social que produz a visão de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas como sujeitos perigosos, percebemos que essa percepção é resultado de uma profunda desigualdade social. Esses jovens, em muitos casos, não fazem parte de um grupo social que consome da mesma forma que a maioria e vivem em contextos marcados por diversos riscos, como violência, violação de direitos e negligência.

Essa multiplicidade de experiências e desafios molda suas subjetividades de maneira complexa e dinâmica. A subjetivação é um processo contínuo de construção e reconstrução da identidade, marcado por influências diversas que delineiam, moldam e transformam o sujeito ao longo do tempo.

Os fluxos de forças que permeiam esse processo, decorrentes das experiências de vida desses adolescentes, levam a um constante (re)conhecimento de suas identidades e de suas categorias sociais:

A identidade é um dispositivo de poder que inclui e exclui significativa parte de nossa sociedade, ao hierarquizar socialmente os ditos superiores e inferiores. Nesse sentido, a identidade de um grupo não garante igualdade ou cidadania, servindo muito mais como um mecanismo de controle e hierarquização dos grupos sociais (Souza; Silva; Carrieri, 2012, p. 135).

Os instrumentos que articulam saber e poder permitem analisar as relações que constituem o sujeito e as diversas formas de resistência que ele empreende em suas práticas. Os indivíduos, ao mesmo tempo em que são moldados por esquemas sociais, também criam e participam de grupos que podem tanto reforçar quanto desafiar essas estruturas. A identidade, como dispositivo de poder, opera de forma inclusiva e excludente, hierarquizando os sujeitos em categorias como superiores e inferiores. Ao trilhar o caminho da subjetividade, os sujeitos articulam as regras sociais com suas experiências pessoais, (re)inventando e ressignificando os cenários sociais. Desse modo, as práticas sociais são constantemente configuradas e reconfiguradas.

Na perspectiva, sobre a produção de subjetividade e seus sentidos pedagógicos, compreendo que a educação, por meio de normas e leis, molda os indivíduos, sendo a escola um dos principais espaços para a construção dessas subjetividades. A escola, muitas vezes, segue linhas de segmentação rígidas, o que acentua dualidades e define papéis sociais. Em um contexto escolar marcado pela rigidez, observo processos de controle e normatização que limitam a liberdade de expressão e a construção de identidades autênticas. Nesse modelo, os indivíduos são moldados para se adaptarem a padrões sociais preestabelecidos, visando a manutenção da ordem e a exclusão do que é considerado desviante (Cassiano; Furlan, 2013).

Embora a 'linha de segmentaridade dura' possa parecer negativa, como apontam Deleuze; Guattari (2012, p.74), ela também pode ser um espaço de afeto e ternura. Essa linha, presente em nossas vidas, pode ser tanto de restrição quanto de criação de vínculos. A inserção escolar é um aspecto fundamental da medida socioeducativa, visando auxiliar os adolescentes a (re)construir suas subjetividades diante das realidades sociais que vivenciam. A escola, nesse contexto, pode ser um espaço para a criação de novas possibilidades, oferecendo linhas de fuga que rompem com as estruturas rígidas e estratificadas.

Construir movimentos de criação e resistência às duras realidades é fundamental para gerar processos de singularização e subjetivação. Ao articular os campos sociais e construir as

mudanças no cotidiano, esses movimentos podem constituir transformações macropolíticas, sem opressão ou segregação, e em diálogo com outros modos de produção.

Por processo de singularização, compreende-se a construção de identidades e formas de vida únicas e autônomas, que resistem às imposições sociais e culturais. É um processo de autoconhecimento e de criação de novos sentidos para a vida, que se dá em relação com os outros e com o mundo. A singularização permite que os indivíduos se conectem com outros modos de produção, criando redes de colaboração e resistência. Ao mesmo tempo, essa construção de identidades únicas contribui para a transformação das relações sociais e políticas:

Para construir de certa forma, modos de sensibilidade, modos de relação com o outro, modos de produção, modos de criatividade que produzam uma subjetividade singular. Uma singularização existencial que coincida com um desejo, com um gosto de viver, com uma vontade de construir o mundo no qual nos encontramos, com a instauração de dispositivos para mudar os tipos de sociedade, aos tipos de valores que não são os nossos (Guattari; Rolnik, 1996, p.17).

A possibilidade de espaços que não reduzam os adolescentes a uma única identidade ou os confinem a determinados papéis é fundamental. Ao invés disso, é preciso pensar em ambientes que estimulem o movimento, a singularidade e a construção de suas próprias identidades. Ao expressarem suas diferenças, os adolescentes podem se tornar sujeitos críticos e ativos na transformação do mundo. As medidas socioeducativas, por sua vez, devem oferecer propostas que permitam aos adolescentes compreender a responsabilidade por seus atos infracionais, mas em um contexto que promova o convívio social e o desenvolvimento de habilidades. Esses espaços devem oferecer atividades e estratégias que os auxiliem a (re)construir suas trajetórias e a despertar suas potencialidades.

Na busca por uma compreensão abrangente do cenário social brasileiro, Souza (2009) destaca a relevância das violências simbólicas. Essas formas de violência, embora não sejam palpáveis, exercem um poder significativo ao encobrir e naturalizar as desigualdades e injustiças presentes em nossas relações sociais.

Ao se entrelaçar com as estruturas sociais, a violência simbólica⁶ contribui para a manutenção de um status quo que beneficia determinados grupos em detrimento de outros.

⁶ Violência simbólica é um conceito sociológico que se refere a uma forma de coerção e opressão que não envolve violência física. Ela é exercida por meio da imposição de normas e padrões culturais de um grupo dominante sobre um grupo subordinado.

Um exemplo claro dessa dinâmica é a sociedade contemporânea, organizada em torno de indicadores de mercado e pautada pelo consumo.

Essa lógica, ao padronizar os indivíduos como consumidores e desconsiderar suas identidades e subjetividades como sujeitos de direitos, contribui para a perpetuação de desigualdades e a invisibilização de grupos marginalizados. Ao naturalizar as diferenças sociais como resultado de escolhas individuais, a violência simbólica impede que questionemos as estruturas de poder que as sustentam. É fundamental desvelar esses mecanismos invisíveis para construirmos uma sociedade mais justa e equitativa, onde todos tenham acesso igualitário a bens, serviços e oportunidades.

De tal modo, Souza (2009) nos alerta, essa lógica apresenta consequências significativas, como o desconhecimento das causas profundas, além de minimizar a luta por justiça, encobrir relações de poder desiguais e obscurecer os verdadeiros conflitos sociais que geram sofrimento e humilhação para milhões de brasileiros. É fundamental buscarmos caminhos para promover uma transformação profunda de suas realidades, tirando esses sujeitos da extrema precariedade e garantindo a todos as condições e os direitos necessários para uma participação efetiva nas estruturas sociais.

Compreender os distanciamentos e disparidades entre o que se concebe como um Estado democrático de direito e a realidade vivida é fundamental. Um Estado democrático busca garantir a igualdade de direitos e oportunidades para todos, mas na prática, muitas vezes, encontramos barreiras que impedem a ascensão social de determinados grupos. Um olhar atento para as condições de vida, os paradigmas e as circunstâncias de classes desfavorecidas revelam as desigualdades e as barreiras impostas por estruturas sociais e históricas. Negar ou minimizar esses fatores significa perpetuar uma herança simbólica que naturaliza e justifica as relações de dominação, tornando invisíveis as desigualdades sociais.

Buscando compreender e mapear as experiências e trajetórias, as lentes se configuram como dispositivos cruciais. Elas moldam os espaços de observação, os diálogos estabelecidos e as pistas que guiam a pesquisa. O próximo capítulo aprofunda a análise dessas ferramentas, explorando como elas constroem os espaços de interação com os sujeitos.

3. CARTOGRAFANDO EXPERIÊNCIAS: MAPAS DE PERCURSOS SOCIOEDUCATIVOS

No tocante a metodologia, apresento a caracterização de toda a pesquisa realizada, assim: o método de investigação adotada para ampliar e apresentar as proposições que possibilitem criar mapas e linha, mobilizando as classificações da pesquisa, considerando a sua própria natureza, propondo as aplicações práticas no seu produto.

Apresentar as abordagens utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa, apontando as características do estudo e suas raízes nos documentos e nas orientações teóricas e doutrinárias para análises dos dados. E conhecer o fenômeno da observação, de maneira sensível, utilizando o ambiente e suas dinâmicas, como fonte direta de coleta de dados. Apresentar as normativas, sua evolução histórica-social e a situação atual, e a compreensão da conjuntura social e institucional que acompanha os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, no contexto da socioeducação.

São questões abordadas nesse capítulo, as imersões e relações tecidas nesse trilhar, as lentes cartográficas e os dispositivos para percorrer esses caminhos, os mapeamentos, os contextos nos espaços coletivos e os diálogos entre os sujeitos.

3.1 O cartógrafo como pesquisador de campo: Imersão e relações tecidas

Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995) formularam a cartografia como um método que visa acompanhar processos, em vez de representar objetos. Essa abordagem, que se afasta de uma metodologia rígida, permite uma investigação mais flexível e aberta aos processos em constante transformação. Os dispositivos, nesse contexto, atuam como ferramentas para explorar essas dinâmicas e suas implicações na subjetividade. Os dispositivos são estratégias utilizadas para fortalecer os percursos e as relações desenvolvidas, conectando-se com as desigualdades e as ações que as condicionam. Ao agir como ferramentas de análise, os dispositivos permitem uma imersão mais profunda no objeto de estudo, revelando as forças e relações que o constituem:

O termo dispositivo pode ser entendido como um conjunto heterogêneo, instituições, medidas administrativas, discursos, enunciados científicos, decisões regulamentares, organizações, leis, proposições filosóficas, filantrópicas, que tem por elementos, o dito e o não dito. Significa dizer que “o dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos” (Foucault, 1979, p. 244).

Ao seguir as linhas de um dispositivo, traço um percurso similar ao de um mapa, cartografando e explorando territórios desconhecidos, moldados por intersecções entre ciência e política. Nessa perspectiva, os dispositivos, como redes de poder que permeiam todos os aspectos da vida social, nos convidam a uma cartografia constante dos territórios que habitamos, tal como sugerem Souza, Silva e Carrieri (2012). Para esses autores, os poderes não se localizam em um ponto específico, mas atuam como uma rede de dispositivos que ninguém escapa.

A pesquisa em socioeducação permitiu a elaboração de um mapa detalhado dos movimentos, procedimentos e atividades desenvolvidos por adolescentes em cumprimento de liberdade assistida, assim como das ações da equipe multidisciplinar envolvida. Essa investigação, ao se debruçar sobre a inédita realidade do trabalho de pesquisar-cartografar, possibilitou um rico aprendizado, marcado por descobertas, construções e transformações contínuas ao longo do processo.

Seguindo esses movimentos de pesquisa-cartografia, não se busca a obtenção de dados ou resultados específicos, nem a elaboração de um planejamento rígido em busca de um ideal. Ao invés disso, busca-se direcionar o olhar para as diversas dimensões do dia a dia e para as interações que se estabelecem entre os participantes e a instituição. As surpresas que emergem no decorrer do processo permitem ultrapassar os medos e abrir espaço para a criação e (re)construção de novas normas, estratégias, modos de vida e trabalho. Essa dinâmica se desenvolve a partir das subjetividades e da construção de sentidos nas práticas pedagógicas da socioeducação.

A realização desta pesquisa permitiu uma aproximação metodológica em que investigação e intervenção se mostram indissociáveis. Essa perspectiva viabiliza um processo de pesquisa que busca conhecer e transformar a realidade de forma contínua, em um movimento dialético. Ao analisar os movimentos do pesquisar e intervir, percebo que eles se entrelaçam e se complementam, constituindo um percurso que problematiza e transforma o social. Essa abordagem permite construir e produzir conhecimento a partir de diferentes práticas humanas, em um processo que se renova constantemente.

Como afirma, Silva (2004, p. 13), a pesquisa-intervenção é um processo dinâmico e transformador, que não se encerra com a produção de conhecimento, mas se insere em um movimento contínuo de construção e reconstrução da realidade:

Intervir é criar dispositivos de análise coletiva com a problematização permanente dos lugares ocupados por pesquisadores e demais participantes destes coletivos em

análises. A ênfase está na desnaturalização das práticas e das instituições, ou seja, o questionamento e desconstrução dos modos como esta experiência é tomada como natural. A análise é produzida mediante analisadores que podem ser: um tema, uma cena, uma pessoa, um acontecimento, qualquer coisa que produza a análise (Amador; Lazzarotto; Santos, 2015).

Nesse contexto, a experiência e o acesso às atividades de pesquisa se dão por meio de um movimento que articula as ações do pesquisador, unindo experiências, subjetividades e vivências tanto do pesquisador quanto dos pesquisados. Essa abordagem considera as metodologias investigativas nos processos de trabalho. O método cartográfico, como dispositivo metodológico, possibilita a relação entre pesquisa e intervenção, desestabilizando pressupostos tradicionais do conhecimento científico e promovendo um percurso de pesquisa que incentiva a intervenção e a interação.

Narrar a própria história de vida possibilita, como sugere Foucault (1979), um cuidado de si, uma jornada que permite um olhar introspectivo, mas também voltado para o mundo exterior e para as relações interpessoais, configurando um saber cuidar. Nesse sentido, a narrativa contribui para a produção, reprodução e recomposição das memórias, moldando as histórias de vida. Conforme Errante (2000, p. 143), "na dinâmica das histórias coletivas e pessoais, emergem a voz e a identidade como resultado da interação entre o historiador (o entrevistado) e o narrador (o informante)".

A partir de reflexões e interpretações, podemos dimensionar os valores, opiniões e experiências internalizados. As narrativas, ao relatarem memórias individuais e coletivas, possibilitam o reconhecimento e a transmissão de experiências sociais, além de resgatar modos próprios de ser e pensar.

De acordo com Silva:

O processo de construção de si não ocorre de forma harmoniosa, mas sim por meio de conflitos e crises. É exatamente na negociação que o indivíduo estabelece com o meio, em cada situação de conforto das necessidades e significações, que ele forma sua conduta, diferenciando-se de todos os outros membros do seu grupo, redefinindo seus atributos e características (2003, p. 70).

Com base nesses fatores, aprofundar nossa análise sobre esses movimentos, investigando: seu funcionamento e mecanismos de ação; suas necessidades específicas e estruturas organizacionais; as ofertas e recursos disponíveis; a ocupação e utilização dos espaços; os atores envolvidos e suas relações interpessoais; os processos de construção e estruturação; e, por fim, como a interação de todos esses elementos contribui para a geração de transformações significativas ou a abertura de novos horizontes.

Destarte, Mansano (2003), o método da cartografia é uma abordagem de pesquisa qualitativa que se propõe a acompanhar os processos de produção de subjetividade em um determinado território existencial, com a implicação do pesquisador e a construção de mapas dinâmicos que visam dar visibilidade às forças e aos fluxos em movimento. É uma metodologia atenta à experiência, à singularidade e ao potencial de intervenção nas realidades investigadas.

Neste estudo qualitativo de campo, adotaremos o método cartográfico proposto por, Deleuze e Guattari (1995), ao contrário dos métodos tradicionais, que buscam estabelecer verdades universais e categorias fixas, a cartografia propõe uma abordagem aberta e flexível, que valoriza as singularidades e as conexões entre os elementos investigados.

A partir da imersão no campo de estudo e da coleta de dados qualitativos, construiremos mapas conceituais que nos permitam visualizar as relações complexas entre os diferentes aspectos da temática. Esses mapas serão elaborados de forma colaborativa, envolvendo os participantes da pesquisa, e serão constantemente revisados e atualizados ao longo do processo.

Para que possa adentrar nas discussões mais relevantes, é preciso que eu traga à tona a minha própria história. Desejo compreender como meu mapa pessoal foi construído, quais as experiências que moldaram minha subjetividade e quais os caminhos que me levaram até este ponto. Ao refletir sobre tudo o que vivi e vivo, busco tecer novas narrativas, trilhar novos caminhos e abrir portas para novas possibilidades. Este relato se configura como um convite à reflexão sobre as nossas trajetórias e como as escolhas que fazemos moldam nossas vidas. Ao longo dessa jornada, escolhi tomar decisões que me levaram por caminhos menos óbvios, mas que me permitiram transformar minha realidade e a de outras pessoas.

Os desafios e dificuldades permeiam nossas vidas, tornando ainda mais relevante a promoção de reflexões sobre a superação das desigualdades sociais. Nesse sentido, é imprescindível ocupar os espaços escolares como lócus de transformação, buscando reduzir e eliminar discriminações e violências, e estimulando o respeito e a compreensão das subjetividades.

Construir espaços educacionais que reconheçam as diversas formas de ser, agir e conviver, respeitando as singularidades de cada indivíduo, é um grande desafio nos dias de hoje. No entanto, é fundamental seguir nesse caminho, buscando criar ambientes que promovam uma sociedade mais democrática e inclusiva. Neste relato, compartilho algumas experiências vividas durante a adolescência que me marcaram profundamente. Ao abordar

temas como subjetividade e pedagogia, busco conectar minhas vivências pessoais com questões mais amplas, que moldaram minha trajetória e continuam a influenciar meu processo de aprendizagem.

Ao analisar as desigualdades sociais, algumas questões surgem como um fator determinante, presente tanto dentro quanto fora dos espaços educativos e persistente em diversas sociedades. Aprofundar o olhar para aqueles que ocupam as margens da sociedade, enfrentando desafios para garantir a própria sobrevivência.

Diante dessa realidade, persiste a visão equivocada sobre algumas questões, direcionando aos resultados da falta de moral e que a escola deve ter como principal objetivo moralizar os indivíduos. Essa perspectiva, no entanto, simplifica uma questão complexa, com raízes sociais, econômicas e políticas.

A escolarização, especialmente para aqueles em situação de vulnerabilidade, deve priorizar o acesso a conhecimentos e práticas que promovam a cidadania e a participação social. Ao invés de moralizar, a escola deve oferecer ferramentas para que os estudantes possam transformar suas realidades e construir uma sociedade mais justa e democrática.

A desigualdade social, fruto de sistemas sociais desiguais, precisa ser combatida de forma ativa. A escolaridade, embora relevante, não é a única solução. É preciso ir além e questionar as estruturas que perpetuam essas desigualdades. É fundamental reconhecer a interação de diversos determinantes e a necessidade de ações conjuntas para promover a equidade social.

A adolescência é uma fase marcada por intensas transformações, tanto físicas quanto emocionais. Nesse período, os jovens se veem expostos a uma série de influências, positivas e negativas, que podem moldar seus caminhos. O ambiente em que vivemos desempenha um papel fundamental nesse processo. Bairros com altos índices de violência e desigualdade social podem ser especialmente desafiadores, expondo os adolescentes a situações de risco como o uso de drogas, a prática de atos infracionais e a evasão escolar. A busca por aceitação e a pressão dos grupos podem levar muitos jovens a tomar decisões impulsivas e arriscadas, em busca de uma identidade e de um lugar aonde pertencer.

É importante ressaltar que esses comportamentos não são escolhas isoladas, mas sim o resultado de uma complexa interação de fatores sociais, econômicos e psicológicos. A falta de oportunidades, a ausência de modelos positivos e a fragilidade dos laços familiares podem contribuir para o aumento da vulnerabilidade dos adolescentes. As consequências dessas escolhas podem ser devastadoras, tanto para os próprios jovens quanto para suas famílias e

comunidades. Situações que podem ocasionar, pode levar a problemas de saúde física e mental, além de comprometer o desempenho escolar e profissional. A prática de atos infracionais pode resultar em detenção e em um histórico que dificulta a reinserção social.

É fundamental que a sociedade como um todo se envolva na prevenção e no combate a esses problemas. A família, a escola, a comunidade e o poder público precisam trabalhar em conjunto para oferecer aos adolescentes oportunidades de desenvolvimento, apoio emocional e perspectivas de futuro. Através de programas educativos, ações de prevenção e políticas públicas adequadas, podendo oferecer aos adolescentes um ambiente mais seguro e saudável, onde possam construir um projeto de vida promissor.

Trazendo um pouco sobre meu percurso, quando ingresso no ensino médio, aos 14 (catorze) anos, adotei uma rotina noturna de estudos. A nova rotina, com aulas concentradas no período noturno, gerou um grande desafio. Passando os dias em casa, o que causava certa inquietação em minha mãe. Preocupada com o tempo livre, ela sugeriu que eu procurasse um emprego. Meu pai, embora ciente da situação, preferiu deixar a decisão a cargo de minha mãe.

Naquela época, as leis trabalhistas eram bem mais restritivas para adolescentes, tornando praticamente impossível conseguir um emprego. O programa Jovem Aprendiz, que hoje direciona para inserção dos jovens no mercado de trabalho, ainda não existia. Imagine a dificuldade de encontrar um trabalho sem a idade mínima, a escolaridade e a experiência exigidas? Foi uma busca desafiadora, devido a essas restrições.

No entanto, a sorte sorriu para mim quando descobri que uma padaria da cidade estava contratando entregadores de pão. As exigências para essa função eram bem mais flexíveis, quase inexistentes. Ser entregador de bicicleta parecia simples, mas será que era tão fácil assim?

Vamos às especificidades dessa função. O trabalho era de segunda a sábado, com entregas diárias, independentemente de sol ou chuva. Mesmo nos períodos de chuva, as entregas continuavam utilizando capa de chuva. A bicicleta, equipada com suportes na frente e atrás, era utilizada para transportar as galeias, que serviam para carregar os pães. Com apenas 14 anos, meu corpo ainda estava em desenvolvimento e o peso do carregamento, nas entregas, era muito maior do que eu podia suportar. Aquela bicicleta não era comum, parecia não ser deste mundo. Só ela já era muito pesada, imagine então com os pães nas galeias dos dois lados.

Até então, eu tinha pouca experiência com bicicleta comum, e uma daquelas era ainda mais desafiadora. Apesar de todas as dificuldades, era a única opção naquele momento.

Lembro que, durante as entregas, tinha que desviar de muitas pedras e buracos, mas o maior desafio eram as quedas. Foram muitas, e por vezes, com o peso da carga, a bagunça era grande. Motoristas paravam para me ajudar, colocando os pães de volta nas caixas, mas eu continuava as entregas, mesmo com o corpo todo machucado, principalmente os joelhos. Aquele tempo foi difícil, e muitas vezes chorei por causa da situação.

Além de todos esses desafios, continuava estudando, mas no primeiro ano do ensino médio, quando comecei a trabalhar, as dificuldades se intensificaram a ponto de quase ser reprovado, ficando em recuperação em várias disciplinas. Por pouco não abandonei os estudos. Conciliar trabalho e estudo não é fácil, principalmente quando o trabalho exige muito esforço físico.

É válido ressaltar, a crença nos estudos me impulsionou. Aquele esforço me proporcionou uma graduação em Administração, realizando sonhos e conhecendo lugares inimagináveis. Essas conquistas foram possíveis pela vontade de transformar minha realidade, pois sabia que a educação era o caminho. Com o passar dos anos, o desejo de ajudar outras pessoas a transformarem suas vidas se intensificou. Por isso, decidi cursar Pedagogia, acreditando que essa nova etapa me abriria ainda mais portas. As experiências vividas me mostraram que a educação é capaz de mudar vidas.

Os momentos de reflexão são cruciais para a abertura de novos caminhos. Ao conectar diferentes questões e situações, somos levados a rever conceitos, redescobrir e reconstruir nossas perspectivas. Essa jornada constante de mudança nos impulsiona a planejar novos rumos, sempre com o olhar voltado para o futuro. No entanto, é fundamental reconhecer que as pedras, os buracos e as quedas fazem parte do caminho e podem gerar oportunidades de transformação.

A busca pelo conhecimento é uma jornada contínua. Como aluno do Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea da UFPE, tenho a oportunidade de revisitar questões e situações que me marcaram, aprofundando minha compreensão sobre a educação e seu papel na transformação social. Essa experiência me permite não apenas mudar minha própria trajetória, mas também contribuir para a construção de histórias mais justas e equitativas para todas as pessoas.

Embora não seja idêntica à minha história, a busca por mudança é um desejo comum a muitos. A vontade de seguir novos caminhos e trilhar rotas diferentes, de ser resiliente e redirecionar o curso quando necessário, é um movimento possível através da educação. A persistência, nesse caso, é fundamental.

Compreender que a falta de políticas públicas afirmativas dificulta a mudança de trajetória. No entanto, nosso desafio e sonho é empoderar as pessoas para que reflitam sobre suas escolhas e as direcionem ativamente. Querendo que sejam protagonistas de suas próprias vidas, conduzindo seus destinos e desenvolvendo-se como indivíduos dignos, éticos, capazes e responsáveis.

Acreditando que cidadãos ativos e participativos são essenciais para a construção de uma sociedade mais justa. Cada um de nós pode contribuir para esse futuro, construindo-o a partir de suas próprias decisões e esforços.

A escolha desta temática para a dissertação está intrinsecamente ligada à compreensão de que as trajetórias de vida são diversas e singulares. Ao problematizar os caminhos e a produção de cada sujeito, busca-se valorizar a singularidade de cada indivíduo, com seus talentos e suas maneiras de ser. Nesse sentido, a educação, enquanto direito humano fundamental, assume um papel central ao promover o desenvolvimento integral de cada pessoa. Ao fortalecer a formação de valores e a socialização, a educação contribui para a transformação social, respeitando e cultivando a diversidade.

Quando relembro todo o percurso, reflito sobre esses pontos e vejo como eles determinam alguns papéis de poder, como a identificação de um indivíduo pelo número de matrícula que especifica sua posição na massa. O poder, nesse contexto, é simultaneamente massificante e individuante, constituindo um corpo único sobre o qual se exerce e moldando a individualidade de cada membro. Em contraponto a essa situação, nas sociedades de controle, o elemento identificador deixa de ser um número e passa a ser uma cifra, a senha que marca o acesso a espaços e lugares, mas também pode indicar rejeição ou exclusão.

Os indivíduos estão sujeitos a um crescente processo de controle e classificação, sendo tratados como dados em um banco de informações. Essa vigilância constante, facilitada pela instantaneidade da comunicação, permeia todos os aspectos da vida, incluindo a educação.

No campo educacional, essa dinâmica se intensifica. A formação, antes mais generalizada, torna-se cada vez mais direcionada para as demandas do mercado de trabalho, moldando o estudante para se tornar um operário qualificado ou um executivo eficiente.

Esses novos modelos de controle, embora não sejam intrinsecamente melhores ou piores que os anteriores, revelam a persistência de regimes de dominação em um contexto social cada vez mais tecnológico e globalizado.

Hoje, ao refletir sobre minha trajetória, percebo que as relações de poder exercem uma influência muito maior do que eu imaginava. Essa dinâmica, que valoriza o ter acima do ser,

me coloca em uma posição desconfortável. Os valores do consumo e da posse moldam minhas escolhas e criam barreiras que dificultam meu desenvolvimento. Ao analisar minha experiência como adolescente e as questões relacionadas as medidas socioeducativas, questiono como essa perspectiva impacta a produção de conhecimento e as possibilidades de futuro.

A sociedade contemporânea, marcada por profundas desigualdades, atribui um peso desproporcional ao poder e à riqueza. Essa dinâmica, que valoriza o ter acima do ser, moldam as experiências de indivíduos como os adolescente e ainda com mais intensidade aos que estão em medidas socioeducativas. Ao priorizar o consumo e a posse, essa perspectiva limita as oportunidades e amplia as distâncias sociais. É fundamental questionar essa lógica e buscar alternativas que valorizem a vida, as relações e o bem comum.

A produção da subjetividade desse sujeito na sociedade pode ser comparada a uma jornada cartográfica. Assim como uma bicicleta nos conduz por diversos caminhos, as experiências individuais moldam nossas percepções e direcionam nossas ações. Ao trilharmos esses mapas subjetivos, é fundamental questionar os caminhos percorridos por adolescentes, analisando os aspectos e os significados presentes em suas relações e narrativas. Essa reflexão permite compreender como as subjetividades se formam e como elas influenciam os processos de produção, agenciamento e criação de redes de relações e os rizomas.

3.2 As lentes cartográficas e seus dispositivos: Pistas para traçar os caminhos

Como pesquisador cartográfico, estabeleci uma relação colaborativa com a instituição para definir o trajeto da pesquisa. Essa abordagem, segundo Barros e da Silva (2013), permite problematizar as atividades do pesquisador por meio de um processo contínuo de ação e reflexão. Ao longo do percurso, os diálogos foram dinamizados, considerando as experiências e imprevistos do campo. A observação, por sua vez, desempenhou um papel fundamental. Conforme Clot (2010), o ato de observar não apenas gera conhecimento para o pesquisador, mas também promove uma reflexão interna no observado, estabelecendo um diálogo interno.

Esse processo se torna explícito quando o observado busca apresentar a melhor versão de si. Dessa forma, é fundamental que o pesquisador esteja sensível às nuances do campo empírico, incluindo os aspectos que podem escapar a uma análise superficial. Assim, os primeiros passos da pesquisa devem ser direcionados à construção de um ethos de confiança (Sade; Ferraz; Rocha, 2013), tanto com os adolescentes quanto com a equipe multidisciplinar e demais profissionais envolvidos. O objetivo é que os resultados da pesquisa, frutos do

acompanhamento dos trabalhos realizados na socioeducação, potencializem os momentos de interação entre o pesquisador e o campo de pesquisa.

Ao utilizar o método cartográfico como guia, é possível traçar os caminhos da pesquisa e construir esse ethos de confiança. A cartografia, nesse contexto, oferece ferramentas para mapear as complexidades do campo e identificar as relações entre os diferentes elementos. Através desse processo, o pesquisador pode aprofundar sua compreensão da realidade socioeducativa e contribuir para a construção de práticas mais justas e eficientes:

A construção de vínculos em pesquisas envolve a criação de espaços coletivos que permitam a troca de significados e experiências. Essa dinâmica não se limita à busca por pontos de convergência, mas valoriza também a diversidade de perspectivas e a construção de relações de confiança. Ao abrir-se para diferentes planos de experiência, os pesquisadores podem compor e criar em conjunto, potencializando a articulação de ações e conhecimentos (Sade; Ferraz; Rocha, 2013, p. 281).

A realização de discussões é fundamental para alinhar as diversas perspectivas e garantir direitos. Refletir a aplicação de medidas socioeducativas, considerando o contexto social, político, histórico e econômico, é crucial para compreender os sentidos atribuídos por equipes multidisciplinares aos adolescentes que cumprem essas medidas. Esta pesquisa tem como objetivo aprofundar essa análise.

Com essas propostas e dispositivos, construir, em conjunto com adolescentes e equipes multidisciplinares da socioeducação, um espaço para ampliar as discussões e analisar criticamente as atividades realizadas. O objetivo é fomentar novas perspectivas e fortalecer a confiança, como defendem Sade, Ferraz e Rocha (2013), potencializando os encontros com o campo e as trajetórias individuais. Segundo Rolnik, essa perspectiva se refere ao exercício de:

Amparar o outro na queda: não para evitar que caia, nem para fingir que a queda não existe ou tente anestesiá-la os seus efeitos, mas sim para poder entregar-se ao caos e dele extrair uma nova existência. Amparar o outro na queda é confiar nessa potência, é desejar que ela se manifeste. Essa confiança fortalece, no outro e em si, a coragem da entrega (1994, p.8).

Este processo de pesquisa tem como objetivo ampliar, refletir e problematizar questões relacionadas ao campo, com a proposta de analisar perspectivas e possibilidades das atividades ao longo do tempo, atribuindo significado e subjetividade às situações contextuais. Ao longo dessas análises, busca-se compreender as transformações e construções que ocorrem, bem como as significações que a elas são atribuídas. Desse modo, esta dissertação,

fruto de um processo de pesquisa-intervenção-cartográfica, alinha-se à perspectiva de possibilitar novas experiências e caminhos, através dos processos de (re)invenção e (re)criação, mesmo diante de possíveis dificuldades.

O método cartográfico será o percurso metodológico desta pesquisa, permitindo uma imersão profunda nas experiências e vivências, em todas as categorias elencadas nas experiências de infância, relações interpessoais. Possibilita um constante processo de descobertas, busca os encontros e as aberturas que constituem o campo de pesquisa. Alinhada ao pensamento de Deleuze e Guattari (1995), a categoria metodológica busca mapear as forças e fluxos que constituem, compreendendo-as como processos dinâmicos e em constante transformação.

Destarte, Vasconcelos e Barros (2009), a socioeducação deve acompanhar os movimentos, as situações e as relações do cotidiano, permitindo análises aprofundadas sobre os modos de atuação dos sujeitos envolvidos. A construção de instrumentos específicos para essas análises é fundamental para o desenvolvimento da socioeducação.

Compreendendo a pesquisa como um processo aberto e dinâmico, optei pela cartografia como método de pesquisa-intervenção. Essa escolha se justifica pela possibilidade de trabalhar de forma orientada, mas sem seguir um roteiro pré-definido. A cartografia permite um mergulho profundo nas experiências e relações entre os sujeitos sociais, objetos, teorias e práticas, possibilitando a construção de conhecimentos a partir de um plano de produção colaborativo, onde pesquisador e participantes recriam o saber.

A intervenção como método implica uma análise profunda das implicações coletivas, locais e concretas. Ao integrar diversos campos e facilitar o acesso a instituições, essa abordagem permite uma imersão nas dinâmicas complexas que envolvem interesses, expectativas, valores, desejos, compromissos, crenças e outras formas de interação.

Diante desse contexto, um dispositivo apresenta situações que demandam uma compreensão aprofundada, especialmente no que diz respeito à produção de subjetividades. Essas subjetividades são moldadas por relações de poder-saber que se entrelaçam com os dispositivos, desafiando os poderes e saberes estabelecidos e propondo novas formas de existência (Deleuze, 1990).

Os dispositivos compreendem tanto práticas discursivas quanto não discursivas, no sentido de serem constituídos pelas próprias práticas sociais que atuam como um aparelho, uma ferramenta, constituindo e organizando as subjetividades (Souza; Machado; Bianco, 2008, p.82). Utilizando a cartografia de intervenção como caminho, buscando os sentidos de

conhecer e fazer como inseparáveis, impedindo qualquer possibilidade de neutralidade ou de desconexão entre sujeitos e objetos.

Propondo a construção de um sistema de conhecimentos interligados e coesos, busco compreender a realidade. Ao construir esse sistema de conhecimentos, o indivíduo passa a conhecer e criar uma realidade tanto pessoal quanto coletiva, com consequências políticas e sociais. Essa transformação ocorre através da representação do conhecimento e de suas consequências na realidade.

Assim, o método, ao invés de seguir um caminho pré-determinado, permite explorar novas possibilidades e direções. A pesquisa, nesse sentido, assemelha-se a uma cartografia em constante construção. Ao adentrar um território, o pesquisador se depara com processos em curso e precisa habitar esse espaço para compreendê-lo de forma profunda.

As atividades que o pesquisador pretende cartografar, acompanhando processos e fluxos, podem ocorrer em contextos normativamente ambíguos (Schwartz, 2007), exigindo a elaboração de estratégias investigativas específicas. No entanto, isso não implica em uma pesquisa aleatória. É preciso seguir diretrizes e pistas que contribuam para a construção de um percurso coerente. Ao adotar o método cartográfico, a composição e a análise das atividades realizadas demandam a consideração de alguns caminhos específicos.

Algumas abordagens e questões norteiam nossa pesquisa: Como nos movermos pelo território de pesquisa que escolhemos? Como os espaços investigados permitem ao pesquisador acompanhar as dinâmicas locais? De que maneira as narrativas podem destacar os dispositivos políticos que influenciam a pesquisa? É fundamental registrar os processos para reconstruir a trajetória da pesquisa e aprofundar a compreensão das experiências e vivências. Os registros coletados durante a imersão em campo servirão como base para a investigação, que tem como objetivo ampliar o debate, estimular a reflexão e mobilizar ações em torno desses temas.

O conjunto completo do material de coleta, composto por documentos digitais e impressos, encontram-se sob a responsabilidade do pesquisador. A gestão e o armazenamento desse material seguirá rigorosamente as diretrizes estabelecidas pelo comitê de ética, conforme explicitado, todas as informações coletadas serão tratadas com o mais absoluto sigilo, adotando-se todas as medidas necessárias para preservar o anonimato dos participantes da pesquisa e resguardá-los de quaisquer formas de retaliação.

As técnicas de coleta de dados selecionadas para esta pesquisa foram a observação participante, através de encontros presenciais, nos atendimentos e atividades realizadas de

maneira individual e em grupos e a entrevista individual semiestruturada, realizada através de conversa individual com os adolescentes e a equipe multidisciplinar, ambas alinhadas à perspectiva cartográfica.

Visando garantir o anonimato e o sigilo dos participantes, optamos por substituir seus nomes por personagens de histórias e filmes, como: *Treino para a vida* (2005); *Escritores de liberdade* (2007); *Ao mestre com carinho* (1967); *Um sonho possível* (2009); *Prova de fogo* (2006); *O substituto* (2011); *Half Nelson* (2006).

Essa escolha está pautada nas relações que os filmes citados apresentam como: Relações de poder e política; relações de poder na sociedade; relações de poder e situações familiares; responsabilidades; disciplina; situações sociais e vulnerabilidades. Questões que abordo e relaciono no decorrer da pesquisa, assim, os nomes dos entrevistados serão tratados como:

Caroline Marrie; Karren; Flora; Eva Benitez; Ellin Gruwell; Marie Thacker; Leidy Anne; Helly Nelsin; Danny Dunne; Dora Domingas. Júlio Júpiter; Paulo Honório; Zeca; Beto Alencar; Godofredo; Ken Carter; Timo Cruz; Michael Ohher; Joe Clark; Henry Barther.

Pesquisar e intervir exigem uma política da narrativa, que envolve analisar as formas de expressão e registrar as experiências em sua própria linguagem, em um tipo de textualidade como o diário de bordo (Passos; Barros, 2009). O diário de bordo permite descrever e narrar o cotidiano das pesquisas, registrando as interações entre adolescentes, equipe multidisciplinar e o contexto da pesquisa.

Ao cartografar esse território existencial, ou seja, ao mapear as relações e as experiências vividas pelos participantes da pesquisa, é possível perceber que esse processo não se limita a espaços físicos, mas envolve também as conexões estabelecidas entre indivíduos e objetos. É nesse habitar relacional que ocorrem os processos de aprendizado e transformação, moldando os caminhos da pesquisa (Alvarez; Passos, 2009).

3.3 Mapeando os espaços coletivos e dialogando com os sujeitos

Os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, juntamente com a equipe multidisciplinar, são os atores centrais desta pesquisa. Toda a nossa concepção, análise e busca giram em torno desses sujeitos e de suas experiências socioeducativas. Acredito que nossa pesquisa seria incompleta se não déssemos voz aos próprios adolescentes, permitindo que eles expressassem seus pensamentos e sentimentos sobre as atividades pedagógicas.

As visitas iniciais tiveram como propósito primordial a construção de vínculos interpessoais. Para tanto, realizei uma apresentação pessoal e estabeleci diálogos com os participantes, visando a minha inserção natural no ambiente, livre de rótulos e constrangimentos. A intenção era que minha presença não interferisse nas rotinas já estabelecidas.

Dessa forma, atuei de forma espontânea, participando de todas as atividades e trabalhos. Nas primeiras conversas, foram detalhados os procedimentos metodológicos da pesquisa e apresentados os requisitos de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Ademais, foi solicitada a devida autorização do Juiz da Vara da Infância e Juventude do Município de Caruaru-PE.

Nesses contatos, a coordenadora reforçou a necessidade de mantermos o sigilo em relação a algumas situações e dados da pesquisa, enfatizando o compromisso ético diante da vulnerabilidade dos adolescentes e da importância da colaboração com a equipe multidisciplinar.

Na primeira visita, além de conversar com a coordenadora, tive a oportunidade de conhecer todos os espaços da sede do COMVIVA: salas de atividades, atendimentos, a equipe multidisciplinar, refeitório, espaços de convivência. Inicialmente, o contato com os adolescentes foi superficial, ocorrendo em alguns momentos nos corredores e espaços comuns. Fui apresentado a alguns deles de forma coletiva como educador e pesquisador, visando fortalecer os vínculos.

O princípio cartográfico auxilia a pesquisa ao articular os saberes presentes nas práticas discursivas, nas narrativas dos adolescentes e da equipe multidisciplinar, permitindo acompanhar as conexões entre percepções e subjetividades. Assim, ampliam-se as visibilidades dos vínculos, fragilidades e desejos.

Os primeiros movimentos visaram construir uma relação de confiança com os adolescentes e a equipe multidisciplinar (Sade; Ferraz; Rocha, 2013), fortalecendo a proposta e apostando nos resultados da pesquisa por meio do acompanhamento dos processos socioeducativos. No encontro seguinte, ao chegar ao campo de pesquisa, fui recepcionado pelo porteiro, que me entregou um crachá de identificação e me direcionou à sala do setor administrativo. Lá, encontrei a assistente jurídica, com quem iniciei meus primeiros contatos e atividades no local.

No início da pesquisa, as atividades de campo eram realizadas todas as quartas-feiras, das 8h às 10h. Posteriormente, a carga horária foi ampliada para o período das 8h às 12h,

conforme acordo com a coordenação. Essa medida visava garantir o acompanhamento do pesquisador por um profissional multidisciplinar. A instituição COMVIVA foi selecionada como local de estudo após contato inicial com a coordenadora. Uma visita presencial foi agendada para apresentação da proposta do projeto, incluindo seus objetivos, etapas e procedimentos metodológicos.

Inicialmente, definimos que conversaríamos com dez adolescentes, um número que, no período da pesquisa, representava 10% (dez por cento) do público atendido na instituição⁷. O COMVIVA, desde sua criação em Caruaru/PE, em 1988, tem mapeado e acompanhado a trajetória de crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade. Inicialmente, o trabalho se concentrou na atuação de educadores sociais em ruas e comunidades, onde se identificou um cenário marcado por exploração, violência, abandono escolar, desestruturação familiar, uso/abuso de drogas e violência sexual. Esse mapeamento inicial foi fundamental para a construção de um processo de acompanhamento e intervenção mais eficaz.

A instituição, atende em regime socioeducativo em meio aberto crianças, adolescentes e jovens, entre 6 e 21 anos, e suas famílias. Cadastrado nos Conselhos Municipais de Assistência Social e dos Direitos da Criança e do Adolescente, diferencia-se por ser o único serviço a atender indivíduos nessa faixa etária em situação de risco, rua e em medida socioeducativa de liberdade assistida.

O COMVIVA⁸ é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado. Possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), concedido pelo Ministério da Cidadania, o que atesta sua atuação na área social. Para mais informações sobre os projetos, estatuto e ações, convido você a visitar o site, localizado no rodapé.

Esta pesquisa foi submetida e aprovada pela Plataforma Brasil, obtendo as devidas autorizações éticas para a condução da pesquisa envolvendo seres humanos. Os objetivos e propósitos da pesquisa foram detalhadamente explicados aos participantes, que serão solicitados a autorizar o registro das informações fornecidas. Para tanto, foram apresentados e assinados, em duas vias, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme a Resolução CNS nº 510/2016. Uma via permanecerá com o participante e a outra será arquivada pelo pesquisador responsável.

⁷ Dados apresentados pela equipe multidisciplinar em seminário realizado ao público interno e órgãos convidados em 2023, na própria instituição do COMVIVA.

⁸ <https://www.comvivacaruaru.com.br/novo-site/>

A coleta de dados no COMVIVA foi conduzida integralmente pelo pesquisador. A pesquisa adotou técnica da observação participante como principal método de coleta, permitindo uma imersão profunda no cotidiano institucional. Com uma perspectiva cartográfica, o estudo buscou mapear e analisar os modos de subjetivação que se configuram nas interações entre profissionais e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

Os dias e horários da presença em campo foram definidos em reunião com a coordenadora, contando com o suporte de um profissional da instituição para o acompanhamento da pesquisa. Esses momentos e as observações realizadas foram minuciosamente registrados no diário de bordo. A utilização da primeira pessoa do singular nas narrativas do pesquisador é justificada pela necessidade de transmitir, de forma mais pessoal e direta, as impressões e nuances subjetivas obtidas durante a imersão no campo, permitindo uma análise mais aprofundada e autêntica dos dados coletados.

Concernente ao que aponta Benjamin (1994, p. 205), em que o narrar:

[...] é uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o puro em si da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim, se imprime na narrativa a marca do narrador como a mão do oleiro na argila do vaso

No que se refere, às experiências de troca e partilha durante a pesquisa, os adolescentes foram convidados a participar de entrevistas individuais em um espaço reservado no COMVIVA. As entrevistas aconteceram em dias e horários previamente agendados, com acesso restrito ao pesquisador e aos participantes. Quanto à análise dos dados, foram criadas categorias a partir dos eixos temáticos: produção do sujeito, subjetividades e sentidos pedagógicos.

Desde o início, este procedimento foi acordado com a instituição, profissionais, pais e adolescentes. Nessa pesquisa, busquei realizar uma reflexão cartográfica sobre a produção dos sujeitos e seus sentidos pedagógicos, com o objetivo de compreender a experiência dos adolescentes no contexto em estudo. Nas conversas, optei por não abordar diretamente os atos infracionais, buscando manter um olhar integral sobre o adolescente, considerando-o em sua complexidade e potencial. Desse modo, Volpi (2015), o envolvimento em um ato infracional não define a totalidade de um adolescente e seu potencial:

O estigma geralmente marca os adolescentes que estão cumprindo medidas socioeducativas. Um dos principais desafios para o acompanhamento realizando

serviços e programas é o combate ao preconceito institucional, seja na escola ou em outras unidades das demais políticas setoriais (Brasil, 2016, p. 20).

O questionário foi pensado como uma conversa, e foi nesse sentido a relação com os adolescentes. Embora, com formato e uma estrutura pré-definida, buscando flexibilidade, evitando respostas engessadas e proporcionando um ambiente seguro para que os jovens se expressassem livremente. Desse modo, a coleta de dados se tornou uma verdadeira troca de informações e ideias.

Os adolescentes não tiveram acesso prévio às perguntas da conversa, que ficaram sob a responsabilidade exclusiva do pesquisador. O acesso às perguntas foi disponibilizado à coordenação e à equipe multidisciplinar, que as analisaram antes da aplicação. A equipe multidisciplinar foi responsável pela seleção dos adolescentes e pela explicação inicial aos responsáveis sobre a participação na pesquisa. Após a autorização dos responsáveis, um dia e horário específicos foram agendados para cada adolescente. Aqueles que não compareceram foram substituídos.

A sala destinada à realização do PIA⁹ foi disponibilizada. Durante as orientações preliminares, reforcei a importância do sigilo e da não divulgação de informações através de gravações, fotos ou imagens. Após a coleta de assinaturas nos termos de consentimento e autorização, a coleta de dados teve início. No espaço reservado para a atividade, estiveram presentes o pesquisador, o adolescente e, em alguns casos, os pais e o profissional da equipe multidisciplinar responsável pelo acompanhamento individualizado. Durante o período de realização, o acesso à sala foi restrito a essas pessoas que estavam realizando a pesquisa.

O caminhar proposto visa mapear as metas, por meio da imersão do pesquisador no território existencial que habita, produzindo, por meio dos encontros, um mapeamento dos territórios de maneira natural. A cartografia, segundo Barros e Kastrup (2009), não se limita a representar objetos, mas acompanha os processos em curso. Nesse sentido, Kastrup e Escóssia (2009) defendem que a cartografia investiga os processos de produção de subjetividades, demandando do cartógrafo uma atitude de escuta aos afetos, como propõe Rolnik (2016), dando língua aos afetos que pedem passagem.

Dessa maneira, as narrativas que surgirem espontaneamente a partir da pesquisa de campo proporciona uma rica fonte de dados para tecer e articular compreensões mais profundas sobre os modos como os sujeitos se constituem e os sentidos que atribuem aos

⁹ O termo PIA refere-se a Plano Individual de Atendimento. É um instrumento técnico utilizado para planejar e organizar as ações a serem desenvolvidas com um indivíduo, criança ou adolescente, em situações como medidas socioeducativas ou serviços de acolhimento.

processos educativos. A observação participante, por sua vez, foi fundamental para a produção de diários de bordo, nos quais registrei as impressões e reflexões sobre o cotidiano da pesquisa. Além disso, essa modalidade de observação permite identificar os aspectos mais relevantes para a condução das entrevistas e das conversas informais, garantindo assim uma maior profundidade e riqueza nas informações coletadas.

Inicialmente, nossa pesquisa baseou-se em observação participante. No entanto, a pedido da coordenação, realizamos a leitura de documentos e relatórios internos do COMVIVA que detalhavam os trabalhos com adolescentes e outros procedimentos institucionais. Embora essa análise não fizesse parte do escopo original da pesquisa, ela se mostrou fundamental para compreendermos as dinâmicas, rotinas e procedimentos da instituição, conforme solicitado. Assim, nossos primeiros encontros combinaram observação e análise documental.

É importante destacar que esses momentos, sempre conduzidos por um profissional da equipe multidisciplinar, proporcionaram um espaço para reflexão e aprofundamento das questões teóricas. Nesses encontros, os participantes puderam relacionar os conteúdos teóricos às suas observações práticas e produções, enriquecendo assim sua compreensão sobre o tema.

Um dos critérios fundamentais para a seleção dos participantes foi a livre e espontânea manifestação de vontade, conforme todas as orientações e procedimentos estabelecidos. Exigia-se, ainda, a autorização e o consentimento dos pais ou responsáveis legais, bem como a frequência e participação regulares nas atividades escolares. Ademais, os adolescentes deveriam estar cumprindo a medida socioeducativa há pelo menos três meses.

No entanto, a dinâmica da pesquisa revelou algumas particularidades que demandaram um esforço adicional, tais como a resistência de alguns adolescentes em participar, a recusa de advogados ou responsáveis legais, mesmo após orientações sobre a natureza do estudo, e a ausência de alguns participantes no dia e horário agendados, o que tornou necessária a sua substituição.

Durante esse contato com o ambiente em questão, priorizou-se a exclusão de informações advindas dos processos judiciais relativos aos atos infracionais. Tal medida se justifica pela busca por uma nova perspectiva dentro da instituição e do contexto específico. Ainda que algumas indagações acerca dos atos infracionais fossem inevitáveis, o foco da análise esteve direcionado para outros elementos.

A preocupação em não rotular os adolescentes foi uma constante ao longo de toda a pesquisa. Desde o início, cuidados com a fala, gestos, postura, dos momentos de silêncio e até mesmo da vestimenta, buscando integração ao ambiente e não ser visto como estranho. Essa abordagem visava preservar a integridade dos adolescentes e garantir o cumprimento dos objetivos da pesquisa.

Durante os acompanhamentos e conversas individuais com a equipe, priorizamos evitar o compartilhamento de informações provenientes de peças processuais relativas aos atos infracionais. Essa conduta foi rigorosamente seguida por toda a equipe de pesquisa. Entendendo que algumas questões relacionadas ao tema poderiam surgir naturalmente nas conversas, mas nosso objetivo principal era outro.

Os profissionais do COMVIVA demonstraram grande receptividade durante o período da pesquisa, permitindo o acesso a todos os espaços e ambientes da instituição. Diversos assuntos foram discutidos abertamente com o pesquisador. Apenas em situações que envolviam informações sigilosas, o pesquisador não teve acesso.

Apesar de serem profissionais de diversas áreas, foi elaborado um único questionário com o objetivo de compreender como cada um, com sua formação específica, percebe o mesmo assunto. As falas e contribuições de cada setor foram analisadas para identificar o potencial de desenvolvimento dos adolescentes e suas perspectivas de (re)construção de um novo projeto de vida.

As atribuições e tarefas dessa equipe incluem: planejamento, organização e coordenação de atividades; elaboração de estudos de caso e relatórios; realização de atendimentos com adolescentes e familiares; orientações; e articulação de serviços em rede para atendimentos diversos.

Embora o trabalho seja realizado em equipe, o atendimento a cada profissional é individualizado, permitindo o aprofundamento em assuntos específicos. Essa abordagem, que combina trabalho em equipe e atendimento individualizado, é crucial em processos de transição, como a inserção no sistema socioeducativo, que exigem adaptações significativas.

Participaram desta pesquisa os profissionais da equipe multidisciplinar, a saber: quatro assistentes sociais, quatro psicólogas, quatro pedagogas, um assistente jurídico, duas coordenadoras e dez adolescentes. Preferencialmente, esses profissionais deveriam, estar há mais de um ano, na experiência nesse tipo de acompanhamento. Optou-se pela entrevista como instrumento de coleta de dados devido à sua flexibilidade, que propicia um diálogo mais aberto e dinâmico.

Todos os profissionais possuem formação superior em suas respectivas áreas e atuam há mais de um ano no acompanhamento de adolescentes em medidas socioeducativas. Além da equipe, foram convidados 10 adolescentes, com idade entre 12 e 18 anos, em cumprimento de medidas socioeducativas, independentemente do gênero.

Os atendimentos e acompanhamentos são desenvolvidos em um espaço educativo que oferece café da manhã, almoço e jantar aos usuários e abriga o núcleo de referência de medida socioeducativa do COMVIVA.

A equipe multidisciplinar acompanha os adolescentes de forma direta desde o início do cumprimento da medida. É responsável por elaborar e implementar planejamentos e atividades, garantindo a manutenção das rotinas, mesmo em situações adversas. O Plano Individual de Atendimento¹⁰ (PIA) é construído de forma personalizada para cada adolescente, considerando suas particularidades e necessidades. A equipe identifica e aborda diversas questões, como as relacionadas à saúde, família, aspectos sociais, educação e comportamento, buscando entender os fatores que contribuíram para a prática do ato infracional.

Esses registros constituem importantes cartografias, expressas em diálogos escritos, que concretizam a complexidade do cenário social. Quanto às cenas e paisagens a serem cartografadas, referimo-nos a todas as atividades desenvolvidas pelos profissionais e adolescentes do COMVIVA, tanto nos atendimentos quanto na realização das atividades em geral.

Ao longo dos quatro meses de observação, acompanhamento e registro das práticas profissionais, foi possível aprofundar a compreensão sobre a atuação de cada membro da equipe multidisciplinar no processo socioeducativo. Acompanhar de perto o trabalho de pedagogos, assistentes sociais, psicólogos, administrativos e advogados permitiu refletir sobre as especificidades de cada atuação e como essas se complementam para construir um cuidado integral aos adolescentes. As diferentes perspectivas e experiências profissionais contribuem para a criação de um ambiente propício ao desenvolvimento e à transformação.

Durante o período de observação, mantive contato constante com a coordenação, que nos ofereceu suporte e acompanhou de perto o desenvolvimento da pesquisa. Discutimos o cronograma, as demandas que surgiram e planejamos as conversas com os adolescentes e a

¹⁰ No nível micro o instrumento utilizado para nortear as ações realizadas tanto pelo adolescente e sua família, quanto pelo educador e pelos membros da rede social envolvida em cada caso é o Plano Individual de Atendimento (PIA). Ele deve estar atrelado aos princípios e diretrizes das legislações em vigor, bem como dos Planos Nacional, Decenal e dos PPPs.

equipe multidisciplinar para ocorrerem após um período de observação. No entanto, após esse período, foi necessário ajustar o cronograma devido a um procedimento cirúrgico da coordenação do COMVIVA. As atividades foram retomadas apenas após seu retorno:

Observar situações em seus contextos gera uma dualidade: o pesquisador produz conhecimento, enquanto o pesquisado, em um diálogo interior, busca apresentar a melhor versão de si. Essa autoapresentação, muitas vezes involuntária, pode influenciar os resultados da pesquisa. É fundamental que o pesquisador esteja atento a nuances e aspectos subjacentes da realidade observada, pois nem tudo o que é evidente revela a complexidade de uma situação (Clot, 2010, p. 41).

A fim de compreender integralmente as dinâmicas, rotinas, abordagens e relações estabelecidas nas atividades com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, foram realizados acompanhamentos nos diversos espaços do COMVIVA, incluindo a sala do setor administrativo. Esses espaços abrangem locais destinados a atividades, atendimentos, refeições e reuniões. A escolha desses locais específicos se deu pela necessidade de um ponto de referência para o pesquisador, facilitando a realização de anotações e a conversa com os profissionais da equipe multidisciplinar que estavam atuando no momento. Essa estratégia permitiu uma imersão mais completa na rotina da instituição e a coleta de dados mais aprofundados.

A pesquisa cartográfica, realizada durante o acompanhamento de processos socioeducativos, propiciou um espaço de diálogo e troca de saberes entre pesquisadores e participantes. Através da construção coletiva de mapas e narrativas, foi possível valorizar as diferentes perspectivas e experiências, promovendo uma compreensão mútua das realidades e contextos. Essa dinâmica colaborativa contribuiu para o desenvolvimento de uma consciência crítica e transformadora, incentivando a reflexão sobre as práticas socioeducativas e a busca por novas possibilidades de intervenção.

Para a efetiva participação do adolescente no processo socioeducativo de liberdade assistida, a equipe multidisciplinar necessita coletar dados e informações prévias para iniciar o acompanhamento. Nesse contexto, o adolescente é o sujeito ativo, participando diretamente das ações e dos resultados. Embora as intervenções se estendam a outros contextos e relações, como família, escola, comunidade e sociedade em geral, é ele o protagonista da sua história, responsabilizando-se pelas orientações, determinações e conquistas alcançadas.

Os atendimentos e acompanhamentos de adolescentes e seus responsáveis visaram identificar progressos e dificuldades, buscando superá-las por meio de uma relação construtiva. A observação participante, como defende Minayo (2007), foi fundamental para

compreender essa dinâmica, permitindo um acompanhamento de perto e a identificação de nuances do processo.

Imerso na leitura e na escrita, transportado para um mundo de histórias, descobertas e inquietações. A pesquisa em instituição socioeducativa permitiu acompanhar de perto a dinâmica desses acontecimentos, revelando as complexas relações entre os sujeitos envolvidos. Ao se debruçar sobre um texto, o pesquisador desvela as características peculiares da socioeducação, evidenciando os sentidos pedagógicos, os saberes e as narrativas que dão forma às práticas e às conjunturas.

Diante disso, ao iniciar a produção do diário de bordo, o que considero um registro histórico relevante para a socioeducação. Essa prática permitiu aprofundar a análise dos enunciados, compreendendo suas relações com os acontecimentos e o contexto mais amplo. Embora não fosse o objetivo central desta dissertação, tornou-se necessário um estudo mais detalhado de documentos oficiais e normativos que expressam os discursos e orientações que regem as instituições socioeducativas.

Essa realidade, além da liberdade assistida, revela um conjunto de desafios complexos e persistentes. As lutas diárias em defesa dos direitos da infância e juventude revelam as desigualdades e as concepções de mundo presentes em um contexto capitalista. Conceitos como 'oportunidade' e 'além da privação' evidenciam a possibilidade de transformar a realidade infracional, historicamente construída e perpetuada, sob a égide do capitalismo neoliberal:

Está é uma conjuntura que preenche acontecimentos que desembocam numa necessidade socioeducativa, ou melhor, a socioeducação como base para o atendimento ao adolescente em conflito com a lei seria uma resposta à sociedade, resposta a uma conjuntura (Cossetin, 2012, p.176).

Na pesquisa de campo, busco compreender as histórias e os objetivos da socioeducação. Essa área direciona seus atendimentos a adolescentes que entraram em conflito com a lei, devido a diversos fatores. A instituição em questão atende especificamente aqueles que estão cumprindo a medida socioeducativa de liberdade assistida. A sociedade, por meio de seus valores e normas, estabelece padrões de comportamento que influenciam a forma como os indivíduos são percebidos e aceitos. Nesse contexto, os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas frequentemente encontram-se submetidos a regras e métodos rigorosos. Com a proposta de aprofundar a compreensão sobre como esses jovens são socialmente percebidos e quais os impactos dessas percepções em suas vidas.

Nesse momento, quero voltar meus olhos para os encontros, os modelos e os movimentos que moldam nossas experiências e vivências. Desejo identificar as realidades que configuram a socioeducação como um rizoma discursivo e interdiscursivo, pré-construído por narrativas históricas e reflexões sobre o tipo de sujeitos que desejamos para nossa sociedade. Esses dispositivos, por sua vez, carregam em si as sementes da transformação social ampla e emancipadora, abrindo caminhos para novas possibilidades.

Ao relacionar os enunciados com a realidade, percebendo uma atividade humana que dedica tempo e energia para transformar elementos naturais e construídos. Essa atividade também demonstra o valor da troca de uma realidade por outra e a exploração de caminhos alternativos. Os adolescentes, ao serem inseridos no sistema socioeducacional, precisam adaptar-se a esses novos movimentos e meios. Essa adaptação se dá por meio da atuação dos profissionais da instituição, um trabalho social desafiador, que exige a promoção da emancipação, do protagonismo, da subjetividade e da ética. Além de promover a transformação social, esse trabalho deve considerar as questões éticas e sociais.

A singularidade de cada dia se reflete nos encontros, onde as sensibilidades individuais se entrelaçam no coletivo. A busca por conexões autênticas e a troca de perspectivas enriquecem as relações. Neles, as particularidades de cada indivíduo, suas emoções, percepções e aspirações, se manifestam e se entrelaçam com as dos demais. Essa rica troca de perspectivas e experiências nos permite construir relações mais profundas e significativas.

O grande desafio da busca diária por mobilizadores socioeducativos reside na complexidade de experiências e valores envolvidas. É preciso fortalecer as subjetividades e identidades desses profissionais, ao mesmo tempo em que os colocamos em contato com as diversas relações e conflitos sociais. Ao observar a dinâmica da equipe multidisciplinar e dos demais profissionais da instituição, percebo a socioeducação como uma proposta político-pedagógica que orienta o trabalho com pessoas. Essa proposta tem como objetivo transformar sujeitos que cometeram atos infracionais em indivíduos emancipados e socializados. No entanto, é fundamental ressaltar que esse processo exige uma abordagem cuidadosa e intencional, que considere as particularidades de cada indivíduo e as dinâmicas sociais mais amplas.

Os profissionais atendem, acolhem e orientam adolescentes e seus familiares, buscando a inclusão em seus espaços. Por meio de um processo socioeducativo, visam controlar os excessos de atos infracionais, responsabilizar, ensinar e reinserir os jovens na

sociedade, considerando suas particularidades e contextos. Nesse processo, as relações interpessoais desempenham um papel fundamental. Os símbolos presentes nessas interações dialogam sobre a realidade e as relações de poder que moldam o indivíduo. Ao buscar significado nos sistemas de símbolos, o sujeito se constitui como um ser de fala e de relações cotidianas. É nesse sentido que a proposta não busca eliminar as diferenças, mas sim reconhecer e valorizar a diversidade, construindo novas identidades.

Ao refletir sobre as realidades complexas do campo da socioeducação, que envolvem contextos, situações práticas, autores, academia, sociedade e minhas próprias experiências como educador e ser humano, identifico a presença de um domínio simbólico desumanizante. Este domínio, como já apontado em meu mapa conceitual, é marcado por fatores que dimensionam as decisões e as relações de poder, tensionando as experiências e vivências dos envolvidos.

A problematização desses adolescentes e de suas produções enquanto sujeitos os transforma em objetos de intervenção, reforçando padrões de poder opressores. É preciso questionar esse processo, pois os adolescentes são sujeitos ativos que passam por transformações, enquanto as estruturas de desigualdade permanecem relativamente estáveis, reproduzindo historicamente as mesmas dinâmicas.

Possibilidades de abordagens que valorize a construção coletiva de formas de convivência, incentivando o protagonismo juvenil. Na perspectiva de trilhar caminhos que permitam aos adolescentes serem mais autônomos e protagonistas de suas próprias vidas, superando a condição de meros reflexos das expectativas alheias. Para tanto, sugerir a implementação de programas de protagonismo juvenil, oferecendo formação e orientação aos adolescentes, com foco na construção de sentidos e significados dentro do contexto socioeducativo.

É fundamental reconhecer a complexidade da realidade e a existência de atos infracionais praticados por adolescentes. Negar essa realidade não contribui para a busca de soluções efetivas. Acredito que a problematização das respostas tradicionais é crucial para a construção de novas estratégias de intervenção. Defendendo a necessidade de um diálogo aberto e sincero com os adolescentes, buscando compreender suas perspectivas e narrativas. Através desse contato mais próximo, possibilitando construir juntos projetos e ações que promovam a transformação social e a reinserção dos jovens na comunidade.

Identifiquei diversas questões relacionadas à coletividade. Compreender as múltiplas realidades, situações e contextos é fundamental para construir dispositivos libertadores e

práticas educativas transformadoras. Ao analisar os domínios simbólicos da socioeducação, ampliei meu repertório para compreender as histórias do outro e as minhas próprias de forma mais profunda. Essa análise me permitiu desenvolver um olhar mais atento aos detalhes e às realidades que fazem a diferença em nossa compreensão.

Compreendo a observação participante como um processo de investigação científica no qual o pesquisador se imersa no cotidiano de um determinado grupo social, participando ativamente de suas atividades e relações. Essa imersão permite estabelecer um contato profundo e prolongado com o fenômeno estudado, possibilitando a coleta de dados ricos e a construção de uma compreensão aprofundada das perspectivas dos participantes. Ao vivenciar as experiências do grupo, o pesquisador busca compreender os significados e as dinâmicas sociais que moldam o contexto investigado (Minayo, 2007):

A relevância da observação participante, a qual foi utilizada nessa área social, pois ela considera que esse instrumento é essencial no trabalho de campo na pesquisa qualitativa, sua importância é de tal ordem que pode ser considerada como um método que, em si mesmo, permite a compreensão da realidade (Minayo, 2007, p. 70).

O papel do pesquisador não se restringe à posição de um mero observador passivo do fenômeno em estudo. Ao contrário, envolve uma imersão ativa na realidade, a fim de observar, analisar e interpretar os fatos relatados, as contradições presentes, as normas que regem as interações e as práticas vivenciadas pelos sujeitos. As observações realizadas permitem revelar aspectos subjacentes das situações, contribuindo para uma compreensão mais profunda da realidade desses sujeitos (Minayo, 2007).

Dando continuidade à nossa investigação, corroboro a ideia de que cartografar é um processo de imersão profunda em um território existencial (Alvarez; Passos, 2009). Essa imersão exige do pesquisador um aprendizado constante e não linear, caracterizado por um refinamento progressivo de suas ferramentas e perspectivas. À medida que o pesquisador se aprofunda no território, ele se transforma e é transformado pelas relações estabelecidas com os indivíduos e objetos de pesquisa.

Ao adotar uma perspectiva qualitativa, reconhecendo a importância da flexibilidade para construir os caminhos de investigação de forma adaptável às dinâmicas do campo. Essa abordagem permite um olhar tanto próximo quanto distante, o que torna sensíveis aos diversos fatores e estruturas que compõem as relações e as conjunturas do contexto estudado. A interação horizontal estabelecida entre pesquisador e pesquisados favorece a troca e o compartilhamento de experiências.

Essa experiência, diante dessas perspectivas, configura-se como uma estratégia de coleta de informações e, ao mesmo tempo, uma oportunidade de aprender com os participantes, acompanhando seus princípios e práticas. Ao relacionar as palavras e as aprendizagens, construímos relações significativas ao longo da investigação. Corroborando essa ideia, Lüdke e André (1986) destacam que a observação proporciona um contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno estudado.

Nessa perspectiva, a pesquisa busca aproximar-se de adolescentes e de uma equipe multidisciplinar para investigar suas narrativas, experiências e vivências. As conversas e descobertas geradas nesse processo, assim como os dispositivos utilizados, foram analisados para compreender os desdobramentos da pesquisa. As narrativas, experiências e vivências desses sujeitos serão analisadas, considerando os dispositivos utilizados e os contextos em que as conversas ocorreram. O objetivo é compreender os desdobramentos e implicações dessas interações para a pesquisa.

Desde os primeiros encontros, a equipe multidisciplinar detalhou os planejamentos para um trabalho em rede com outras instituições parceiras. Esses planejamentos abordam os eixos de atuação durante os atendimentos diretos, que serão realizados no período em que a medida socioeducativa estiver em vigor. Nesse contexto, foram estabelecidos os compromissos com a proteção integral dos adolescentes.

Durante esse processo, algumas ações são monitoradas interna e externamente. Um dos eixos principais está relacionado à aplicação de medidas pedagógicas, com foco na construção de conhecimento, na deliberação e na elaboração de propostas e planos de ação. Ao serem inseridos, os adolescentes recebem por escrito os procedimentos que devem seguir, e sua inserção no espaço educativo será acompanhada.

Nas conversas e atendimentos, as medidas de proteção são construídas com os adolescentes, priorizando a escuta ativa de seus relatos e a identificação de suas necessidades específicas. Essa abordagem individualizada permite a implementação de ações personalizadas, que podem incluir acompanhamento psicológico, suporte jurídico, encaminhamento para serviços especializados e outras medidas necessárias. O plano de atendimento é revisado periodicamente, em conjunto com o adolescente, para garantir que continue adequado às suas necessidades e às novas situações que possam surgir.

Compreender as vivências e experiências de um adolescente envolvido em atos infracionais pode ser um desafio. No entanto, a proposta é apresentar elementos que permitam a construção de uma nova realidade a partir daquele momento, com condições que propiciem

a libertação por meio de novas escolhas e caminhos a serem trilhados. Essa também é uma tarefa desafiadora, pois depende, sobretudo, da vontade e do desejo do jovem em seguir por outros rumos.

A parceria com outras instituições é fundamental para acompanhar adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. É crucial garantir o acesso a serviços essenciais como saúde, educação, lazer e espaços de convivência, assegurando que esses jovens tenham oportunidades de desenvolvimento integral. No entanto, em muitos territórios, esses acessos são limitados ou inexistentes, o que dificulta ainda mais a ressocialização desses jovens.

É preciso refletir sobre como as práticas podem ser mais eficazes para os adolescentes, considerando suas realidades específicas. A elaboração de ações e políticas públicas e sociais deve ser direcionada para a inclusão de todos os adolescentes, incluindo aqueles em conflito com a lei.

A compreensão dessas realidades nos permitiu identificar com maior precisão as necessidades e desafios enfrentados por estudantes com defasagem escolar. Ao oferecer apoio e recursos, buscando estimular a produção de sentido e o aproveitamento dos conteúdos, sempre considerando os direitos humanos e as oportunidades de transformação da realidade atual.

Esse processo de aplicação e execução em medidas socioeducativas, precisam articular e nortear os estímulos, evitando assim índices de vulnerabilidades e exclusões sociais à que muitas pessoas são expostas. Como pessoas humanas, ter os direitos, acessos e condições dignas da vida.

A fase da adolescência é um momento crucial de desenvolvimento humano, da sua construção como sujeito em meio social e a construção da subjetividade. Buscar conduzir os tratamentos com equidade de maneira adequada e tratar as individualidades e suas necessidades.

E para os adolescentes no sistema socioeducativo, algumas questões foram observadas, através de uma gestão de programas que passam por planejar, definir, formatar, organizar, monitorar e avaliar. Nesse sentido realizar um diagnóstico das situações, avaliando as possibilidades das ações participativas e criando uma rede de apoio interna e perspectivas de rede de apoio externa.

Os grupos de apoio, são formados por agentes de diferentes áreas de conhecimento e especialidades, suas relações acontecem de maneira direta e indiretamente, promovem

reuniões e encontros temáticos com a intencionalidade de promover, narrativas sobre os caminhos percorridos e possíveis caminhos que podem ser trilhados com outras perspectivas.

Essa proposta está no projeto pedagógico do COMVIVA com a proposta dos princípios norteadores e nos atendimentos que determinadas nos primeiros momentos de seguir uma rotina, organograma e fluxograma, com os procedimentos que dizem respeito as atuações dos profissionais junto aos adolescentes. Nesse sentido algumas especificidades são programadas na execução como: acompanhamento, auxílio e orientação aos adolescentes.

No acompanhamento e observações, verifiquei essas relações e suas especificidades, considerando as dinâmicas dos atendimentos socioeducativos conforme as determinações legais, integrando a instituição com os adolescentes, as famílias e a comunidade. Essas relações buscam acontecer de forma transparente, integrada, respeitando as condições definidas e priorizando as ações, promovendo as articulações nos processos.

Em conformidade, algumas articulações acontecem nas suas esferas, para elaboração de ações priorizando as especificidades de cada adolescentes, e para isso acontecer compreender os indicadores sociodemográficos, as ofertas e acessos, as condições socioeducativas. Essas informações e aspectos são condicionantes para o acompanhamento e aplicação das medidas desenvolvidas.

Para conseguir obter essas e outras informações, observei e a equipe multidisciplinar me relatou sobre os estudos de casos no programa socioeducativo, acontecendo no início do atendimento, mas durante os encontros e conforme as necessidades do equipamento ou para confirmação dos relatos.

Assim, essa proposta não busca encontrar respostas, pois vai muito além, é uma relação de programação de caráter pedagógico, técnico e social. São estratégias complementares e sua utilidade diz respeito a possibilidades de análises detalhadas e a sistematização de procedimentos e alternativas positivas de intervenção.

As entrevistas que a equipe realiza com os adolescentes e um familiar responsável pelo mesmo, são as melhores fontes de dados para um estudo de casos, pois podem oferecer importantes leituras sobre as situações, com toda carga emocional que pode ser reveladora de motivações e tensões pouco assumidas em alguns documentos oficiais.

Nesse sentido, a proposta de gerar novas possibilidades, conhecimentos sobre as situações, aprofundamentos das tensões e desafios, na perspectiva de ajuda nas gerações de novas teorias, ampliação e alternativas de trabalho, buscando uma relação transparente,

estruturando e subsidiando um planejamento específico e detalhado priorizando o atendimento e acompanhamento socioeducativo.

Esses parâmetros buscam construir um procedimento que direcione para constituir um cidadão autônomo e solidário, capaz de exercer relações de maneira melhor consigo mesmo, com os outros e com todos que integram as suas relações, e na intencionalidade de não reincidir nas práticas dos atos infracionais.

Levando em conta alguns interesses próprios, mas um sujeito capaz de aprender com as experiências acumuladas de maneira individual e social, potencializar suas competências pessoais, relacionais, cognitivas e produtivas. Nesse sentido, esses parâmetros são norteadores das ações desenvolvidas e planejadas.

Compreender essas questões e relações possibilita entender os acessos ou sua falta aos direitos e oportunidades, alinhando uma possibilidade de superação da situação atual, ressignificando os valores, e acessar espaços formação ou constituir uma participação social, uma perspectiva da esfera da realidade, para possibilidade de ações reflexivas.

Nas observações realizadas, identifico a participação dos adolescentes na construção e no monitoramento, bem como nas avaliações de suas ações socioeducativas. O respeito à singularidade e a presença educativa, são condições necessárias nas ações. Nesse sentido formar um vínculo construtivo, favorável a criatividade, buscando as trocas nas relações entre os adolescentes e os educadores, garantindo à horizontalidade na socialização das informações e saberes.

Durante o cumprimento da medida socioeducativa, a instituição COMVIVA, realiza uma organização especial e funcional para os atendimentos e acompanhamentos que possibilitem um desenvolvimento pessoal e social, pensando nas suas dimensões e formações. Acolher e acompanhar os adolescentes e suas famílias, nas diferentes áreas de conhecimento no sentido de agregar possibilidades nas ações socioeducativas.

Algumas alianças funcionam como importantes parcerias estratégicas, elas são fundamentais para a constituição da rede de atendimento social, indispensável para a inclusão dos adolescentes nos convívios sociais. Nesse sentido os parâmetros e os eixos, possibilitam suporte institucional e pedagógico, específicos nas execuções das medidas socioeducativas de liberdade assistida.

Na perspectiva que possibilite ao cumprimento da medida socioeducativa, uma compreensão sobre as relações e as formas de aprender a ser, conviver, conhecer e fazer, desenvolvendo as competências, habilidades e atitudes.

As conversas realizadas com a equipe multidisciplinar durante os encontros, foi relatado sobre alguns objetivos que a medida socioeducativa de liberdade assistida possibilita, que é a promoção social dos adolescentes e a sua família, com as possibilidades de uma ruptura dos atos infracionais e a minimização das fragilidades sociais e o fortalecimento das potencialidades dos adolescentes no seu núcleo familiar.

Após a formalização do compromisso, através da audiência de prestação das formalizações em Cartório da Vara da Infância e Juventude, os acompanhamentos aos adolescentes e suas famílias, proporcionam a recepção, desenvolvem ações, oportunizam e contribuem as promoções de integração aos estudos, desenvolve ações socioeducativas, incentivam a participação das famílias e realizam encontros de protagonismo.

A equipe multidisciplinar, utiliza e segue um modelo específico em relação ao PIA, conforme as demandas da instituição. Citados como eixos: educação, lazer, cultura, esporte, saúde, família, relações afetivas, iniciação profissional, questões jurídicas, são alguns tópicos abordados e trabalhados durante o cumprimento da medida socioeducativa.

Durante alguns encontros, as realizações dos acompanhamentos eram realizadas em formato de visitas domiciliares ou acompanhamentos nas unidades escolares em que os adolescentes se encontram vinculados e matriculados, esse momento era realizado pelo profissional da equipe multidisciplinar.

Mas esse procedimento foi compartilhado, e ele tem a intencionalidade de realmente acompanhar se todas as informações verbalizadas estão seguindo seu fluxo conforme planejamento, assim a visita domiciliar tem a intenção de observar questões pré-estabelecidas e seu cumprimento.

Em relação das unidades escolares, acompanhar a frequência escolar, participação, possíveis desvios e dificuldades relatadas. Esse procedimento é muito importante para uma avaliação e planejamento com o adolescente e a família. No sentido de dificuldades em acompanhamento das atividades, criar uma parceria para auxiliar esse adolescente para que o mesmo permaneça na escola, enquanto quesito obrigatório no cumprimento da medida socioeducativa, mas para que possa continuar e permanecer no período em que a medida não for mais um fator obrigatório.

Essas informações serão utilizadas também no momento em que a equipe se reunir para elaborar relatórios e documentos necessários para o acompanhamento e avaliação de uma prorrogação ou seção da medida. Além de argumentos para os momentos com o próprio

adolescente e as famílias nos momentos em que os encontros forem realizados na instituição COMVIVA.

Embora os momentos individualizados sejam essenciais nos acompanhamentos, devido ao fator segurança e sigilo nas informações, motivo e fator esse em que minhas observações e acompanhamentos não eram permitidos. Mas, nos atendimentos dos grupos operativos alguns relatos foram passados pela equipe multidisciplinar, sobre as propostas e suas intencionalidades.

Esses encontros são realizados na instituição, com a participação de alguns adolescentes, familiares e a equipe multidisciplinar. Uma observação em relação de ser pequenos grupos apenas de alguns adolescentes, está relacionado ao fator segurança, pois existem situações em que adolescentes de um bairro não podem estar no mesmo momento de alguns outros, devido a desentendimentos e disputas de territórios.

Nos atendimentos dos grupos operativos, são abordadas algumas temáticas e trabalhadas modalidades de temas transversais, essa escolha é realizada pela equipe multidisciplinar e são temas necessários devido ao que está sendo observado durante as intervenções individuais ou temas urgentes dentro das relações sociais.

A equipe me relatou alguns temas que já foram trabalhados durante esses momentos, tais como: direitos humanos, responsabilidade, saúde, solidariedade, criatividade, participação proativa, fala e pensamento autônomo, abordagem familiar e comunitária, garantia de direitos, fortalecimento de vínculos familiares, mundo do trabalho e suas relações. Assuntos sobre os cuidados com a saúde, prevenções e proteções de doenças, cultura e lazer, oportunizando as vivências nas diferentes esferas culturais e artísticas.

São temas propostos e escolhidos com a equipe, conforme observações e necessidades específicas para o desenvolvimento das competências pessoais, relacionais e cognitivas. São atendimentos baseados na concepção freiriana de educação popular e os elementos teórico metodológico da pedagogia social. Além de toda contribuição desses momentos, ele serve como base na elaboração de materiais e relatórios situacionais dos adolescentes.

Nas observações e acompanhamentos, percebi o desafio de tirar o peso da obrigatoriedade de estar na escola e apontar os reais direcionamentos das possibilidades que podem ser futuras conquistas por esses adolescentes que estão em medidas socioeducativas. Uma postura educativa que defende uma relação dialógica na educação, constituindo uma consciência crítico-criativa e participativa, visando a mobilização social e intervenção nas políticas públicas.

Considerando as questões que emergiram do território e as interações com profissionais e adolescentes, suas experiências e dinâmicas afetivas, sempre com foco na questão norteadora da pesquisa, optou-se por uma abordagem metodológica mais flexível. Nesse sentido, justifica-se a escolha por não utilizar um roteiro de entrevista pré-definido e rígido, conforme a seguinte reflexão:

Para acompanhar processos não podemos ter predeterminada de antemão a totalidade dos procedimentos metodológicos. As pistas que guiam o cartógrafo são como referências que concorrem para a manutenção de uma atitude de abertura ao que vai se produzindo e de calibragem do caminhar no próprio percurso da pesquisa (Passos; Kastrup; Da Escóssia, 2009, p. 13).

É importante destacar que, além das temáticas centrais da pesquisa, outras questões podem surgir nas narrativas dos participantes. Isso se deve ao caráter performativo da ferramenta metodológica utilizada, que, segundo Tedesco, Sade e Caliman (2013), pode tanto acompanhar os processos quanto intervir neles, promovendo mudanças.

A produção de dados decorrentes da pesquisa poderá compor o material de análise deste estudo. Essa pesquisa oportunizará aos participantes refletir sobre as produções dos sujeitos e seus sentidos pedagógicos, possibilitando a construção de conhecimentos ainda pouco explorados sobre a temática investigada. Desse modo, poderá resultar na ampliação de estratégias para abordar questões socioeducativas sob uma perspectiva interseccional.

Neste momento, gostaria de relatar um pouco sobre as dificuldades que enfrentei. Inicialmente, senti um certo receio de não ser bem aceito pelos adolescentes e pelos demais profissionais da equipe, por ser um novo integrante do grupo. Apesar de já ter um conhecimento prévio do ambiente, a incerteza quanto à minha aceitação era um fator que me preocupava. No entanto, para minha surpresa, fui recebido com muita abertura e cordialidade por todos. Essa acolhida me permitiu construir relações de confiança e respeito mútuo. Para facilitar essa interação, busquei sempre me comportar de forma atenta e respeitosa, cuidando da minha linguagem, gestos e vestimenta, a fim de criar um ambiente propício ao diálogo e à troca de experiências.

A primeira visita à instituição marcou fortemente o início desse trajeto, promovendo e provocando, sobretudo, uma mistura de sentimentos, expectativas, inquietações e curiosidades. Havia uma grande incerteza sobre o futuro. Foi um movimento desafiador, como o é para qualquer pesquisador que se aventura em uma dissertação. Sair da zona de conforto e vivenciar tantas emoções foi uma experiência intensa, embora não fosse o foco

central da pesquisa. As conversas e observações realizadas permitiram vislumbrar algumas das complexidades que levam adolescentes à medida socioeducativa.

A partir dos relatos de vidas marcadas por dificuldades, compreendi com maior profundidade as disparidades entre diferentes realidades e contextos, assim como as relações entre vulnerabilidade e oportunidades. Percebi a complexidade de ser ou não considerado "bom" e as desigualdades sociais que levam alguns a buscarem ascensão social por caminhos nem sempre acessíveis. Além disso, refleti sobre a importância das relações familiares e como elas podem moldar ou desconstruir indivíduos.

Embora não tenha iniciado a pesquisa com esse objetivo específico, fui inevitavelmente conduzido a uma profunda reflexão sobre minha prática. A jornada investigativa me proporcionou uma transformação pessoal e profissional, permitindo-me compreender as possibilidades de mudança tanto para mim quanto para os sujeitos envolvidos no processo educativo. As inquietações que surgiram ao longo da pesquisa abriram novas perspectivas sobre as múltiplas dimensões da produção de conhecimento, instigando-me a questionar as razões por trás das ações, dos sucessos e dos desafios encontrados.

Os últimos encontros foram dedicados para a aplicação do questionário de forma a simular uma conversa, permitindo que os adolescentes se expressassem livremente. Embora houvesse um roteiro pré-definido, os profissionais foram incentivados a adaptar as perguntas e a criar um ambiente acolhedor, no qual se sentissem à vontade para compartilhar suas experiências. Dessa forma, obtivemos relatos autênticos das experiências e vivências dos profissionais.

Os profissionais da equipe tiveram acesso às perguntas da conversa, procedimento este solicitado e acordado previamente com a coordenadora do COMVIVA. A equipe multidisciplinar, composta por 10 (dez) profissionais, participou integralmente da conversa. A duração variou entre uma e duas horas, sendo bastante flexível em virtude da espontaneidade de alguns profissionais em se expressar. O encontro foi agendado previamente para não interferir nas rotinas de trabalho. O COMVIVA disponibilizou a sala onde o PIA é realizado e, durante a conversa, reforcei a necessidade de sigilo, proibindo gravações, fotos e qualquer tipo de registro visual. Após a coleta das assinaturas de consentimento e autorização, iniciamos a atividade.

Nesse sentido, as análises dos textos foram realizadas com o objetivo de identificar não os argumentos, linhas de raciocínio ou resumos analíticos dos conteúdos, mas sim as formações discursivas sobre os conceitos. Assim, após leituras atentas, deslocando o foco da

socioeducação para outros aspectos, como a existência desse dispositivo, seus sujeitos, os sentidos pedagógicos, os acontecimentos e as conjunturas. Identificando nos enunciados pontos que a instituição COMVIVA busca aplicar em seus processos: oferecer aos adolescentes ferramentas e diretrizes, com a intenção de proporcionar condições para que façam as melhores escolhas ao se depararem com novas oportunidades de convívio social.

Nessa pesquisa a análise, as narrativas produzidas durante a pesquisa de campo, bem como os discursos de profissionais e adolescentes, buscando identificar como a construção da identidade dos sujeitos se relaciona com os sentidos pedagógicos da socioeducação.

3.4 Acompanhamento socioeducacional: Percursos e desafios

As escolhas foram pautadas em sensibilidades, identidades, vivências e experiências, recorrendo a conceitos que impulsionam nossa investigação sobre socioeducação. Mobilizando, assim, uma série de elementos como narrativas, subjetividades, dispositivos, linhas de fuga e o que já foi enunciado em diferentes contextos históricos. Esses elementos caracterizam as condições de possibilidade de sentidos, revelando o caráter, as condições de produção, as relações de poder, as ideologias e as vinculações inerentes a tais escolhas.

É fundamental analisar os elementos relacionados aos sujeitos, seus discursos e suas práticas discursivas. É preciso considerar os erros, equívocos e outras formas de linguagem, assim como os agenciamentos e as relações formativas e ideológicas presentes nesses discursos. Ao compreender as relações entre esses elementos em seus respectivos contextos, com um olhar atento aos dispositivos e símbolos, é possível identificar como o ser, os domínios, as forças, o poder e as ideologias moldam os processos formativos e discursivos na socioeducação. É fundamental questionar o dizer como as coisas são e o fazer, a fim de desvelar os processos de construção e (re)construção de significados:

Trabalhar sobre relações de poder simbolizadas em uma sociedade dividida pelo consciente e inconsciente, indivíduo e sujeito, material e abstrato, subjetivo e objetivo, racional e irracional, coletivo e individual, senso comum e ciência, mecanismos de controle de vida em seu estado natural (Orlandi, 2017, p. 55).

Abordar as relações de poder que permeiam os diversos domínios da sociedade, desde a produção econômica até a construção de identidades. Analisando como o poder controla os meios de produção, reproduz modelos sociais e culturais, e molda as subjetividades. Um

campo simbólico dominante manipula sentidos e símbolos, exercendo um controle sobre a vida e a experiência humana.

Segundo Freire, sobre a desumanização:

A situação opressora gera uma totalidade desumanizada e desumanizante que afeta todos da relação, pois é a distorção do ser mais ou ser menos, que rouba a humanidade dos oprimidos, imersos na engrenagem da estrutura dominadora que proíbem outro de ser na medida que a estrutura de seu pensar se encontra condicionada pela contradição vivida na situação concreta, existencial, em que se forma (2016, p.44).

Ao aprofundar meus estudos em socioeducação, percebi a importância da coletividade para transformar vidas. Compreender as diversas realidades e contextos sociais é fundamental para construir dispositivos libertadores e práticas educativas que promovam mudanças significativas. Através da análise dos domínios simbólicos, desenvolvi um olhar mais crítico e sensível, permitindo-me construir novas narrativas para mim e para o outro.

Minhas reflexões sobre a socioeducação me levaram a valorizar a importância da coletividade e da sensibilidade para compreender as realidades complexas que nos cercam. Ao analisar os domínios simbólicos, ampliei meu repertório para construir práticas educativas que promovam a transformação social. Acredito que, ao olharmos para os detalhes e para as histórias de vida, podemos construir um futuro mais justo e equitativo para todos.

Ao narrar as experiências de campo, pretendo compartilhar as vivências que me permitiram ir além das palavras e dos limites deste texto, promovendo diálogos, descobertas e aprendizados profundos. A pesquisa foi um convite à expansão de meus horizontes, tanto como pesquisador e educador, quanto como ser humano. Neste relato, busco retratar os cenários e as caracterizações que foram construídos ao longo da investigação, evidenciando a complexidade e a riqueza das experiências vividas, as quais possibilitaram diálogos, descobertas e aprendizados que transcendem este texto.

Ao cartografar dispositivos, percebi a indissociabilidade entre pesquisa e intervenção, o que desafia os paradigmas tradicionais da produção do conhecimento científico. A pesquisa, nesse contexto, adquire um caráter interventivo, exigindo do pesquisador a elaboração de estratégias para lidar com a ausência de normas predefinidas (Schwartz, 2007). No entanto, essa liberdade não é absoluta. O pesquisador necessita de diretrizes e pistas que o orientem nesse percurso, garantindo a consistência da investigação e a produção de conhecimento relevante.

Os registros aqui apresentados visam reconstituir o processo investigativo e aprofundar a análise das interações presentes nas experiências pesquisadas. A produção desses registros configura-se como um instrumento que, em vez de buscar uma conclusão definitiva ou um resultado final, acompanha as diversas etapas da pesquisa, adaptando-se aos contextos específicos. A prática de registrar os processos investigativos constitui-se como um dispositivo que, ao invés de se limitar à obtenção de resultados finais, acompanha os desdobramentos da pesquisa ao longo de seu desenvolvimento, adaptando-se aos contextos específicos.

Destarte, tanto a pesquisa quanto a intervenção recorrem a uma política da narratividade, na qual a forma de contar e documentar as experiências se manifesta em uma modalidade textual comumente conhecida como diário de bordo. É nesse espaço que a análise das políticas de narrativas se desenvolve desde as primeiras etapas do processo, conforme apontam Passos e Barros (2009).

A socioeducação adota uma abordagem pedagógica intencional, buscando integrar as ações educativas para que os sujeitos envolvidos construam significados próprios a partir das experiências. Esse processo de produção de sentidos, como aponta Scoz (2007), ocorre em um sistema complexo e em constante transformação, influenciado pelas diversas práticas sociais. Ao fomentar a participação ativa dos sujeitos, a socioeducação contribui para o desenvolvimento de suas identidades e para uma compreensão mais profunda de si mesmos e do mundo:

A partir dessa perspectiva, pode se considerar que qualquer experiência humana é constituída por diferentes elementos de sentido que, procedentes de diferentes esferas da experiência, determinam em sua integração, o sentido subjetivo da atividade atual desenvolvida pelo sujeito (Scoz, 2007, p.127).

Para respeitar e ter consciência de seus direitos, é fundamental que os indivíduos se reconheçam como sujeitos de direitos e vivenciem experiências que os consolidem nessa posição. A aprendizagem se dá de forma mais significativa quando baseada em vivências e experiências concretas, embora seja importante também considerar orientações e valores compartilhados.

Compreender essa concepção de educação, que reconhece todos os indivíduos como sujeitos de direitos, é essencial para estabelecer conexões entre a socioeducação e a educação formal. O objetivo é oferecer aos adolescentes que tiveram suas trajetórias educacionais

comprometidas por experiências sociais adversas a oportunidade de reconstruir seus conhecimentos e desenvolver habilidades para uma vida plena e cidadã.

Essas relações estão entrelaçadas com uma macroestrutura social opressiva que, muitas vezes, nega e marginaliza determinados conhecimentos. A (re)construção e a valorização desses conhecimentos negados, como aqueles relacionados à história e às culturas minoritárias, por exemplo, exigem um trabalho conjunto entre escola, família e comunidade.

Esta proposta pedagógica, defendida por Freire (1992), enfatiza que o aprendizado se torna significativo quando está conectado à realidade social e histórica dos alunos. Ao se apropriar desse conhecimento, os estudantes não apenas adquirem informações, mas também desenvolvem sua autonomia intelectual e se tornam sujeitos ativos na transformação de seu mundo.

As aprendizagens e conteúdos apresentados na educação e em experiências sociais como esporte, lazer, trabalho e convívio familiar conferem sentido às práticas e processos socializadores dos adolescentes, contribuindo para a construção de suas subjetividades.

Como nos afirma Spink:

O sentido é uma construção social, um empreendimento coletivo, mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas, as dinâmicas das relações sociais historicamente datadas e culturalmente localizadas, constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta (2013, p. 22).

Uma perspectiva na concepção pedagógica, assinalando as origens e os focos dos processos de conhecimento de maneira real, com diálogos, mediações dos saberes e dos conflitos, transformando e possibilitando linhas e caminhos a partir das realidades dos próprios sujeitos. Nessas práticas, os sujeitos produzem conhecimentos e ao mesmo tempo, desenvolvem e reafirmam suas concepções de mundo, confrontam suas consciências e fortalecem as convivências. A prática social como proposta educativa, possibilita os compromissos de uma (re) construção de vida, de forma individual e coletiva.

Diante disso, as articulações, as perspectivas, os paradigmas, as composições, as instalações de um plano e as estratégias para uma linha de transformação na socioeducação, tendo em vista o desenvolvimento integral dos adolescentes? Ao buscar fortalecer a autoestima, o autoconceito e a autoconfiança dos adolescentes, é fundamental proporcionar experiências significativas que permitam a construção de novos sentidos. Como ampliar o diálogo sobre essas questões?

Ampliando a escuta direcionada tanto aos adolescentes quanto à equipe multidisciplinar, é possível aprofundar a compreensão das experiências individuais e coletivas. Como se narram essas experiências e como os dispositivos de controle e seus efeitos subjetivos se manifestam na socioeducação? Essas questões serão abordadas em nosso próximo capítulo.

4 REPERTÓRIOS E MAPAS: ENTRE NARRATIVAS E A PRODUÇÃO DOS SENTIDOS

Nesta sessão, abordo as conversas realizadas, complementadas por um questionário prévio. Apresento aqui, em forma de blocos temáticos, uma síntese das falas de adolescentes e equipe multidisciplinar, buscando a maior fidelidade possível às suas palavras. A voz aqui é deles; minha função é a de relator sensível desse diálogo. A partir desses pontos, busco construir um mapa que trace linhas, rupturas e direções, evidenciando os sentidos pedagógicos na socioeducação, as produções de subjetividade e as relações de poder e os aspectos atribuídos à socioeducação por adolescentes e equipe multidisciplinar.

A partir das falas dos participantes, elaboramos um procedimento de conversa que permitiu um espaço aberto para explanações e narrativas, proporcionando um ambiente confortável para a expressão de todos. Considerando que os envolvidos já estavam familiarizados com as dinâmicas da instituição, o diálogo fluiu de forma natural. Em consonância com as determinações e acordos prévios, todas as informações compartilhadas durante a pesquisa serão mantidas em sigilo absoluto, com o objetivo de garantir a proteção da identidade dos participantes e evitar possíveis situações. Nesse sentido, os adolescentes e profissionais da equipe multidisciplinar serão identificados por nomes de personagens de histórias de filmes, conforme detalhado na metodologia da pesquisa.

4.1 Sentidos pedagógicos na socioeducação

As conversas iniciaram-se de forma espontânea e fluida. A participação em eventos anteriores facilitou a interação, mas, mesmo assim, procurei reforçar o caráter informal do encontro. Para formular futuras propostas de pesquisa, solicitei algumas informações iniciais como idade, local de moradia, escolaridade e situação profissional. Com base nesses dados, busquei construir mapas que revelassem as percepções dos adolescentes.

Ao abordar o tema das medidas socioeducativas e o tempo de acompanhamento, a primeira reação dos jovens foi de suspiro, indicando a complexidade da questão. Muitos descreveram a experiência como desafiadora, marcada pela necessidade de seguir regras e orientações institucionais. Apesar do caráter normativo, essas medidas podem ser vistas como um processo de aprendizado, que permite aos adolescentes compreender as dinâmicas sociais

e seus desafios. No entanto, é importante ressaltar que a percepção individual sobre esse processo varia consideravelmente.

Ao apresentar em suas narrativas o que entendem por direitos e responsabilidades, os adolescentes revelam seus entendimentos sobre esses conceitos. No entanto, é fundamental refletir sobre as pressões impostas por uma sociedade capitalista, que molda os desejos, as percepções e as formas de viver. A socioeducação, nesse contexto, emerge como um espaço de transformação, onde é possível questionar e reconfigurar esses processos de subjetivação. Ao analisar as narrativas dos adolescentes, identifiquei quais elementos foram significativos e determinantes para essa ruptura com o status quo e para a construção de novos projetos de vida.

Assim, os sentidos Pedagógicos possibilitam mais do que ensinar, na socioeducação vão além da mera transmissão de conhecimento. Eles envolvem a construção de relações de confiança, o desenvolvimento de habilidades socioemocionais¹¹, a promoção da cidadania e a valorização da diversidade. É nesse contexto que a educação se torna um instrumento de transformação social, buscando ressignificar as trajetórias de vida dos jovens e oferecer-lhes oportunidades de desenvolvimento integral.

De tal modo, alguns princípios são fundamentais como: Respeito aos direitos humanos; pedagogia da escuta; construção de vínculos; promoção da cidadania; desenvolvimento integral. A implementação de uma prática socioeducativa efetiva enfrenta diversos desafios, como a falta de recursos, a superlotação das unidades socioeducativas e a necessidade de formação continuada dos profissionais. No entanto, a perspectiva possibilita reflexões, avanço de pesquisas e a valorização da educação como ferramenta para tecer as relações sociais.

A socioeducação é um campo complexo e desafiador, que exige um olhar atento para as particularidades de cada jovem e para as dinâmicas sociais que os envolvem. Ao compreender os sentidos pedagógicos que norteiam essa prática, é possível construir um trabalho mais humanizado e eficaz, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva:

¹¹ Socioemocional refere-se a um conjunto de capacidades individuais relacionadas com a forma como uma pessoa pensa, sente e se relaciona consigo mesma e com os outros. Inclui a compreensão e gestão das emoções, estabelecimento de metas positivas, empatia e a capacidade de construir relacionamentos saudáveis.

A pedagogia socioeducativa deve ir além da transmissão de conteúdos formais, focando-se na reconstrução de vínculos sociais, no fortalecimento da autonomia e no reconhecimento dos adolescentes como sujeitos de direitos. "A ação pedagógica na socioeducação precisa ser mediada por valores éticos, respeitando a individualidade e promovendo o protagonismo juvenil", destaca a autora. Nesse sentido, o processo educativo torna-se um espaço de escuta, diálogo e construção coletiva, favorecendo a ressignificação das trajetórias de vida (Mendes, 2024, p. 47).

Em conformidade, os sentidos pedagógicos na socioeducação são os princípios, valores e objetivos que orientam as ações educativas desenvolvidas nesse contexto. Eles vão além da mera transmissão de conhecimentos, buscando a formação integral do sujeito, considerando suas dimensões social, cultural, emocional e cognitiva. Como aponta, **Godofredo:**

A prática pedagógica deve considerar as especificidades culturais, sociais e emocionais dos adolescentes atendidos, propondo ações que despertem a criticidade, a empatia e a construção de projetos de vida. Para isso, é necessário que a equipe multidisciplinar atue não apenas como transmissores de conhecimento, mas como mediadores de experiências significativas.

No entanto, no cotidiano socioeducativo, percebe-se, muitas vezes, uma reprodução de modelos disciplinares que limitam a autonomia dos adolescentes. Há um risco de transformar a prática pedagógica em um mecanismo de controle social, ao invés de um espaço de emancipação.

Por outro lado, a educação socioeducativa pode ser um importante vetor de transformação social se orientada por princípios éticos e dialógicos. Romper com práticas reducionistas, que muitas vezes resumem a socioeducação à mera escolarização ou capacitação profissional. É fundamental que os programas socioeducativos reconheçam e valorizem os saberes prévios e as vivências dos jovens, incorporando-os como elementos centrais do processo educativo. Nesse sentido, metodologias ativas e participativas, como: oficinas criativas, rodas de conversa e projetos interdisciplinares, podem contribuir para fortalecer a autonomia e o protagonismo dos adolescentes.

O processo educativo em contextos socioeducativos vai além da transmissão de conteúdo ou habilidades técnicas; ele abrange a formação integral do sujeito. Freire (1996), em sua obra, destaca a educação como prática da liberdade, entendendo o educando como sujeito ativo na construção de seu próprio saber.

Essa proposta, ao valorizar as narrativas dos adolescentes, aponta para um modelo educativo capaz de promover mudanças reais e significativas. Ao proporcionar um espaço

para que os jovens expressem suas experiências e reflexões, a socioeducação contribui para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Corroborando com a narrativa, **Dora Domingas**, diz:

A socioeducação é um campo em constante construção, que exige uma reflexão contínua sobre os sentidos pedagógicos que a norteiam. Ao valorizar os direitos humanos, a cidadania, a diversidade, a inclusão social e a aprendizagem significativa, é possível oferecer aos jovens em conflito com a lei oportunidades de reinserção social.

Com a intencionalidade de abordar relações a respeito da socioeducação e os dispositivos na sociedade e na continuidade à conversa, busquei compreender a importância da medida socioeducativa em suas vidas e como essa experiência influencia sua conduta nos diversos espaços que frequentam e suas realizações.

A socioeducação não se limita a um sistema normativo, mas busca oferecer condições para que os adolescentes repensem suas escolhas e construam novos projetos de vida. A escola, as oficinas de capacitação com atividades diversas e as atividades culturais e esportivas são ferramentas essenciais para engajar os adolescentes em experiências significativas.

Em relação às questões de vida em sociedade e aos espaços frequentados, a grande maioria dos adolescentes desta pesquisa relata um cotidiano tranquilo. Não se sentem discriminados ou relações de preconceito, pois afirmam que nem todos conhecem suas condições infracionais. Apenas em relação às tatuagens, percebem olhares diferentes, mas nada que impeça o acesso a determinados lugares.

Quanto a essas questões e o cumprimento da medida socioeducativa, a aceitação e a compreensão têm sido positivas. Como afirma **Joe Clark**:

Em constante evolução, ele percebe uma nova oportunidade de reescrever sua história. A transformação se tornou um imperativo para realizar seus sonhos, pois a acomodação o limitaria. Acreditando que a mudança é um processo contínuo, ele busca o sucesso através da superação de seus próprios limites.

Ao descrever a experiência, percebo como as orientações são cruciais. Procedimentos como a retirada de documentos, questões relacionadas à saúde e à educação são aspectos que podem facilitar significativamente a adaptação. Uma das partes mais gratificantes é poder oferecer orientações sobre diversos assuntos. A questão da educação, em particular, é

fundamental para a integração. Auxiliar na matrícula escolar e em outros procedimentos relacionados um passo crucial.

Um relato que ilustra essa importância pode ser encontrado em **Leidy Anne**:

É extremamente gratificante constatar a utilidade das orientações fornecidas. Acredito que as informações podem contribuir significativamente para diversos aspectos da vida, desde a organização documental até questões relacionadas à saúde e à educação.

A participação das famílias dos adolescentes durante todo o processo investigado mostrou-se fundamental. Seu envolvimento em todas as etapas da medida, desde as visitas ao COMVIVA até as reuniões e eventos, demonstrou ser um fator crucial para o sucesso do programa.

A presença familiar reforça o cumprimento da medida socioeducativa, contribuindo para a responsabilização pelo ato infracional. Além disso, o acompanhamento cotidiano e direto por parte dos familiares após o término da medida é essencial para auxiliar os adolescentes na descoberta de novas possibilidades.

Alguns pais e responsáveis demonstram grande presença em determinados momentos. Diante disso, solicito que narrem um pouco sobre essa relação no contexto da medida socioeducativa e como ela se configura em suas famílias. Essa conversa sobre a família busca compreender melhor essas dinâmicas, partindo de uma inquietação que surgiu durante as observações em campo. A presença constante das famílias, especialmente quando solicitadas, chamou minha atenção. Fato esse que fortalece na fala de **Helly Nelsin**.

As famílias, muitas vezes, são vistas como um agente secundário nas medidas socioeducativas, quando deveriam ser um dos pilares principais no processo de ressocialização. A abordagem limitada das políticas públicas quanto à inclusão dos familiares no acompanhamento do adolescente em medida socioeducativa pode agravar o ciclo de violência e reincidência.

Embora este não seja o foco principal de nossa pesquisa, acredito ser fundamental esta pergunta. Isso porque, ao analisarmos todos os contextos e produções, identificamos tanto pontos fortes quanto fragilidades nas relações.

Ao conversarmos com os adolescentes, percebemos uma forte presença familiar em seus relatos. A figura materna, em particular, foi citada por todos como um elemento constante em suas vidas, participando ativamente e oferecendo apoio. A figura paterna,

embora menos presente, também foi mencionada por alguns participantes. Nesse ponto também abordamos as relações em sociedade e seus espaços.

Para refletir sobre a relação entre o indivíduo e a sociedade, proponho a seguinte questão: Como você se identifica com a sociedade e como a sociedade, por sua vez, o identifica? As respostas a essa pergunta são diversas e complexas, abrangendo desde a indiferença em relação aos julgamentos alheios até o medo de não corresponder às expectativas sociais. A exemplo está a narrativa de **Timo Cruz**:

Minha insegurança não se concentra na sociedade como um todo, mas sim nas interações com a polícia. As abordagens que sofro devido ao meu vestuário causam-me um desconforto significativo.

As questões da normatividade que permeia esse campo têm suscitado debates sobre sua eficácia e limites na transformação das realidades sociais dos adolescentes atendidos.

A normatividade, aqui compreendida como a imposição de regras e padrões sociais que pretendem regular o comportamento dos indivíduos, desempenha um papel central na socioeducação. Ao buscar moldar o adolescente segundo parâmetros predefinidos de "conduta aceitável", o sistema socioeducativo corre o risco de reproduzir práticas disciplinadoras que priorizam a obediência em detrimento do desenvolvimento crítico e autônomo do sujeito:

A normatividade na socioeducação é um instrumento importante, mas não suficiente para garantir o sucesso das políticas públicas. É preciso construir um sistema que seja capaz de conciliar os aspectos normativos com as demandas da realidade, promovendo a ressocialização dos adolescentes e a garantia dos seus direitos (Andrade, 2024, p.57).

Muitas vezes oriundos de contextos de vulnerabilidade social, esses jovens enfrentam múltiplas violações de direitos. A normatividade, ao ignorar essas dinâmicas, pode atuar como uma ferramenta de exclusão, reforçando as desigualdades em vez de mitigá-las.

Ademais, o modelo normativo frequentemente embasa práticas infracionais, mesmo em um sistema que, teoricamente, deveria ser pedagógico. Em vez de criar espaços de escuta e participação, algumas abordagens reforçam hierarquias que colocam o adolescente como receptor passivo de normas, sem considerar sua agência e capacidade de reflexão.

Uma outra proposta dessa pesquisa é tecer sobre os adolescentes e as relações com as questões pedagógicas. Analisando como eles percebem o ambiente escolar, se sentem acolhidos e quais são suas expectativas. As conversas mostraram uma diversidade de

perspectivas, desde aqueles que veem a escola como uma obrigação até aqueles que relatam uma relação mais harmoniosa. Assim, como narra, **Ken Carter**:

A escola oferece diversas atividades interessantes, mas o que me motiva é a certeza de que os estudos são a chave para construir um futuro promissor. Por isso, mesmo não tendo uma paixão profunda pelos estudos, procuro acompanhar as aulas com atenção e aproveitar os ensinamentos dos professores.

Nas conversas que tivemos, observo uma dinâmica complexa entre o exercício de poder e dominação e as possibilidades de desenvolvimento dos adolescentes. Por um lado, os relatos evidenciam as estratégias de controle presentes nos dispositivos socioeducativos. Por outro, revelam a busca ativa dos jovens por ferramentas para construir seus projetos de vida no âmbito social. Essa dualidade nos permite compreender como os adolescentes, mesmo diante de limites impostos, encontram formas de agência e resistência.

As narrativas dos jovens demonstram como as políticas de controle, embora limitadoras, não anulam a capacidade dos adolescentes de construir suas próprias trajetórias e de se relacionar com o mundo.

Uma abordagem mais cidadã na socioeducação deveria priorizar práticas pedagógicas que envolvam os jovens em atividades comunitárias, culturais e educativas. Isso inclui criar espaços de diálogo onde possam refletir sobre seus direitos e deveres, compreender as estruturas sociais em que estão inseridos e, sobretudo, participar de ações que gerem impacto em suas comunidades.

Por exemplo, projetos que conectem os adolescentes com iniciativas locais, como hortas comunitárias ou oficinas de empreendedorismo social, não apenas os reabilitam, mas também os tornam agentes transformadores. Como pontua, **Ellen Gruwell**:

Com os espaços de diálogos e escutas, e de tomada de decisão conjunta, nos quais os adolescentes possam expressar suas demandas e contribuir para a construção de um projeto educativo mais justo e democrático.

Adicionalmente, há uma carência de políticas públicas integradas que articulem o sistema de justiça, educação, saúde e assistência social. A ausência de um trabalho intersetorial eficaz dificulta a implementação de estratégias de prevenção e reinserção social, ampliando o ciclo de exclusão.

A relação entre educação e as atividades desenvolvidas pelos adolescentes em cumprimento socioeducativo na pesquisa foram tecidas nos sentidos que, influenciam a

permanência dos adolescentes no programa, bem como as experiências vivenciadas durante esse período.

Seguindo a perspectiva de Larrosa (1994), a educação se configura como um espaço privilegiado para que os sujeitos se conheçam, narrem suas histórias e expressem seus valores. Ao refletir sobre suas ações e tomar decisões, os indivíduos são capazes de construir um senso crítico e moral. Ao promover a inclusão social, a educação incentiva a participação ativa dos sujeitos em diversos âmbitos da vida, como o trabalho, o estudo, o lazer e a família. Essa participação ativa contribui para a construção de uma sociedade mais justa e democrática, na qual os valores éticos e morais são valorizados e praticados.

É fundamental que a educação na socioeducação seja compreendida como um processo contínuo e integral, que envolva não apenas a transmissão de conhecimentos, mas também o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, o fortalecimento da autoestima e a construção de projetos de vida. Para tanto, é necessário: valorizar a diversidade; promover a participação; estabelecer parcerias; oferecer formação continuada; garantir o acesso:

Ao transformar a educação em um eixo central da socioeducação, é possível oferecer aos adolescentes a oportunidade de construir um futuro diferente, com mais oportunidades e menos exclusões. No entanto, para que isso ocorra, é preciso superar os desafios existentes e construir uma educação que seja, de fato, transformadora. (Silva, 2024, p.12).

A educação, através de seus contornos e aprendizados, tem o potencial de transformar a forma como compreendemos e experienciamos a vida. Esse processo de transformação, no entanto, não ocorre de forma isolada. A escola, por exemplo, desempenha um papel fundamental ao proporcionar experiências de aprendizagem que ampliam nossos horizontes e nos permitem explorar diferentes perspectivas.

Conforme as experiências e narrativas dos adolescentes, o processo de subjetivação é confirmado como um processo evolutivo, marcado por oportunidades de aprendizagem, reflexão e protagonismo na construção de suas próprias histórias. A inserção em novos contextos e a adaptação a eles geram mudanças significativas nos adolescentes:

As violências vivenciadas no corpo presente dão lugar a expectativas de um novo corpo, de novos pensamentos e de novas formas de se relacionar com o mundo. Essa transformação profunda reorganiza sua existência, em busca de um corpo que revele as mudanças internas (Rolnik, 1995, p. 04).

Ao direcionar as conversas para as questões pedagógicas e educacionais, explorando as relações dos adolescentes com a educação. Identifico um movimento de dúvidas, desejos e esperanças em relação ao futuro. Muitos expressaram o desejo de cursar uma graduação e transformar suas realidades por meio dos estudos. Essa reflexão é positiva e demonstra uma busca por compreensão. Contudo, alguns adolescentes, apesar de desejarem carreiras como medicina, direito e engenharia, relatam dificuldades nos estudos e sentem que essas profissões não são adequadas a seus perfis, devido às realidades de seus contextos.

No âmbito socioeducativo, especialmente no trabalho com populações vulneráveis ou em situações de conflito com a lei, a educação deve ir além da simples transmissão de conteúdo. Ela precisa ser vista como um instrumento emancipador, capaz de resgatar a dignidade, estimular o pensamento crítico e promover a inclusão. Contudo, as políticas públicas muitas vezes carecem de alinhamento com esses princípios, priorizando medidas normativas ou assistencialistas em detrimento da prática

A socioeducação amplia a concepção de educação como valor, entendendo-a não apenas como um direito, mas como um pilar de justiça social. Isso inclui, conforme narrativa de **Dora Domingas**:

A capacitação da equipe multidisciplinar para lidar com a complexidade dos desafios socioeducativos e o investimento em programas que articulem educação formal, habilidades socioemocionais e sociais.

As falas dos adolescentes revelam elementos que vão além do que é dito explicitamente, mostrando como eles percebem o mundo ao seu redor e constroem sua identidade. Ao mesmo tempo, esses jovens se sentem pressionados a se adaptar a determinadas normas e expectativas da sociedade. Essa pressão pode gerar tanto a aceitação das regras quanto a busca por formas de expressar sua individualidade e questionar o sistema. Os elementos infra e interdiscursivos presentes nas narrativas complementam as percepções dos jovens, revelando como eles são influenciados pelos discursos sociais e, ao mesmo tempo, resistem a eles. A busca por autonomia e a construção de identidades autônomas levam os adolescentes a questionar as normas estabelecidas e a buscar novos sentidos para suas experiências.

As conversas revelaram que, para os adolescentes, questões emergenciais e relacionadas à vulnerabilidade social tendem a sobrepor a educação como prioridade. Nas conversas, ficou evidente que, pra eles, as dificuldades do dia a dia e as questões mais

urgentes pesam mais do que a escola. A educação não é a coisa mais importante no momento. Esse ponto, em conformidade ao que diz, **Henry Barther**:

A medida socioeducativa não deve ser vista apenas como um instrumento normativo jurídico, mas como um mecanismo de transformação social. Quando aplicado com sensibilidade e respeito à dignidade humana, ele pode representar uma oportunidade de reconstrução de trajetórias de vida, promovendo justiça e equidade.

Relaciono, esse ponto com minha história e construção do meu mapa, devido à entrada no campo de trabalho na adolescência. Nesse sentido, os adolescentes são inseridos nas relações de trabalho de maneira muito urgente, para contribuir com as questões econômicas da casa. Ter o adolescente como mão de obra ativa dentro de casa é uma realidade comum em muitos casos. Isso fica mais evidente nos relatos sobre a não vivência escolar por grande parte das pessoas que fazem parte de seus contextos familiares.

Os relatos a seguir tratam de conversas sobre temas relacionados à escola e à educação. Como narra, **Leide Anne**:

Planejar o futuro é um processo intimamente ligado à motivação pessoal. A pesquisa sobre diferentes profissões e a definição de metas claras são ferramentas essenciais para traçar um caminho profissional promissor. Acredito que essa proatividade seja fundamental para construir um futuro mais seguro e gratificante.

As relações com a escola, na medida do possível, são tranquilas. Não há obrigatoriedade de que o contexto escolar saiba sobre a condição socioeducativa do aluno, e algumas escolas, mesmo conhecendo essa realidade, não tratam os alunos com indiferença, preconceito ou exclusão. No entanto, em alguns casos, adolescentes que exercem funções como ajudante de pedreiro, que exigem esforço físico, sentem que a escola se torna muito cansativa.

Relacionando às atividades desenvolvidas nas escolas e no COMVIVA, encontramos desafios relacionados à faixa etária e ao ano escolar. Muitos jovens abandonaram os estudos e, ao retornarem, sentem-se deslocados do contexto escolar. Outro ponto crucial é o analfabetismo. A dificuldade em ler e escrever impacta diversos processos, especialmente na inserção em cursos profissionalizantes e no mercado de trabalho, quando há interesse do adolescente.

Seguindo a mesma proposta nas narrativas e abordagens, os adolescentes responderam com entusiasmo, demonstrando grande criatividade e originalidade. **Júlio Júpiter**:

Acredito que o aprendizado contínuo é o caminho mais eficaz para alcançar meus objetivos. Aprender me permite expandir meus horizontes, desenvolver novas habilidades e me tornar uma pessoa mais completa. Quanto mais conheço, mais oportunidades se abrem para mim. É por isso que considero o estudo um investimento no meu futuro.

Reconhecer que a subjetividade não é um conceito estático, mas sim uma construção social e histórica, moldada por diversos fatores, como as relações sociais, o contexto cultural e as experiências de vida. Nesse sentido, a socioeducação precisa ir além de uma abordagem individualizada e considerar as dimensões coletivas e sociais que influenciam a formação da identidade dos jovens. Superar a visão fragmentada da subjetividade e promover uma abordagem integral que leve em consideração as múltiplas dimensões do desenvolvimento humano. Além disso, é fundamental que as práticas pedagógicas sejam constantemente avaliadas e aprimoradas, com o objetivo de garantir a efetividade das ações e a promoção da justiça social.

A construção da subjetividade na socioeducação é um processo complexo e desafiador, que exige uma abordagem multidimensional e interdisciplinar. Ao superar os desafios e aproveitar as oportunidades, é possível transformar a vida dos jovens em conflito com a lei e construir uma sociedade mais justa e igualitária.

É preciso fortalecer os vínculos entre a escola e os adolescentes, estabelecendo relações educativas profundas e significativas. Através de uma pedagogia que valorize a interação, a receptividade, o compromisso e a responsabilidade, é possível oferecer aos jovens oportunidades de protagonismo e reflexão sobre suas escolhas. Dessa forma, a escola pode exercer uma influência construtiva e duradoura, auxiliando os adolescentes a superar as questões que os levaram à prática de atos infracionais e a desenvolver todo o seu potencial.

Potencializar os adolescentes através de suas subjetividades, com base nas narrativas apresentadas, propôs algumas reflexões. Acreditando que uma forma de potencializar a subjetividade é, desde o primeiro contato, buscar compreender a história de vida dos adolescentes através de suas primeiras verbalizações. Assim, podemos perceber aspectos não explicitados inicialmente e, ao longo do atendimento, identificar seus objetivos, sentimentos e subjetividades mais profundas.

Como pontua, **Carolina Maria:**

A combinação de idade e escolaridade é desafiador. A falta de tempo e a necessidade de conciliar estudos com outras responsabilidades são desafios reais para muitos. É preciso encontrar um equilíbrio entre a conclusão do curso e o

aprofundamento dos conhecimentos, considerando as particularidades de cada indivíduo.

Embora apresentem alguns aspectos positivos, as falas dos adolescentes são bastante limitadas, dificultando a identificação clara de seus sonhos, desejos e objetivos. Essa subjetividade, tão importante nos processos de acompanhamento, permitiria uma análise mais aprofundada das necessidades e aspirações, e conseqüentemente, uma atuação mais eficaz na área da educação. A grande maioria dos jovens busca a estabilidade de um emprego formal, a aquisição de um imóvel e de um veículo, mas demonstra dificuldade em traçar planos concretos para alcançar essas metas.

Enquanto alguns já iniciam um planejamento de vida, outros ainda não possuem essa habilidade. Contribuir na elaboração de novos projetos e caminhos de descobertas é importante como pontua, **Godofredo**:

A partir das especificações do Plano de Intervenção (PIA), pretendemos identificar, nas políticas públicas, os interesses dos adolescentes. Por exemplo, um adolescente que trabalha como padeiro no COMVIVA pode buscar aprimorar suas habilidades profissionais. Da mesma forma, um adolescente que gosta de jogos pode encontrar oportunidades de desenvolvimento nessa área. Para isso, é fundamental realizar uma pesquisa detalhada para entender as principais necessidades dos adolescentes e suas famílias.

O cumprimento de medidas socioeducativas é um marco na vida dos adolescentes. Nessa fase, construir vínculos sólidos é crucial para seu desenvolvimento e reinserção social. Fortalecendo esses laços, oferecendo o apoio necessário para que superem desafios, expandam seus horizontes e construam um futuro promissor.

Investir no fortalecimento dos vínculos com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas é possibilitar caminhos. Ao oferecer apoio psicológico, orientação profissional e oportunidades de desenvolvimento, podemos ressignificar suas trajetórias e construir uma sociedade mais justa e inclusiva. É fundamental proporcionar um ambiente de acolhimento e confiança, onde esses jovens possam desenvolver suas potencialidades e construir projetos de vida mais promissores.

No contexto do protagonismo juvenil, busco compreender como o programa COMVIVA proporciona aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa (MSE), possibilitando como protagonistas de suas próprias narrativas. Quais são as estratégias utilizadas para despertar nesses jovens o sentimento de superação, a compreensão de seus direitos e deveres, e a percepção das diversas possibilidades que se abrem após o

cumprimento da medida? Como o programa contribui para que os adolescentes construam, de forma autônoma, um novo projeto de vida?

Compreendo que as narrativas refletem as experiências e vivências dos profissionais no cotidiano da instituição, evidenciando as possibilidades de aprendizado e superação diante dos desafios encontrados. A narrativa de **Dora Domingas**, aborda as questões:

Todo adolescente, independentemente de ser ou não um Medidas Socioeducativas (MSE), tem o potencial de ser protagonista de sua própria história. No entanto, essa jornada exige superação de grandes desafios. A proposta é oferecer um atendimento que possibilite ao adolescente vivenciar situações concretas de exercício da cidadania, começando pelo seu núcleo familiar e se expandindo para a comunidade. Acima de tudo, que ele compreenda o caráter educativo das medidas socioeducativas e se afaste definitivamente da prática infracional.

Ela ainda segue relatando sobre: Sonhamos com um futuro em que esse adolescente possa almejar uma vida melhor e mais digna. Em nosso acompanhamento, seja ele de 6 (seis) meses ou 1 (um) ano, buscamos contribuir para que ele exerça sua cidadania de forma plena, transformando tanto sua vida quanto a comunidade em que vive. Em vez de fazer por eles, o ideal é fazer com eles, incentivando o aprendizado autônomo. Um bom exemplo disso são alguns adolescentes que ingressaram em alguns programas educacionais, com a formação recebida e o apoio familiar e da equipe, desenvolveram suas habilidades e capacidades.

Corroborando, com a narrativa, **Helly Nelsin**:

Quando o adolescente descobre sua singularidade e se torna protagonista de sua própria história, reconhecendo suas potencialidades e desafios. Nesse contexto, o profissional atua como um guia, desenvolvendo um olhar que valoriza a individualidade de cada jovem e compreende que além do cumprimento de normas, é preciso oferecer acompanhamento personalizado e trabalhar o desenvolvimento das potencialidades.

Durante o atendimento pedagógico, é fundamental abordar os direitos garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pela Constituição Federal. Ao invés de simplesmente informar sobre esses direitos, é crucial empoderar os adolescentes para que eles compreendam que são sujeitos de direitos e que podem, sim, reivindicar e exercer seus direitos.

A socioeducação é um campo que emerge em resposta às complexas necessidades de determinados contextos sociais. Marcados por desigualdades sociais, políticas e econômicas, esses contextos demandam ações específicas para atender aos indivíduos e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade. As narrativas que temos explorado, portanto,

encontram suas raízes nas profundas desigualdades sociais que caracterizam muitos desses contextos, justificando a necessidade de intervenções socioeducativas.

A discussão sobre o envolvimento dos adolescentes em medida socioeducativa (MSE) e o papel da escola nesse processo nos leva a uma questão: como a escola pode contribuir para o desenvolvimento da subjetividade desses jovens?

Ao considerar a socioeducação como um processo formativo, é fundamental reconhecer que os adolescentes são sujeitos em constante transformação, com grande potencial para mudanças. No entanto, embora a educação tenha um papel crucial nesse processo, atribuir a ela toda a responsabilidade seria uma simplificação excessiva. Diversos outros fatores e atores sociais estão envolvidos nessa dinâmica complexa.

A trajetória escolar de muitos adolescentes em medida socioeducativa (MSE) é marcada por prejuízos desde a infância. É imprescindível que a equipe multidisciplinar em parceria com as famílias, elaborem estratégias para retomar e fortalecer o processo educativo desses jovens. Apesar dos esforços, a escola permanece como um dos principais desafios a serem superados. Fica evidente, essa situação na narrativa de **Michael Hoen**:

Com idade avançada, muitos não conseguem dar continuidade aos estudos devido à distorção idade-série, resultado, em grande parte, da necessidade de trabalhar. A maioria exerce funções como serventes de pedreiro, relatando dificuldade em conciliar trabalho e estudos noturnos em virtude do cansaço. Além disso, alguns não enxergam a escola como um meio de transformar suas vidas.

A possibilidade de estudar continua sendo fundamental para a convivência em grupo, o aprendizado de novos conteúdos e o acesso a cursos profissionalizantes por meio da escolarização. A educação é um direito de todos os cidadãos brasileiros, e a escola pode, sim, desenvolver e despertar a subjetividade dos adolescentes.

Alguns desafios e resistências, são pautadas, como relata, **Eva Benitez**:

A escola, de fato, representa um grande desafio. Os adolescentes estão acostumados com os espaços mais livres da rua, encontram dificuldades em se adaptar aos ambientes escolares mais restritos. A baixa escolaridade dos pais e a falta de atrativos para alguns, agravam essa situação. Além disso, a escola, muitas vezes, encontra-se direcionada para os conteúdos didáticos, deixando em segundo plano questões do dia a dia e da vivência.

Nesse contexto, buscar atuação de forma proativa: identificando comportamentos de resistência, irregularidade e ausência, e realizando relações ativas para garantir a inclusão dos adolescentes em todas as atividades regulares. Ao ser abordados, muitos alunos questionam

imediatamente o motivo da procura, demonstrando a necessidade de um diálogo aberto e transparente.

Mesmo não sendo o foco dessa pesquisa, é indispensável em alguns momentos abordar as questões da escola, que é uma parceria primordial para o cumprimento das medidas socioeducativas. A escola desempenha um papel fundamental no processo de socialização dos adolescentes. É lamentável que ainda não se reconheça plenamente que a escola é um sujeito ativo da comunidade, com direito a participar ativamente desse espaço.

Um dos desafios centrais é a necessidade de compreender o adolescente não apenas como um indivíduo que infringe normas, mas como um sujeito em processo de formação e construção identitária. A subjetividade desses jovens é atravessada por múltiplos fatores sociais, culturais, econômicos e familiares que, frequentemente, se encontram em condições de vulnerabilidade e exclusão. Assim, a prática socioeducativa deve assumir um caráter dialógico e emancipatório, apoiando o jovem como protagonista de sua trajetória.

Dessa maneira como pontua, Gallo (2002), “a educação deve ser um convite à autonomia, uma possibilidade de se repensar o lugar social e subjetivo do educando”. Sob essa ótica, os sentidos pedagógicos na socioeducação não podem ser meramente normativos ou disciplinadores. Antes, é preciso ser fundamentado em perspectivas que promovam o reconhecimento da singularidade do adolescente e a construção de narrativas positivas sobre si mesmo.

Entretanto, a realidade mostra que ainda há lacunas significativas. Muitas vezes, os programas socioeducativos priorizam práticas normativas ou tecnicistas, em detrimento de abordagens voltadas à subjetividade e ao fortalecimento das capacidades críticas e reflexivas dos jovens. Isso é agravado por estruturas institucionais precarizadas e pela ausência de formação contínua dos profissionais envolvidos, o que limita as possibilidades de uma intervenção.

Os sentidos pedagógicos devem ir além da formalidade curricular e buscar, na interação cotidiana, formas de ressignificar a experiência do adolescente em conflito com a lei. Isso exige um comprometimento em atuar como mediadores de significados, promovendo espaços de escuta, acolhimento e projetos de vida. Nesse processo, é fundamental integrar conhecimentos interdisciplinares que abarquem psicologia, questões sociais, e teorias da educação.

A socioeducação não deve ser vista como um fim em si mesma, mas como um ponto de partida para a transformação social e subjetiva. Como destaca Freire (1996), “a educação é

um ato político e não pode se dissociar da busca por justiça social e igualdade”. Portanto, deve fomentar práticas que transformem os sentidos pedagógicos em ferramentas concretas de emancipação e inclusão, contribuindo para uma sociedade mais justa e humana.

Para os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, a educação social se torna ainda mais relevante, pois oferece diversas possibilidades para o desenvolvimento social e pessoal. Através dela, esses jovens podem desenvolver capacidades para participar, integrar e interagir em grupos, na comunidade e na sociedade, contribuindo para sua ressocialização e para a construção de um futuro mais promissor. Essa relação, está no contexto narrado por **Zeca**:

Sempre fui um aluno participativo, com grande interesse por física e biologia. As aulas dessas disciplinas, com explicações claras e instigantes, me motivam a aprofundar meus conhecimentos e a participar ativamente das discussões. Na escola, me sinto acolhido e parte de um grupo, o que contribui para um ambiente de aprendizado enriquecedor. Estudo aqui há bastante tempo e valorizo cada vez mais essa experiência.

Os vínculos, as funções e as ofertas educativas proporcionam conexões entre os conteúdos disponibilizados e o sujeito aprendiz, possibilitando um vínculo com o saber. É fundamental que essas ações valorizem as contribuições singulares de cada sujeito, evitando propostas pré-estabelecidas e engessadas. O protagonismo e as subjetividades são elementos essenciais nesse processo.

Os sentidos educativos envolvem tanto a transmissão de conhecimentos quanto a consideração dos desejos e interesses dos adolescentes. Ao mesmo tempo em que cumprem uma função socializadora e civilizadora, os processos educativos devem ser capazes de articular as diferentes vertentes e desejos dos alunos. Essa articulação constitui tanto um desafio quanto uma oportunidade para a construção de práticas educativas significativas.

Os programas e projetos socioeducativos oferecem aos adolescentes oportunidades de desenvolvimento integral, por meio de ações que visam complementar diversos eixos. Essas iniciativas proporcionam acolhimento, orientação e acompanhamento, além de atividades planejadas nas áreas de arte, cultura, saúde, esportes, lazer e tecnologia. Também incluem reforço escolar, cursos de desenvolvimento pessoal e profissional, e encaminhamentos para o mercado de trabalho. Nesse contexto, destacam-se as dimensões socializadoras e educativas.

A proposta de oferecer atividades diversificadas, com o objetivo de manter os adolescentes engajados em instituições de ensino e fortalecer seus vínculos com a escola, é fundamental para combater a evasão e o fracasso escolar. Essa variedade de ações e projetos

visa mediar as desigualdades de oportunidades, ocupar o tempo livre dos jovens e, assim, reduzir a atratividade do universo infracional.

Ao analisar as narrativas dos adolescentes, é possível compreender como eles se percebem, como constroem sua identidade e quais elementos moldam sua subjetividade. Nesse sentido, é crucial investigar os significados que o processo socioeducativo assume para esses jovens, tanto do ponto de vista dos profissionais envolvidos quanto da perspectiva dos próprios adolescentes.

4.2 Produção da subjetividade nas relações de poder

É inegável que a socioeducação brasileira, embora tenha avançado em relação ao passado, ainda se encontra marcada por profundas desigualdades sociais, e aqueles em situação de vulnerabilidade social são, em sua maioria, os mais atingidos pelas medidas socioeducativas. Essa seletividade do sistema reflete as desigualdades estruturais da sociedade e a falta de políticas públicas efetivas para a promoção da igualdade.

A socioeducação, concebida como política pública para a reinserção de adolescentes em conflito com a lei, revela-se um campo permeado por tensões de poder. Ainda que almeje a emancipação, frequentemente ecoa estruturas autoritárias que se opõem aos seus princípios.

Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas são submetidos a práticas que visam normalizar seus comportamentos, com base em uma estrutura que envolve família, indivíduo e sociedade. Essas práticas podem despertar uma consciência política e social nos adolescentes. No entanto, os resultados dessas medidas podem variar, tanto no que diz respeito à interrupção da violência quanto à possibilidade de transformar comportamentos rebeldes em aprendizados construtivos.

Ao refletir sobre a construção da subjetividade humana e sua relação com os mecanismos de poder, percebemos que as identidades são moldadas por diversas forças e relações sociais. Foucault (1994) e Deleuze (1992), em suas obras, oferecem ferramentas conceituais para analisar como esses dispositivos de poder atuam na produção de subjetividades.

A partir das ideias desses autores, podemos compreender que as identidades não são fixas e imutáveis, mas sim construídas historicamente e socialmente. As relações de poder, que permeiam todos os aspectos da vida, moldam as formas como percebemos e como somos percebidos pelos outros. Essas relações são complexas e multifacetadas, envolvendo processos de identificação, classificação e controle.

Ao analisar as estratégias de poder, é fundamental considerar as diversas formas como os sujeitos são submetidos a processos de normatização e disciplina. Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer as possibilidades de resistência e transformação que se abrem diante dessas relações de poder.

Ancorados em Foucault (1994, p.304):

O poder é marcado por uma relação de forças desiguais e relativamente estabilizada, evidentemente isto implica uma diferença de potencialidade entre em cima e em baixo, que se adaptam a uma estrutura de coordenação simbólica que caminha para a formação de uma grade de pontos que se interconectam por linhas de forças horizontais representadas pelas macro políticas que se direcionam para a construção de modos de subjetivação invadidos por forças políticas, econômicas, sociais, culturais e históricas.

Seguindo essas análises, Foucault (1994, p. 301) apresenta elementos discursivos e não discursivos que compõem o conceito de dispositivo, mas não se limitam a estes: a saber, a instituição e a *épistémé*. No que diz respeito à instituição, Foucault (1994, p. 301) a define como o conjunto de práticas sociais não discursivas, moldadas por comportamentos normatizados e aprendidos.

Esse campo de forças, marcado por um movimento constante de lutas, é constituído e moldado pelos sujeitos que o compõem. Esses sujeitos, por sua vez, delimitam os meios e fins desse campo de acordo com suas composições, seja mantendo ou transformando seus espaços sociais e estruturas. Trilhando os caminhos, sobre como os adolescentes em medidas socioeducativas compreendem sobre seus direitos, analisando os fatores que influenciam essa compreensão e as implicações para suas vidas. Como conformidade, **Paulo Honório**:

Os profissionais da área precisam considerar seu papel não como equipe de controle, mas como mediadores de oportunidades para que os adolescentes possam compreender e reescrever suas histórias.

No que diz respeito a determinados entendimentos, a conversa evoluiu para uma discussão mais aprofundada sobre os conceitos de direitos, socioeducação e responsabilização. O processo socioeducativo tem como objetivo orientar os adolescentes para que se tornem protagonistas de suas próprias vidas, promovendo diferentes formas de subjetivação. A partir das observações, conversas e análises dos discursos, percebe-se que esse processo representa um momento crucial e transformador na trajetória de vida desses jovens.

Ainda no tocante a compreender sobre Direitos, **Júlio Júpiter**, diz:

Embora afirme ter noção de seus direitos à saúde, educação e segurança, demonstra consciência da importância de aprofundar seus conhecimentos sobre o tema. Em especial, manifesta preocupação quanto à forma de exercer esses direitos em situações concretas, evidenciando a necessidade de informações mais precisas e completas.

As narrativas dos adolescentes revelam um desconhecimento significativo de seus direitos, inclusive os mais básicos. Essa falta de informação impõe barreiras e dificulta o acesso a oportunidades e serviços essenciais. Entre os direitos fundamentais que devem ser garantidos a todos, destacam-se: saúde e bem-estar, educação e trabalho, convivência familiar e social. Ao falar sobre essa relação, **Beto Alencar**:

Reconheço que possuo direitos, porém, desconheço quais são eles especificamente. Além disso, sinto-me perdido quando e onde buscar informações e orientações sobre essa questão.

O processo socioeducativo, nesse sentido, busca fomentar diferentes modos de subjetivação, como a construção de identidades positivas, a participação em projetos comunitários e o desenvolvimento de habilidades para a vida.

Segundo Foucault (2014), a subjetividade do indivíduo nas sociedades ocidentais foi moldada historicamente pela valorização da verbalização. A confissão dos atos, das falhas e dos pensamentos mais íntimos tornou-se um mecanismo central para a formação da identidade individual e para a regulação social.

Compreender os novos contornos da subjetividade exige analisar as determinações normativas das leis e as relações subjetivas que se estabelecem nesse contexto. As leis, ao estabelecerem padrões de comportamento e valores, influenciam diretamente a forma como os indivíduos se percebem e se relacionam com os outros. Diante desse cenário, abrem-se possibilidades para a construção de novas práticas de subjetivação. Ao problematizar as normas estabelecidas e explorar outras formas de relação consigo mesmo e com o mundo, os indivíduos podem promover transformações nas estruturas de poder que moldam suas vidas. Assim como narra **Dora Domingas**:

A superação das desigualdades na socioeducação exige um esforço conjunto de todos os atores envolvidos, desde o poder público até a sociedade civil. É preciso investir em políticas públicas que promovam a igualdade, a inclusão social e o respeito aos direitos humanos. A socioeducação, quando realizada de forma adequada, pode ser um importante instrumento para a transformação social e a construção de um futuro.

A perspectiva de mudança de comportamentos em adolescentes visa conduzi-los a transformações mais profundas, estabelecendo novas formas de interação consigo mesmos, com os outros e com o mundo. Nesse sentido, refletir sobre nossas escolhas, comportamentos e relações sociais é fundamental, pois fazem parte de uma construção histórica moldada por influências externas. Essas influências podem tanto impulsionar mudanças quanto perpetuar um sistema normativo de regras sociais.

Com a abordagem sobre como as medidas socioeducativas moldam a identidade e a percepção de si mesmo dos adolescentes? Quais os impactos psicológicos e sociais dessas medidas na construção da subjetividade?

Quando a conversa se direcionou para a subjetividade, propus uma reflexão: 'Como vocês se percebem a partir de suas vivências e relações com o mundo?' Alguns adolescentes demonstraram dificuldade em compreender o conceito. Para facilitar a compreensão, aprofundi a discussão, relacionando a subjetividade com o protagonismo juvenil, a construção da identidade e os processos de formação. Enfatizei que a subjetividade é fundamental para entendermos quem somos e como nos relacionamos com os outros.

Alguns adolescentes narram essa questão a partir de suas experiências e gostos pessoais. E trazem uma importante reflexão como aponta, **Flora**:

A partir dos 17 anos, muitos jovens são incentivados a entrar no mercado de trabalho. Conciliar estudos e emprego pode ser desafiador, exigindo uma boa gestão do tempo e, muitas vezes, sacrificando momentos de lazer. A escola, por sua vez, desempenha um papel fundamental na formação do indivíduo, proporcionando conhecimento e preparando-nos para o futuro. No entanto, minhas maiores paixões estão ligadas à natureza. Adoro passar tempo no sítio, cuidando dos meus cachorros e explorando a região. Acredito que essa conexão com o meio ambiente me inspira a buscar uma profissão que combine meus interesses pessoais com a possibilidade de contribuir para um mundo mais sustentável.

Com essa abordagem, a análise das microfissuras permite compreender os dispositivos para além das ordens normativas, revelando as relações entre causas, consequências e seus efeitos na exposição social. Os sujeitos internalizam os modos de produção da subjetividade, naturalizando os sentidos e significados produzidos por esses dispositivos. Assim, a subjetividade se constitui a partir de processos causais que compõem as relações sociais, atribuídas a comportamentos heterogêneos e moldadas por forças e dispositivos estratégicos:

Assim, a estrutura de sentido que se revela pela construção das políticas públicas, serve às lógicas de ação e lógicas de sentido que perpassam desde a negociação e reforma dos dispositivos normativos, quanto do diálogo destes com atores públicos e

privados, um quadro normativo de ação, com a expressão da potência pública (Muller; Sured, 1998, p. 16).

A capacidade de observar processos, estratégias e seus resultados, tanto individualmente quanto em grupos sociais, permite identificar as dinâmicas de poder e compreender como o desenvolvimento ocorre. Ao sintonizar as inquietações e analisar as fissuras nas estruturas dominantes, é possível transcender as barreiras e construir novos conhecimentos. Nesse contexto, os dispositivos socioeducativos oferecem ferramentas para que adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa desenvolvam uma nova percepção de si e do mundo, superando os limites dos contextos sociais nos quais estavam inseridos.

No contexto socioeducativo, o poder manifesta-se não apenas de forma coercitiva, mas também normativa, configurando os modos pelos quais os adolescentes são subjetivados. Os dispositivos institucionais como regras disciplinares, vigilância constante e práticas pedagógicas atuam na construção de identidades que visam moldar os sujeitos segundo um ideal de "cidadania" e "boa conduta". Embora tais práticas sejam justificadas pela necessidade de promover a reintegração social, elas frequentemente reproduzem estruturas de desigualdade.

As relações que apontam os encontros e as microfissuras configuram políticas públicas moldadas por modelos padronizados de sujeito, um dispositivo colonizador que determina as relações de poder e suas conexões com outras configurações, orientando e condicionando o jogo social. Esse dispositivo, constituído por estratégias nas relações de força, sustenta determinados tipos de saber. Portanto, a somatória das forças desiguais nas relações estabelecidas é (re)construída por relações entre opressor e oprimido, as quais se constituem nas relações de poder (Foucault, 1994, p. 300).

Os dispositivos possibilitam a criação de novos modelos de subjetivação, (re)organizando as existências e produzindo desejos. Essas novas formas de conduzir a vida (re)constróem os modos de ser sujeito, oferecendo novas possibilidades de comportamento, vivência e reconhecimento social. Ao disponibilizar eixos temáticos e fortalecer o aprendizado de novos conhecimentos, os dispositivos ampliam as rotas e processos, permitindo a realização de sonhos nos contextos sociais. Assim, **Henry Barther:**

A implementação de práticas dialógicas, inspiradas em Paulo Freire, pode ajudar a ressignificar essas relações de poder, promovendo a escuta ativa e a participação dos adolescentes na construção de seu processo socioeducativo. Isso implica deslocar o

foco da normativa para a construção de vínculos sociais que permitam a emergência de subjetividades plurais e críticas.

Mas, quem são os adolescentes sujeitos às medidas socioeducativas? Essa pergunta é fundamental para entendermos o perfil desses jovens e as dinâmicas que os levam a cometer atos infracionais. A primeira abordagem deste estudo investigou os aspectos característicos dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de Liberdade Assistida. Quem são esses jovens? As práticas e acompanhamentos socioeducativos visam proporcionar experiências que contribuam para a formação de valores e atitudes, possibilitando transformações significativas em suas vidas.

Apesar de algumas dificuldades relatadas, como violência, dependência química¹², tráfico, vulnerabilidades e fragilidade familiar, é fundamental estabelecer vínculos humanos e sociais com os adolescentes. A equipe deve acreditar na possibilidade de mudança e ser resiliente, transmitindo essa perspectiva aos jovens em seus acompanhamentos. Assim relata, **Ellin Gruwell**:

Os adolescentes são indivíduos que, desde a infância, experimentaram alguma forma de vulnerabilidade social. São pessoas que, diante dos desafios da infância e juventude, demonstram uma incrível capacidade de resiliência, resistindo para seguir em frente em seus contextos familiares e comunitários.

Diante de um cenário desafiador, marcado por violência, drogadição, tráfico, vulnerabilidade e fragilidade familiar, a equipe multidisciplinar precisa fortalecer os vínculos humanos e sociais com os adolescentes. É imprescindível acreditar na possibilidade de mudança, persistir em busca de soluções e desenvolver resiliência para enfrentar as adversidades. Ao compartilhar essa possibilidade e esse compromisso, a equipe pode inspirar os adolescentes e contribuir ativamente para sua transformação. Como aborda, **Marie Thacker**:

A grande maioria dos adolescentes é proveniente de comunidades periféricas. Muitos estão fora da escola e exercem trabalhos informais. Além disso, seus pais, em geral, possuem baixo nível de escolaridade e enfrentam fragilidades nos vínculos familiares. É importante destacar que muitos desses jovens apresentam altos níveis de dependência química.

¹² A dependência química é uma doença caracterizada pelo uso descontrolado de uma ou mais substâncias que podem alterar o estado mental, sendo considerada pela OMS (Organização Mundial da Saúde) como um problema social.

Segundo Foucault (1987), o saber e o poder estão intrinsecamente ligados, formando um sistema de dominação e controle. Na socioeducação, o saber produzido sobre a juventude em conflito com a lei, muitas vezes, serve para justificar práticas de controle e vigilância, reforçando estigmas e desigualdades.

A produção de saber sobre os adolescentes em conflito com a lei desempenha um papel fundamental na construção de políticas e práticas socioeducativas. No entanto, é preciso ter em mente que esse saber não é neutro, mas sim carregado de valores e interesses. Ao adotar uma postura crítica e reflexiva, é possível construir um conhecimento mais justo e emancipatório, que contribua para a construção de uma sociedade mais igualitária.

Assim, é necessário adotar uma postura crítica, como propõe Freire:

Ao pensar a educação como um ato político e transformador, capaz de romper com estruturas opressoras e promover uma prática verdadeiramente libertadora. É nesse diálogo entre saberes que o poder deixa de ser um instrumento de opressão para se tornar uma força emancipadora, capaz de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (1996, P.47).

As relações de poder que se estabelecem no contexto escolar da socioeducação são complexas e multifacetadas, permeadas por tensões e desafios. A escola, nesse ambiente, assume um papel fundamental na construção de novas perspectivas e oportunidades para jovens em conflito com a lei. No entanto, é crucial analisar criticamente as dinâmicas de poder que se instauram nesse espaço, a fim de promover uma educação mais justa e inclusiva. É preciso reconhecer que as relações de poder na socioeducação são marcadas por um histórico de desigualdades e exclusão social. Dessa maneira, pontua, **Helly Nelsin**:

A experiência escolar prévia desses jovens, muitas vezes marcada por fracasso e desinteresse, influencia significativamente a forma como eles se relacionam com a escola e com a educação. Além disso, a própria instituição escolar, com suas regras e normas, pode reproduzir hierarquias e desigualdades, dificultando a construção de um ambiente de aprendizagem democrático e participativo.

Nesse sentido, é fundamental que os profissionais da educação compreendam as especificidades dos jovens em conflito com a lei e busquem construir relações baseadas no respeito mútuo, na confiança e na valorização das suas experiências de vida. É preciso romper com a visão estereotipada e preconceituosa desses jovens, oferecendo-lhes oportunidades de desenvolvimento integral e promovendo a construção de sua autonomia.

As relações de poder na socioeducação são complexas e desafiadoras, mas podem ser transformadas a partir de uma prática educativa que valorize a diversidade, promova a

participação e a autonomia dos adolescentes, e esteja atenta às suas necessidades e realidades. Ao superar os desafios e implementar as propostas apresentadas, é possível construir uma educação mais justa e inclusiva, que contribua para a formação de cidadãos críticos e participativos.

De acordo com, Foucault (1994), o dispositivo apresenta uma característica heterogênea, marcada por jogos de poder complexos e dinâmicos. Nesse contexto, as posições dos sujeitos podem se alterar, assim como as funções que desempenham, resultando em relações de poder diversas e em um jogo constante entre o dito e o não dito. Essa característica do dispositivo permite que ele projete as expectativas e os desejos do corpo social e dos sujeitos que o compõem. Ao mesmo tempo, o dispositivo também é moldado por essas expectativas, criando um processo de construção entre o poder e os sujeitos:

A escola, especialmente em contextos de socioeducação, configura-se como um espaço permeado por relações de poder. Esse cenário, ao mesmo tempo que se apresenta como um campo de possibilidades para a transformação social, frequentemente reproduz dinâmicas hierárquicas que reforçam desigualdades e exclusões. As práticas pedagógicas, muitas vezes conduzidas sob a lógica da autoridade vertical, podem obscurecer a função emancipadora da educação (Freire, 1996, p.44).

Na socioeducação, destinada a adolescentes em situação de vulnerabilidade e conflito com a lei, essas relações de poder tornam-se ainda mais evidentes. A escola, nesse contexto, desempenha o papel de agente socializador, mas frequentemente adota posturas que enfatizam controle e disciplina, em detrimento do diálogo e da construção coletiva do saber. Essa abordagem pode reforçar nos adolescentes a percepção de marginalidade e submissão às estruturas institucionais, dificultando a ressignificação de suas trajetórias.

No entanto, é preciso reconhecer que a escola também possui potencial para subverter essas lógicas de poder. Ao adotar práticas pedagógicas que valorizem a participação, a escuta ativa e o reconhecimento das vivências dos jovens, a socioeducação pode se transformar em um espaço de reconstrução de vínculos sociais e empoderamento. Segundo Arroyo (2011), a educação em contextos populares deve se pautar pela valorização do sujeito e por práticas que reconheçam sua dignidade e capacidade de protagonismo.

Segundo Foucault (1994), o dispositivo, enquanto estratégia, garante a fixação histórica de uma complexa rede de forças que molda as relações entre elementos heterogêneos. Essa rede articula diversas formas de relação entre sujeitos, influenciando seus modos de pensar, sentir e agir. A produção de significados, intrínseca a esse processo, reflete

a ação de forças verticais e horizontais em contextos políticos, econômicos, sociais e culturais, moldando a subjetividade e, por sua vez, as próprias estratégias:

Os objetivos estratégicos que levaram à criação do dispositivo podem até permanecer invisíveis enquanto práticas governamentais que o compõem não se encontram suficientemente consolidadas ou institucionalizadas, já que os elementos de poder/saber foram sendo alterados por práticas heterogêneas que atendem a atores específicos de um dispositivo normativo (Deluchey, 2016, p.182).

As composições e os efeitos das estratégias de poder, direcionam a uma compreensão das normativas sociais a partir das experiências concretas dos indivíduos em sociedade. Dessa forma, ao analisar os fatos sociais, podendo distinguir as relações estabelecidas no senso comum daquelas que revelam uma percepção mais profunda da realidade. É fundamental, portanto, compreender os diversos dispositivos sociais construídos por atores visíveis e invisíveis, uma vez que a existência individual está intrinsecamente ligada ao contexto social (Lahire, 2013, p. 16).

Existem diversos contextos e realidades que influenciam a vida dos adolescentes, como questões familiares, condições sociais, violência, desigualdade de acesso a serviços e a influência do tráfico de drogas. É fundamental analisar esses fatores de forma abrangente, considerando não apenas um aspecto isolado, mas o conjunto de elementos que contribuem para a situação de cada jovem.

A herança de poder não se limita à transmissão de bens materiais, mas envolve também a perpetuação de privilégios sociais, culturais e políticos. Famílias com histórico de poder tendem a concentrar recursos, influenciar decisões políticas e estabelecer redes de apoio que dificultam a ascensão social de indivíduos provenientes de grupos marginalizados. Essa dinâmica cria um ciclo vicioso de desigualdade, onde as oportunidades são cada vez mais restritas para aqueles que já nascem em desvantagem. Como ressalta, **Dora Domingas**:

Em sociedades vulneráveis, as relações de poder hereditárias são ainda mais acentuadas, uma vez que a falta de acesso a educação de qualidade, saúde e oportunidades de trabalho impede a mobilidade social. A concentração de riqueza e poder nas mãos de poucos agrava as desigualdades existentes, limitando o desenvolvimento econômico e social e intensificando a exclusão social.

As relações de poder hereditárias são um desafio complexo que exige ações coordenadas em diferentes níveis. A superação dessa desigualdade requer uma mudança profunda na estrutura social e econômica, que só será possível por meio de um amplo debate e de políticas públicas que promovam a justiça social.

No que diz respeito à construção de narrativas, contribui destacando a importância da sociabilidade e da integração à vida comunitária, escolar e em espaços educativos. Ao se permitirem pertencer a esses ambientes, os adolescentes podem transformar experiências negativas em oportunidades de crescimento e mudança. Quando se sentem integrados, muitos deles alcançam grandes feitos.

Algumas questões precisam de um olhar mais direcionado, como pontua, **Marie Thacker:**

Um dos principais direitos negados atualmente seja o acesso a tratamentos eficazes para a dependência química. Embora existam alguns serviços disponíveis, a falta de coordenação entre eles e a dificuldade de lidar com indivíduos em uso ativo de drogas comprometem a qualidade do atendimento. É fundamental desenvolver programas de tratamento mais direcionados, que reconheçam a dependência como uma doença e ofereçam suporte para que os usuários compreendam a gravidade da situação e busquem a recuperação.

As medidas socioeducativas precisam propiciar processo de transformação contínua, adotando novas práticas e abordagens. A inclusão de tecnologias digitais, o fomento à cultura de paz e a valorização dos direitos humanos são exemplos dessas mudanças. Com ações implementadas as formas fundamentais para identificar os pontos fortes e fracos do sistema, permitindo assim a promoção de melhorias contínuas e a garantia de um atendimento mais eficaz e humanizado. As medidas são cruciais para a possibilidades aos adolescentes em conflito com a lei. Ao promover a reinserção social e o desenvolvimento de habilidades, essas medidas contribuem para a perspectivas de um futuro mais promissor para esses jovens e para a comunidade.

É válido ressaltar, conforme Foucault (2016), a formação do sujeito na modernidade é um processo complexo, marcado por subjetivações e relações de poder. O indivíduo se torna sujeito ao passar por transformações que o moldam e o inserem em determinados discursos e práticas. Para que essa formação seja possível, é necessário um conjunto de procedimentos que direcionam o sujeito e o moldam de acordo com as normas e valores de uma determinada sociedade.

A escola, como uma instituição de ensino, participa ativamente desse processo de subjetivação. Através de suas práticas pedagógicas, ela contribui para a construção de identidades e a internalização de valores e conhecimentos. Ao oferecer diferentes oportunidades de aprendizagem, a escola possibilita que os indivíduos desenvolvam suas capacidades e habilidades, ampliando assim suas possibilidades de ação no mundo.

Nesses contextos, a autoconhecimento como caminho para a transformação individual, conforme proposto por Foucault (1994), revela as relações de poder que moldam a subjetividade. Essas relações, marcadas por jogos de força, permeiam as diversas áreas da vida social, produzindo sujeitos que se reconhecem e atuam de acordo com as normas estabelecidas.

As lutas por emancipação, características da modernidade, confrontam as formas de dominação presentes nas relações de produção e nas dinâmicas interpessoais. Nesses processos, os indivíduos são submetidos a mecanismos de subjetivação que os levam a internalizar valores e normas sociais, muitas vezes em detrimento de suas próprias experiências e desejos. Corroborando, **Eva Benitez**:

As relações de poder presentes nas instituições socioeducativas exercem um papel central na produção de subjetividades dos adolescentes em conflito com a lei. É fundamental que os profissionais da área reflitam sobre suas práticas e busquem construir relações mais justas e humanizadoras.

Os dispositivos estabelecem códigos morais e culturais, contribuem para a construção da subjetividade. Ao se apropriarem desses dispositivos, os indivíduos moldam suas identidades e suas relações com o mundo. No entanto, essa construção nem sempre é livre, pois está sujeita às relações de poder que permeiam a sociedade. A educação social é uma dimensão presente ao longo de toda a vida, ocorrendo em diversos espaços e tempos. Ela transmite conteúdos instrutivos como habilidades sociais, resolução de conflitos e trabalho em equipe, visando construir uma sociedade mais justa e inclusiva, através de ações que promovem a socialização, a prevenção e a intervenção em situações de risco.

Esses novos modelos de organização e as novas economias constituem novas relações de poder. As características dessas relações formam as resistências aos diversos tipos de poder, como o econômico, político e social. As dinâmicas e transformações dessas relações possibilitam sua identificação, localização e a descoberta dos pontos de efeito e das técnicas utilizadas. Na nova economia, as relações de poder se caracterizam pela utilização de formas de resistência e estímulos, com métodos específicos. Para compreender essas estratégias, é necessário investigar as formas de resistência e as dinâmicas de dissolução dessas relações de poder na nova economia.

A resistência é inerente ao poder. Como afirma Foucault (1994), onde há poder, há resistência. Nesse sentido, a resistência não é uma mera reação, mas a condição de existência do poder (Souza, 2014). Consequentemente, a análise do poder não deve se concentrar em sua

racionalidade interna, mas nas relações de força que se estabelecem entre as estratégias de poder e resistência (Fonseca, 2011).

O poder é exercido em relações de força, onde os sujeitos buscam constantemente novas formas de agir e resistir. Essas buscas se manifestam em diversas formas: desde pequenas resistências cotidianas até grandes movimentos sociais. As possibilidades de escapar das estruturas de poder, ou "linhas de fuga", são elementos constitutivos dessas relações. Em suma, as relações de poder são dinâmicas e instáveis, moldadas pela constante interação entre poder e resistência. Sem essa dinâmica, o poder se torna estático e perde sua capacidade de transformação.

Assim, pontua Foucault:

Compreende-se que o poder não deve ser visto como um sistema de dominação controlando tudo, sem deixar oportunidade para a liberdade. Ao contrário, a questão é saber, no caso da dominação, por exemplo: social política, institucional, sexual, econômica, onde a resistência vai se formar, ou como resistir, respondendo a questões específicas e precisas. Portanto, se as relações de poder estão em todo campo social, então a liberdade ali também está (2004, p. 42).

As relações de poder moldam as histórias, transformando os seres humanos em sujeitos de diversas maneiras, conforme as dinâmicas culturais. Na vida cotidiana, o poder molda a individualidade dos sujeitos, direcionando suas identidades e estabelecendo as verdades pelas quais são reconhecidos. Essa estrutura de poder constitui os indivíduos como sujeitos.

Ao mapear as narrativas e refletir sobre os dispositivos de controle e os efeitos de subjetivação presentes nas conversas, buscamos compreender a identidade dos sujeitos a partir do entrelaçamento de suas histórias, experiências e vivências. Essa análise atenta às relações de poder que moldaram suas trajetórias ao longo do tempo nos permite não apenas reconhecer a complexidade de sua formação identitária, mas também vislumbrar possibilidades de resignificação e agência no presente.

Desse modo, Foucault (2006) diz que, o poder não se limita a mecanismos de exclusão, mas atua ativamente na produção das próprias subjetividades. A identidade individual é construída através de processos de individualização. A análise foucaultiana do saber/poder permite-nos compreender como os jogos de verdade moldam as subjetividades e os processos de subjetivação. Na constituição do sujeito, diversas linhas de força segmentam as subjetividades, moldando modos de ser, de pensar e de agir. Ao refletir sobre suas

experiências, o sujeito pode identificar as delimitações que o constituem e as possibilidades de transformação:

Tais práticas de si são esquemas encontrados na sociedade, grupo social e cultura ao qual ele pertence, ou seja, não são práticas inventadas pelo próprio indivíduo. Uma vez que o sujeito não deve ser visto como substância, aliás, ele é uma forma, que nem sempre é idêntica a si mesma (Foucault, 2004, p. 61).

Nesses jogos de verdades, é possível (re)descobrir diversas situações, mesmo com pequenas modificações nas regras. A identidade, construída socialmente, estabelece hierarquias que incluem e excluem grupos, resultando em desigualdades. As reflexões sobre a subjetividade, ao analisarem os processos de identificação e as formas de subjetivação, permitem compreender como o sujeito constrói suas verdades e se relaciona com as regras sociais, considerando seu tempo, experiências e contextos:

Ao vivenciar, experimentar, reinventar e traduzir normas/regras definidas pela sociedade, o sujeito adquire maneiras de se relacionar com determinado regime de verdades que caracterizam períodos vividos. Desse modo, não há como se saber de um indivíduo sem que se conheça seu mundo (Gomide, Nogueira, Barros, 2010, p. 142).

A identificação de elementos que permitam problematizar e analisar os processos de subjetivação de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas é fundamental para compreender a construção de suas identidades nesse contexto. Ao analisar as percepções desses jovens, podendo identificar as nuances de suas experiências e as formas como a educação pode contribuir para a construção de novos sentidos e projetos de vida.

Ao analisar as relações de poder nesses contextos, é fundamental reconhecer a complexidade e a historicidade das dinâmicas de dominação. A subalternidade não é uma condição estática, mas sim um processo contínuo de construção e reprodução de desigualdades. As relações de poder, nesse sentido, são imbricadas em estruturas sociais mais amplas que se intersectam e se reforçam mutuamente.

As análises sobre as relações de poder, dizem respeito à tendência de reduzir a subalternidade a uma categoria homogênea. A experiência é diversa e complexa, variando de acordo com o contexto histórico, social e cultural. Ao generalizar as experiências, corre-se o risco de obscurecer as especificidades de cada grupo e de suas lutas.

É preciso reconhecer não os meros objetos de poder, mas sujeitos históricos que resistem, negociam e transformam as relações de poder. As práticas culturais, as lutas sociais

e as formas de organização coletiva são exemplos de como ressignificam suas experiências e constroem novas formas de subjetividade.

Diante dessa complexidade, não existe uma única forma de compreender um conceito, pois as concepções e interpretações variam de acordo com diferentes perspectivas. A multiplicidade de sentidos se revela nas diversas formas de conhecimento e nas narrativas que permeiam os dispositivos sociais.

Destarte esses elementos, identificar as transversalidades que os compõem e os efeitos que produzem. Sob uma ótica pedagógica, essa compreensão pode ser desenvolvida de forma contínua e progressiva, capacitando o indivíduo a alcançar seus objetivos, a participar ativamente da sociedade e a construir uma compreensão mais profunda de si mesmo e do mundo, aprendendo a ser e a conviver.

4.3 Aspectos atribuídos: Dispositivos de agenciamentos socioeducativos

A análise das informações coletadas nas conversas com a equipe multidisciplinar do COMVIVA, durante o processo educativo com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, revela a diversidade de papéis e ações desses profissionais. Ao acompanhar de perto as etapas e resultados desse trabalho, observei a influência direta e indireta dos profissionais nos processos de ressocialização dos adolescentes.

É fundamental que a equipe multidisciplinar, composta por profissionais de diversas áreas, receba capacitações específicas para compreender a complexidade do perfil do adolescente em conflito com a lei. Essas capacitações devem abordar as diversas questões que envolvem esses jovens, proporcionando ferramentas para um atendimento mais eficaz e humanizado.

As conversas tiveram como proposta compreender a socioeducação sob a perspectiva dos profissionais que atuam diretamente com adolescentes. Buscando entender seus desafios, expectativas e as particularidades de seu trabalho, a fim de construir novas narrativas e abrir caminhos para esses jovens. Como narra, **Eva Benitez**:

A perspectiva de uma educação transformadora e inclusiva deve contemplar os desejos e as aspirações desses jovens, que muitas vezes se veem privados de oportunidades e estigmatizados pela sociedade.

A socioeducação deve possibilitar e ampliar o horizonte de conhecimentos e, principalmente, desenvolver habilidades e atitudes essenciais para a convivência social, como

a reflexão crítica, a tomada de decisões responsáveis e o respeito à diversidade. Diante de qualquer situação, deve estar alicerçada em valores humanos, promovendo a inclusão e valorizando as individualidades dos adolescentes, sempre considerando o contexto em que estão inseridos.

Os adolescentes em medidas socioeducativas, provêm de diversos contextos, com diferentes culturas e formações. Ao se relacionarem com outros jovens e com o sistema socioeducativo, entram em contato com novas realidades, trazendo consigo suas experiências e vivências.

Nessa perspectiva, é preciso desempenhar um papel fundamental, atuando de forma sensível e empática para compreender e lidar com essas realidades complexas. Através de uma comunicação clara e de diálogos abertos, buscar promover espaços de (re)conhecimento, protagonismo e subjetividade, estimulando a reflexão e o diálogo como ferramentas para a transformação e a construção de novas histórias de vida. Ao tratar esse contexto, narra **Marie Thacker**:

As perspectivas de vida desses jovens podem ser profundamente afetadas pelas escolhas educacionais feitas em sua trajetória, e, portanto, é crucial que os educadores e gestores estejam atentos a esse processo, garantindo que cada jovem tenha, ao menos, a chance de redirecionar seu destino. e buscar alternativas concretas para um futuro melhor.

Um dos pontos desta pesquisa é a análise das narrativas dos profissionais da equipe multidisciplinar sobre a socioeducação e os socioeducandos. Investigando como essas narrativas moldam a produção de sujeitos e os sentidos pedagógicos no contexto da socioeducação, considerando questões como as rotinas diárias, as perspectivas dos profissionais e as possibilidades de intervenção.

Os profissionais, apontam as questões de acessos a alguns espaços, lugares e questões que possibilitam uma maior relação pessoal e social, como por exemplo: A questão da cultura revela-se um dos eixos centrais para a efetividade das medidas socioeducativas, mas que muitas vezes carece de uma abordagem mais profunda e transformadora. Em muitas práticas, a cultura é tratada de maneira instrumental, sendo reduzida a eventos pontuais ou atividades esporádicas, sem uma integração orgânica ao processo pedagógico e ao cotidiano dos adolescentes em aplicação de medida. Essa perspectiva limitada pode levar a resultados superficiais, que pouco são abordados para a construção:

É preciso reconhecer que a cultura vai além do entretenimento ou da ocupação do tempo ocioso. Ela é uma ferramenta de emancipação, que possibilita a reflexão crítica sobre a realidade e a construção de novos projetos de vida. Deve considerar as vivências culturais dos educandos como ponto de partida para qualquer intervenção. Nesse sentido, a cultura não pode ser apenas “oferecida” aos adolescentes; deve ser construído com eles, em um movimento que valorize suas expressões artísticas, suas narrativas e suas perspectivas sobre o mundo (Silva, 2024, p.12).

Por outro lado, as políticas públicas invistam em uma abordagem interdisciplinar que contemple a cultura como um pilar essencial da socioeducação. Isso exige não apenas a ampliação do acesso aos bens culturais, mas também a criação de espaços de diálogo e participação ativa, onde os adolescentes possam ser protagonistas na construção de atividades culturais. Além disso, é fundamental incluir o debate sobre a diversidade cultural e os direitos humanos no planejamento pedagógico, de modo a promover a valorização das identidades e a superação de preconceitos. Dessa maneira, **Dora Domingas**:

A cultura, quando integrada ao processo socioeducativo, tem o poder de romper ciclos de exclusão e abrir caminhos para a transformação social. No entanto, essa integração só será plena se houver um compromisso coletivo em enxergar os adolescentes não como “problemas” a serem corrigidos, mas como sujeitos de direitos e agentes de mudança.

Essa relação, com as inserções do lazer nas medidas socioeducativas é. Contudo, como aponta Arraz (2019) em seu estudo "O lazer e seu potencial educativo na medida socioeducativa de internação", a abordagem do tema ainda é superficial e carece de uma compreensão mais aprofundada sobre seu papel transformador. O autor destaca a importância do lazer para os adolescentes em conflito com a lei, não apenas como um direito, mas como uma ferramenta fundamental para a (re)inserção social. Ao proporcionar momentos de autonomia e escolha, o lazer contribui para o desenvolvimento pessoal e social desses jovens, permitindo que eles explorem seus interesses e talentos. Corrobora, **Michael Hoer**:

Os espaços de cultura e lazer precisam ser vistos como complementares ao sistema educacional formal. Em vez de serem encarados apenas como atividades extracurriculares, devem ser integrados às estratégias pedagógicas, funcionando como ferramentas para a construção de cidadania, valores éticos e consciência crítica. Isso é particularmente relevante em contextos de vulnerabilidade social, onde a oferta de alternativas culturais e recreativas pode ajudar a prevenir a violência e a exclusão social.

Ao dar voz aos profissionais que trabalham diretamente com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, busquei compreender como suas experiências e visões influenciam as práticas e os resultados do processo socioeducativo.

A inserção de adolescentes em medidas socioeducativas visa responsabilizá-los pelos atos infracionais cometidos, com o objetivo de promover a transformação. No entanto, essa mudança não depende exclusivamente do adolescente. O Estado tem um papel fundamental em fornecer recursos e direcionamentos que potencializem esses jovens, amenizando os riscos e as desigualdades sociais.

É essencial garantir a continuidade da escolarização desses adolescentes, oferecendo condições adequadas para o desenvolvimento de habilidades, comportamentos e subjetividades. Além disso, se o adolescente precisa pensar em si e em sua família, é papel do Estado criar as condições necessárias para que o núcleo familiar possa se transformar e construir um futuro com mais igualdade e oportunidades.

Essas questões e discussões permeiam os debates sobre as medidas a serem adotadas e as normas a serem estabelecidas. Ressaltam-se as contradições entre o discurso de transformar, oportunizar, motivar e remodelar e as práticas concretas, que muitas vezes reproduzem os mesmos padrões de controle.

Compreender e refletir sobre como nos constituímos como sujeitos é fundamental para traçarmos novos caminhos. Ao (re)construir nossas narrativas, podemos identificar nossos desejos, aspirações e até mesmo aquilo que não queremos. Essas reflexões são essenciais para construirmos novos projetos de vida. Que novos projetos você busca construir?

Quando nossas conversas se voltam para transformações pessoais e contribuições sociais, e para a construção de novos projetos, observamos em alguns momentos silêncios, cabeças baixas, olhares fixos e uma linguagem corporal que revela um pensamento profundo. Compreendendo o desconforto que esse tema pode gerar, procuro criar um ambiente acolhedor para que os adolescentes possam compartilhar suas reflexões e projetos de mudança com tranquilidade.

Com o objetivo de investigar e compreender os variados sonhos, desejos e expectativas que podem guiar a escolha de diferentes caminhos, foram coletados os seguintes relatos, diante desse contexto, **Danny Dunne**:

A junção entre direito, psicologia e empreendedorismo é inspiradora. Essa combinação permite uma abordagem mais humana e eficaz para os desafios sociais. Ser uma empreendedora psicóloga seria a realização de um sonho, pois, poderia usar

meus conhecimentos para criar negócios que gerassem impacto positivo na vida das pessoas.

Acredito que essa abordagem possibilita uma escuta significativa. Esses adolescentes demonstram o desejo de serem ouvidos sobre seus projetos de futuro. As mudanças pelo que foi observado e narrado, estão refletindo de maneira positiva nas vidas dos entrevistados dessa pesquisa, conforme eles apontam.

Seguindo, peço que o adolescente, comente como protagonizar as suas futuras realizações pessoais? Criar novos caminhos, possibilidades, perspectivas, colando os desafios dos contextos e territórios, como linhas para outras histórias, se colocando como protagonista de suas próprias conquistas.

A socioeducação, enquanto medida socioeducativa, tem como um dos objetivos, a ressocialização de adolescentes em conflito com a lei. No entanto, para além da ressocialização, é fundamental que tenham a oportunidade de construir um futuro promissor. Explorando as diversas possibilidades de criar caminhos para que os adolescentes alcancem novas conquistas, como a conclusão dos estudos, a inserção no mercado de trabalho e a construção de relações sociais saudáveis. Alguns adolescentes, pretendem seguir uma carreira de empreendedorismo, como narra, **Joe Clark**:

A barbearia me fascina. A ideia de abrir o próprio salão e construir um negócio sólido é muito atraente. Acredito que poderia oferecer um serviço de qualidade e conquistar uma clientela. No entanto, a medicina sempre esteve presente em meus planos, e a possibilidade de seguir essa carreira ainda seduz.

Com tudo, Foucault (1976) nos convida a refletir sobre a biopolítica, um conjunto de mecanismos que visam gerir a vida dos indivíduos. Nesse contexto, as medidas adotadas após um ato infracional, embora disfarçadas de transformação e oportunidades, podem ser vistas como estratégias de controle, alinhadas com a lógica da biopolítica. Ao invés de simplesmente cumprir a medida, o poder busca moldar os indivíduos, tornando-os adaptáveis às demandas da sociedade. Esse controle sobre a população, antes orientado para a morte, agora visa atender às demandas da ordem capitalista, produzindo indivíduos dóceis e controláveis.

Dessa forma, a força sutil, empregada como mecanismo de controle, age de acordo com o conceito deleuziano de 'latência das desidentidades'. Ela molda o 'sujeito ideal', desconsiderando a subjetividade individual e privilegiando as relações de poder. Os indivíduos são incitados a se identificarem com um 'eu' perfeito e sem falhas, conforme os padrões idealizados pela sociedade.

Nesse movimento específico do dispositivo, nos aponta Rolnik:

A inserção em novos contextos de adaptação gera no indivíduo uma ruptura do equilíbrio outrora vivenciado promovendo uma relação de violência, experimentada por corpo em sua forma atual, que os estremece e nos impõe a expectativa de criamos um novo corpo, organizado pela existência, modo de se relacionar, pensar, de agir e que venha a introjetar o estado inédito que se faz em nós, a diferença que reverbera à espera de um corpo que a traga para o visível (1995, p. 04).

Para que os adolescentes se desenvolvam de forma plena, individualmente e em sociedade, é preciso buscar mecanismos e ferramentas que potencializem e despertem seu protagonismo. Isso implica em criar novas oportunidades e contextos que reflitam suas realidades e necessidades:

O poder só se exerce sobre sujeitos livre, enquanto livres, entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidades onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer (Foucault, 1995, p. 243-244).

As mudanças observadas e narradas pelos adolescentes refletem positivamente em suas vidas, conforme apontam. A conversa, no entanto, seguiu, e os adolescentes comentaram sobre como protagonizar suas futuras realizações pessoais: criar novos caminhos, possibilidades e perspectivas, superando os desafios de seus contextos e territórios, como se estivesse escrevendo novas histórias e se colocando como protagonista de suas próprias conquistas.

Abordando a situação futuras, nossa conversa segue para compreender sobre: Após o cumprimento da medida socioeducativa, quais são seus planos para o futuro? Considerando o período dedicado à medida, buscamos compreender e discutir os próximos passos a serem trilhados. A maioria dos adolescentes demonstra interesse em continuar os estudos e manter suas atividades profissionais.

Ao conversar com os adolescentes sobre o que acontecerá após o término da medida socioeducativa, percebo um silêncio inicial, seguido de expressões que revelam inúmeras dúvidas em seus rostos. Apesar disso, as narrativas fluíram da seguinte forma, **Zeca**:

Busca retornar ao mercado de trabalho, aprimoramento constante, acatar os conselhos maternos, romper laços com amizades negativas. A figura materna é insubstituível e a persistência em nossos objetivos é fundamental.

Compreendo com essa questão, relacionada aos desejos de mudança e atrelados a ela, está a escola com possibilidade de seguir por outros caminhos.

Esta pesquisa busca aprofundar a compreensão das percepções sobre adolescentes que cumprem medida socioeducativa de liberdade assistida. A análise abrange as múltiplas possibilidades de intervenção, os diversos fatores que influenciam esse processo e os discursos sociais que permeiam os contextos nos quais essas medidas são aplicadas.

As narrativas possibilitam o reconhecimento e a valorização das próprias qualidades, experiências e identidades, promovendo a reflexão sobre as expressões, reações e subjetividades. Essa perspectiva contribui para um processo socioeducativo mais significativo e personalizado.

Analisar os elementos intra e interdiscursivos que moldam a percepção das ações de reinserção social de adolescentes em conflito com a lei. A análise dos dispositivos de controle social que estruturam as práticas de ressocialização, com foco nos eixos família, sujeito e sociedade. A biopolítica, como conjunto de práticas que visam gerir a vida, opera através desses dispositivos para moldar corpos e subjetividades. Ao analisar como as aprendizagens moldam as subjetividades dos adolescentes, buscando compreender como esses dispositivos podem influenciar o encerramento ou a continuidade dos atos infracionais.

A partir da análise dos discursos que permeiam as medidas socioeducativas, pretendendo contribuir para um debate mais crítico sobre as possibilidades e os limites dessas práticas, buscando alternativas que promovam a efetiva ressocialização e a construção de cidadania.

Direcionando caminhos nas medidas socioeducativas e ao promover encontros e explorar diversas possibilidades, buscando conscientizar adolescentes para as relações sociais e as perspectivas de um futuro mais inclusivo e acessível.

Transformar as revoltas em mobilizações organizadas em prol de direitos e políticas públicas, buscando, por meio do conhecimento, promover mudanças significativas nos espaços e nas realidades. Uma perspectiva que visa à inclusão e ao desenvolvimento daqueles que estão à margem da sociedade.

Analisando o contexto das medidas socioeducativas (MSE), surge a seguinte questão: Existem fatores específicos ou recorrentes que levam os adolescentes a estarem nessas medidas? A busca por respostas para essa pergunta pode contribuir para a construção de políticas públicas mais eficazes e justas, alinhadas com a perspectiva de transformar as realidades e promover a inclusão social.

A respeito dessa abordagem, os profissionais relatam as situações encontradas, com base nas relações estabelecidas e nos relatos dos acompanhamentos, como segue, a narrativa de, **Dora Domingas**:

A principal razão para um adolescente estar cumprindo medida socioeducativa em meio aberto é a prática de um ato infracional, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Essa medida oferece ao adolescente a oportunidade de responder por seu ato, mas também de conviver em sua comunidade, promovendo a reflexão sobre suas ações e a possibilidades.

Ao discutir possíveis caminhos mobilizadores, questionando como conduzir o processo de possibilidades com adolescentes que cumprem medidas socioeducativas (MSE). A partir dessa perspectiva e dos relatos apresentados, percebo o compromisso dos profissionais da equipe multidisciplinar em refletir sobre suas práticas e buscar novas formas de atuação. Mesmo com o percurso de possibilidades, a parceria com outros órgãos continua fundamental. Os relatos destacam a importância dessas colaborações. Assim, **Paulo Honório**:

A dependência de drogas é um problema complexo que evolui em diferentes níveis. Enquanto alguns se tornam usuários por consumo pessoal, outros se envolvem com o tráfico. A naturalização dessa prática criminosa, muitas vezes associada a determinados contextos sociais, é um desafio a ser enfrentado.

E ele ainda narra sobre a importância de oferecer apoio e orientação a quem busca ajuda, apresentando as consequências do uso de drogas e as alternativas disponíveis. No entanto, cada indivíduo tem o direito de escolher seu próprio caminho. Por mais que deseje ajudar, não posso controlar as decisões dos outros. A superação da dependência é um processo individual que exige esforço e acompanhamento profissional.

Como as diferentes teorias sobre a juventude em conflito com a lei se manifestam nas práticas cotidianas dos profissionais que atuam com medidas socioeducativas. O processo socioeducativo apresenta diversas vertentes e, ao se conectar com outras instâncias em um trabalho em rede, amplia as possibilidades de direcionamento e encaminhamento para a construção de novas práticas. Essas vertentes estão intrinsecamente ligadas a questões como saúde, educação, trabalho, família, sociedade e justiça, demandando uma atuação conjunta e alinhada. Mas como trabalhar as subjetividades para promover a mudança social?

A grande mudança social esperada é que os adolescentes recebam, de fato e de direito, o apoio do sistema de garantia de direitos. Essa transformação social deve ocorrer gradualmente, garantindo que os adolescentes fora da escola retornem e permaneçam no

ambiente escolar, que aqueles sem cursos tenham acesso a eles, que os que necessitarem de cuidados de saúde possam acessá-los e melhorar sua saúde física e mental, e que todos tenham acesso a todos os aspectos da vida social.

Reconheço a educação como um pilar fundamental para a transformação social e econômica. No entanto, percebo que nem todos compartilham dessa visão. Através de minhas experiências, identifico que essa falta de valorização pode limitar as oportunidades e o desenvolvimento de indivíduos e seus territórios.

Mudar essa realidade, mas é um processo gradual. Ao conversar com pessoas sobre as possibilidades que a educação oferece, comecei a notar uma pequena mudança de perspectiva. Algumas começaram a questionar seus próprios valores e a considerar como a educação poderia impactar a sua vida. É importante ressaltar que a transformação não acontece da noite para o dia. Requer persistência, diálogo e práticas.

A interação efetiva entre essas diferentes áreas é fundamental para assegurar um atendimento completo e abrangente ao adolescente. Contudo, diversos obstáculos impedem essa articulação, tais como a falta de recursos financeiros e materiais, a escassez de profissionais especializados, a fragmentação dos serviços ofertados e a resistência cultural em relação à implementação das medidas socioeducativas, que muitas vezes são vistas como ineficazes ou normativas.

Diante das dificuldades encontradas no cotidiano e nas relações interpessoais, os participantes direcionaram a conversa para a análise de fatores externos que poderiam influenciar, positiva ou negativamente, a execução das propostas pedagógicas do COMVIVA.

Ao longo das discussões, ficou evidente algumas narrativas, **Michael Hoen:**

O uso e o abuso de drogas representam um dos maiores desafios enfrentados pelos adolescentes, impactando negativamente sua saúde física e mental, suas habilidades cognitivas e seus relacionamentos interpessoais. Além disso, fatores externos como a violência, a vulnerabilidade e a falta de acesso a serviços básicos, contribuem para um cenário ainda mais complexo. A proposta pedagógica do COMVIVA, por meio de suas diversas experiências, busca oferecer aos jovens ferramentas e oportunidades para superar esses obstáculos e construir um futuro mais promissor.

O trabalho em equipe, a disposição e determinação em auxiliar adolescentes e suas famílias, assim como as inspiradoras histórias de superação desses adolescentes que buscam compartilhar suas conquistas, são elementos fundamentais para a realização do trabalho. Além disso, o apoio de políticas públicas, tanto em termos de financiamento quanto de suporte técnico em âmbito municipal e estadual, é crucial para a continuidade e iniciativas.

Buscar a individualidade como um catalisador para a mudança social. Ao nos reconhecermos como sujeitos de direitos e agentes de transformação, somos impulsionados a questionar o status quo e a agir de forma a construir uma sociedade mais justa e igualitária. Essa mudança de perspectiva individual tem o poder de gerar um efeito dominó, inspirando outros a fazerem o mesmo e, assim, promovendo uma transformação coletiva. Nesse contexto, a compreensão integral do sistema e de suas interconexões é crucial para um atendimento mais eficaz e humano.

As parcerias firmadas com outros órgãos, ao estabelecerem caminhos comuns, demonstram o potencial do trabalho em rede. Como exemplos: a secretaria de desenvolvimento social e direitos humanos, secretaria de educação, secretaria de saúde, Senac, Senai, Sebrae, ofertando atendimentos, treinamentos e capacitações. A disponibilidade e as ações conjuntas, nesse contexto, são fundamentais para o sucesso do processo socioeducativo.

Solicito que os profissionais descrevam os principais problemas, desafios e dificuldades, bem como as potencialidades e perspectivas do trabalho com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas (MSE). As narrativas apresentadas foram as seguintes, **Henry Barther**:

O COMVIVA demonstra grande capacidade de articulação política, buscando ativamente parcerias para garantir direitos de forma integral. Esse comprometimento é amplamente reconhecido e contribui significativamente para o processo socioeducativo, ampliando o acesso aos direitos fundamentais. A organização demonstra grande receptividade às demandas dos adolescentes, de suas famílias e da comunidade, fortalecendo as parcerias.

Analisando toda essa realidade, compreendo que, atualmente, um dos principais desafios é trabalhar com dependentes químicos. A baixa escolaridade dificulta a inserção em cursos, especialmente os profissionalizantes. Diante disso, a perspectiva no trabalho é buscar meios de continuar acreditando em sua vocação, sem desistir. É preciso trazer o máximo possível para mudar a realidade e aprender, pois os conhecimentos adquiridos serão levados para a vida toda, agindo como agentes transformadores. O importante é não trabalhar apenas por obrigação, mas sim com dedicação e propósito. Como pontua, **Dora Domingas**:

A perfeição é inalcançável. O que realmente importa é encontrar sentido na vida, nos desafios e nas conquistas. Para isso, é fundamental entender que a transformação não se resume a números e medidas. É um processo contínuo de aprendizado e crescimento, que exige disponibilidade e adaptação. Ao nos conectarmos com a cultura dos outros, ampliamos nossa perspectiva e somos capazes de promover

mudanças significativas.

Seguindo as narrativas dessas abordagens, também foi relatado sobre possibilidades e perspectivas, firmando parcerias com outros órgãos como pontua, **Dora Domingas**:

A perspectiva é contar com o apoio municipal, por meio do Poder Judiciário e de outros órgãos, para dar continuidade ao serviço. Seguir atendendo adolescentes, oferecendo escuta e apoio em suas vidas, e que as políticas públicas permaneçam firmes no propósito de compartilhar as responsabilidades no acompanhamento de adolescentes autores de ato infracional.

A educação e a escola são fundamentais para construir a nova jornada que se pretende. No entanto, para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, essa base precisa de pilares adicionais, que não foram construídos ao longo de seus percursos.

Os relatos apresentam um rico valor histórico, social e cultural, oferecendo uma perspectiva abrangente que transcende o conteúdo verbal. Ao analisar esses relatos, consigo identificar elementos não verbais cruciais, como silêncios, expressões faciais e corporais, que, muitas vezes, revelam informações subjacentes e enriquecem a compreensão do contexto comunicativo:

Nesse sentido, na análise das formações discursivas, os enunciados devem ser compreendidos na estreiteza e singularidade de sua situação, atentando-se para a definição das condições de sua existência, apresentando suas ligações e determinando seus limites, percebendo que outras formas de enunciação excluem (Foucault, 1987, p. 31).

A análise das práticas discursivas permite identificar as formações discursivas que estruturam os jogos de verdade em um determinado contexto. Ao desvelar os dispositivos e saberes que compõem essas formações, a análise possibilita compreender os processos de subjetivação e os princípios éticos que os sustentam.

Os dispositivos, enquanto estratégias discursivas, são instaurados nas relações de força e moldam as condutas dos sujeitos. Ao organizar e direcionar as práticas, os dispositivos se articulam com saberes específicos, produzindo efeitos de verdade e poder. Essa relação entre força, poder e saber caracteriza uma formação discursiva que visa obter respostas eficientes para situações concretas, assumindo uma função estratégica.

Uma dessas alternativas é a adoção de práticas que valorizem a diversidade cultural e promovam a justiça restaurativa. Tais práticas reconhecem o adolescente como sujeito de

direitos e fomentam sua participação ativa na construção de soluções para os conflitos vivenciados:

O termo dispositivo pode ser entendido como um conjunto heterogêneo, instituições, medidas, discursos, enunciados científicos, decisões regulamentares, organizações, leis, proposições, filosofias, morais e filantrópicas, que têm por elementos, o dito e o não dito. Significa dizer que o dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (Foucault, 1979, p. 244).

Somos moldados e reagimos de acordo com determinados dispositivos. Esses dispositivos se manifestam através de visibilidades, enunciados, forças e um conjunto de linhas que, simultaneamente, se aproximam e se afastam. Ainda assim, essas linhas constituem um processo intrínseco à estrutura do dispositivo. Essas estruturas se manifestam em tudo o que vemos, dizemos e sentimos, e são formadas por elementos que se conectam e se separam ao mesmo tempo:

A compreensão de um dispositivo relaciona-se com o entendimento de microfísica do poder, os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social e operam como uma rede de dispositivos que a ninguém escapa (Souza; Silva; Carrieri, 2012, p. 322).

Nesse sentido, as relações são compreendidas e interpretadas através de práticas discursivas e não discursivas, constituídas pelas próprias práticas sociais. Uma ferramenta na perspectiva de constituir e organizar os sujeitos. Essas ligações e relações entre o saber/poder, sustentadas por estratégias de forças (Foucault, 1979), sustentam as estratégias de forças. No entanto, nesses dispositivos, os emaranhados precisam se desmesclar, isto significa que as produções de subjetividade que se desprendem das relações de poder e saber de um dispositivo se colocam aos poderes e saberes de outro, com outras formas para nascer (Deleuze, 1990).

As relações de poder moldam os indivíduos por meio de dispositivos. Seguindo Foucault, para compreender a socioeducação como dispositivo, buscando identificar os elementos que constituíram sua racionalidade e organização. Nesse sentido, a socioeducação pode ser vista como um mecanismo de controle social que normaliza o comportamento de adolescentes em conflito com a lei.

Tecendo mais relações com as abordagens das dificuldades, as narrativas seguem,
Paulo Honório:

O trabalho com adolescentes é enriquecedor. Embora os desafios existam, as oportunidades que proporcionamos são cruciais para o desenvolvimento deles. Identificar e potencializar suas habilidades é recompensador e nos motiva a continuar buscando novas formas de impactar suas vidas.

Sob a ótica das possibilidades, a relação de poder disciplinar molda as práticas sociais, submetendo os indivíduos a diversos mecanismos de controle. Esses mecanismos, presentes nas relações, adestramentos e orientações, visam aprimorar e direcionar os sujeitos para determinados caminhos. As disciplinas, nesse contexto, constituem métodos que permitem um controle minucioso do corpo, de suas capacidades, do tempo e das ações. Conforme Costa (2013, p. 08), o corpo é o principal alvo dessas disciplinas.

Ainda, com as contribuições de Nardi:

No entendimento da socioeducação como um dispositivo de inclusão e exclusão, ao considerar que os dispositivos comportam sanções sociais que desvelam modos de ser, sujeitando-se às relações de poder vigentes nos jogos de dominação/resistência que marcam pessoas na vida social (2006, p. 75).

Nesse sentido, é importante analisar como a disciplina influencia a formação da identidade e subjetividade do indivíduo. Ao invés de moldar um ser homogêneo, a disciplina pode contribuir para a construção de uma identidade única, marcada por experiências particulares e vivências cotidianas, que deixam suas marcas e impressões profundas.

5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES POSSÍVEIS

Como destacado na introdução, a produção dos sujeitos e dos sentidos pedagógicos e seus aspectos atribuídos na socioeducação à adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, suscita importantes questionamentos sobre a efetividade dessas práticas. Diante disso, essa pesquisa buscou analisar se tais práticas contribuem para a construção da autonomia social e política desses adolescentes. Ainda, investigar a extensão em que os acessos e produções desses adolescentes estão sendo garantidos. Compreender os sentidos que as práticas educativas assumem em suas vidas, notadamente em relação aos seus projetos de vida pessoal e profissional.

Ao longo dos capítulos, adota-se uma perspectiva transdisciplinar para examinar as diversas formas de conflito com as leis. Essa análise aprofunda as interconexões entre os sistemas normativos, os regimes de produção de subjetividade e conhecimento e as dinâmicas de poder e controle que permeiam as sociedades.

Algumas questões nos levaram a refletir que o processo educacional demanda tempo e dedicação mais prolongados para ser efetivado, o que implica em resultados que não serão obtidos a curto prazo. Para atender a todas as demandas dos adolescentes, é necessário um planejamento que esteja alinhado a tecer trilhas e caminhos de possibilidades.

Considerando as relevantes contribuições de teóricos para o desenvolvimento de capacidades intelectuais emancipadoras, é fundamental ressaltar que o sistema neoliberal, com suas desigualdades estruturais, continua a perpetuar a exclusão. Impedindo o acesso democrático à direitos fundamentais que possibilita a emancipação individual e coletiva. Valorizar a construção do conhecimento em contextos sociais e culturais, oferecem ferramentas cruciais para superarmos esses desafios e construirmos uma sociedade mais justa e igualitária.

A despeito do vasto conhecimento teórico sobre educação, a prática brasileira revela um cenário marcado por ações emergenciais e paliativas, incapazes de solucionar problemas estruturais. Essa realidade perpetua a exclusão social, negando a milhões de brasileiros alguns direitos, como: uma educação de qualidade, saúde, moradia, segurança. Essa situação acirra as desigualdades e impede a construção dos projetos de vida de forma plena.

Reconhecemos que a educação em ambientes de liberdade assistida, apresenta particularidades que a diferenciam das práticas educacionais tradicionais. Embora as instituições possuam características semelhantes às de escolas convencionais, a necessidade

de manter a disciplina e a segurança exige um enfoque pedagógico mais personalizado e humanizado. Todos os profissionais que atuam nesse contexto, em especial a equipe multidisciplinar, devem estar preparados para lidar com as complexidades desse ambiente e oferecer um atendimento educacional que leve em consideração as necessidades específicas.

Optamos por dar voz aos adolescentes e a equipe multidisciplinar do COMVIVA, pois consideramos fundamental compreender seus aspectos atribuídos, suas vivências e experiências. Acreditamos que essa compreensão é essencial para o desenvolvimento de ações que os auxiliem a construir projetos de vida. Dar voz aos pensamentos durante o cumprimento de medidas socioeducativas, permite que o adolescente reflita sobre sua trajetória, superando a invisibilidade imposta pelo contexto. Portanto, as informações apresentadas sugerem caminhos para mudanças significativas, tanto no âmbito educacional quanto social. Podemos assim, construir espaços mais democráticos e promover transformações profundas em suas vidas.

A análise dos registros, das falas e dos comportamentos dos participantes revelou a subjetividade de seus projetos de futuro, tanto pessoal quanto profissional. Os resultados indicam alguns adolescentes, percebem a educação como um caminho para o desenvolvimento integral.

Quando planejadas para promover transformações sociais, políticas e culturais, as ações educativas podem despertar nos adolescentes novos sentidos e perspectivas. Ao oferecer oportunidades e ferramentas para compreensão crítica da realidade, essas práticas incentivam a reflexão e o desenvolvimento de um posicionamento autônomo diante dos desafios da vida.

Essa medida possibilitaria a abertura de novas perspectivas de vida, permitindo que esses adolescentes buscassem superar o ciclo de vulnerabilidades. Mesmo inseridos em um contexto de exclusão social, eles teriam a oportunidade de refletir sobre suas vidas e lutar ativamente pela recuperação dos direitos que lhes foram negados ao longo do tempo.

Vale destacar que, culturalmente, atribuímos o sucesso pessoal e profissional ao esforço individual. Essa visão, no entanto, obscurece o papel das estruturas sociais na construção das oportunidades de cada um. Os adolescentes, em sua maioria, não compreendem que as barreiras encontradas em seus projetos de vida podem estar relacionadas a determinantes sociais mais profundos, como a desigualdade e a exclusão sistêmicas.

O processo de culpabilização pelo fracasso escolar está profundamente arraigado em nossas conversas, inclusive quando afirmamos não ter gostado de estudar. Essa naturalização

é resultado da profunda impregnação da ideologia neoliberal em nossa sociedade, que atribui aos indivíduos a responsabilidade exclusiva por seus sucessos e fracassos escolares. Essa ideologia, embora se manifeste de formas distintas em diferentes classes sociais, impõe a todos a mesma lógica individualista e meritocrática.

Consequentemente, para o adolescente, o sucesso nos estudos e a sua colocação social e profissional são frequentemente vistos, como dependendo exclusivamente de seu próprio esforço e mérito, minimizando o papel de fatores sociais e estruturais.

Nesse contexto, os anseios por uma sociedade justa e igualitária exigem que a educação possibilite, apreender a realidade e compreender que têm direito a uma vida digna e aos bens sociais básicos, podendo assim almejar um futuro melhor. Defendemos que isso pode ser feito por meio de práticas educativas que permitam aos sujeitos pensar criticamente e agir de maneira democrática em uma sociedade tão desigual. Para tanto, são necessários processos educativos que convidem à participação democrática e ao desenvolvimento da consciência crítica.

As experiências escolares são fundamentais na construção dos projetos de vida dos estudantes. Através de ações educativas que promovem a aquisição de novos conhecimentos e a ampliação de seus horizontes. Nos contextos socioeducativos, as práticas devem ser inovadoras, promovendo reflexões sobre a existência e incentivando a autoavaliação. Essas práticas devem possibilitar a internalização de novos conceitos que levem à transformação pessoal.

Após desenvolver a pesquisa, algumas observações foram oportunas: Compreender as relações de poder é fundamental para desvelar as dinâmicas sociais e para agir de forma mais consciente e crítica. Ao reconhecer os mecanismos de poder que nos moldam, podemos nos libertar de suas amarras e construir uma sociedade mais justa e igualitária. As desigualdades sociais são, em grande parte, fruto de processos históricos complexos, como a concentração de renda e a discriminação. Para superá-las, é fundamental compreender essas raízes e atuar de forma interseccional, considerando as múltiplas formas existentes. O poder está intrinsecamente ligado às desigualdades. Grupos dominantes tendem a manter o status quo e resistir a mudanças que possam comprometer seus privilégios. É preciso desconstruir essas relações de poder e promover a participação de grupos nas tomadas de decisões

Alguns discursos, individualizantes que tendem a isentar o Estado de sua responsabilidade nesse processo. No entanto, não se trata de simplificar a questão, atribuindo toda a culpa à sociedade, mas sim de compreender que existe uma intrincada teia de fatores

políticos, econômicos e sociais, tanto no âmbito nacional quanto internacional, que moldam as vidas desses jovens e são, com frequência, negligenciadas ou não responsabilizadas.

O cumprimento da medida socioeducativa, responsabiliza os adolescentes por seus atos infracionais. Mas, diante dos contextos, não resolve os problemas estruturais que geram a desigualdade social e a falta de oportunidades. Enquanto o Estado não for responsabilizado por suas ações e as estruturas que perpetuam a desigualdade não forem transformadas essa situação continuará.

É preciso investir em políticas públicas que combatam as causas da violência, promovendo a igualdade, a inclusão social e o desenvolvimento humano. Somente assim poderemos construir uma sociedade mais justa e segura para todos.

Referências

ADORNO, Rubens Camargo Ferreira. **Capacitação Solidária: Um olhar sobre os jovens e sua vulnerabilidade social**. São Paulo: Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária, 2001.

AGLIARDI, Delcio Antônio. **Histórias de vida de adolescentes com privação de liberdade: como narram a si mesmos e aos outros**. 2007. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

ALBERGARIA, Jason. Liberdade assistida. In: Secretaria da Justiça. **Revista da Escola do Serviço Penitenciário do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Secretariada Justiça, Escola do Serviço Penitenciário, vol. 2, n. 7, abr./jun. 1991, pp. 9 - 20.

ALVAREZ, Johnny; PASSOS, Eduardo. Cartografar é habitar um território existencial. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

ANDRADE, João Paulo. **A normatividade na socioeducação: uma reflexão crítica**. Texto de opinião e análise social. (2024).

ANDRADE, Marcia Maria Razera. **Produção de sentido nas práticas pedagógicas na socioeducação**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba. 2017.

ARRAZ, Fernando Miranda. **O lazer e seu potencial educativo na medida socioeducativa de internação**. Caderno de Pesquisa em Educação Física, Cultura Corporal e Saúde, v. 21, n. 2, p. 3186-3205, 2019. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/3186/1988>

ARROYO, Miguel. **Ofício de Mestre**. 15. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

BARBOSA, Angelica Fundo. **Redes educativas e emancipação social: possibilidades e limites de efetivação de um projeto educativo emancipatório junto a jovens em conflito com a lei**. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2018.

BARROS, Laura Pozzana; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, Eduardo.; KASTRUP, Virgínia.; ESCÓSSIA, Liliana. (Org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. 1ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 51-75.

BEHR, Mariana Torres. **Direcionamentos para as narrativas, subjetividades para ressignificar os caminhos trilhados**. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

BENJAMIN, Walter. Experiência e Pobreza. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e histórias da cultura**. Obras Escolhidas I. São Paulo: Brasiliense, 2012, p. 197-221.

BIRMAN, Joel. **Entre cuidado e saber de si: sobre Foucault e a psicanálise**. Rio de Janeiro: Dumará, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente, **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Projeto de **Lei Nº 1.627** de 2007 Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, junho de 2006.

BRAZ, Lidiane Silva. **Socioeducação e inclusão: a produção de sujeitos no Centro de atendimento socioeducativo de Santa Maria/RS**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021.

CARREIRA, Denise.; ANDRADE, Leila. **A educação popular em contextos de privação de liberdade: a arte-educação na Fundação Casa**. e-Curriculum (Programa de Pós-graduação em Educação – PUC/SP), São Paulo, v. 14, n. 2, p. 414-436, 2017.

CASSIANO, Marcela; FURLAN, Reinaldo. **O processo de subjetivação segundo a esquizoanálise**. Psicologia & Sociedade, São Paulo, v. 25, n. 2, p, 2013.

CLOT, Yves. **A função psicológica do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2006.

CLOT, Yves. **Trabalho e poder de agir**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010b.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Aventura pedagógica: caminhos e descaminhos de uma ação educativa**. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2001.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Socioeducação: estrutura e funcionamento da comunidade educativa**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.

COSTA, Ricardo. Peres. **Os estudos sobre as funções do educador social na política de socioeducação do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, 2021.

COSSETIN, Marcia. **Socioeducação no Estado do Paraná: Os Sentidos de um Enunciado Necessário. Dissertação. Cascavel, PR: Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), 2012.**

DELEUZE, Gilles. **El poder: curso sobre Foucault II** (O poder: curso sobre Foucault II). 1. ed. Buenos Aires: Cactus, 2014.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. v. 1**. São Paulo: Editora 34, 1995.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. v. 2**. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. 3. São Paulo: Editora 34, 2005.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. v. 3**. Tradução de Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suelly Rolnik. 2. São Paulo: Editora 34, 2004.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. v. 4.** Tradução de Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34, 2002.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil platôs. V. 5.** Tradução de Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Editora 34, 2002.

DELUCHEY, Jean François. **Sobre estratégias e dispositivos normativos em Foucault: considerações de método.** Revista da Faculdade de Direito da UFG, Goiânia, v. 40, n. 2, p. 175-196, jul./dez. 2016.

ERRANTE, Antoinette. **Mas afinal, a memória é de quem?** Histórias Orais e Modos de Lembrar e contar. Pelotas: Editora da UFPel, Set de 2000.

ESCÓSSIA, Liliana; KASTRUP, Virgínia.; PASSOS, Eduardo. (Org.). **Pistas do método de cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade.** Porto Alegre: Sulina, 2009.

FONSECA, Marcio Alves. **Foucault e a constituição do sujeito.** 3. ed. São Paulo: EDUC, 2011.

FOUCAULT, M Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, M Michel. **A verdade e as formas jurídicas.** Rio de Janeiro: Nau, 1994.

FOUCAULT, M Michel. **Em defesa da sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M Michel. **Segurança, território, população:** curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da tolerância.** Série Paulo Freire. São Paulo: UNESP, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 56. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Lorena. **A instituição do fracasso: a educação da ralé.** In: SOUZA, J. (Org.). Ralé brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. ¹ p. 281-304.

GALLO, Silvio. **Em torno de uma educação menor.** Revista Educação e realidade, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 2002.

GALLO, Silvio. **Filosofia e educação: O educador como filósofo.** Campinas: Autores Associados. 2002.

GOMIDE, Adriana Dias.; NOGUEIRA, Maria. Luísa Magalhães.; BARROS, Vanessa Andrade. **Histórias de vida e trabalho cultural: a construção do sujeito e a pertinência da memória.** CadernosCeru (USP), v. 21, p.139-151, 2010.

GORE, Jennifer. **Foucault e educação: fascinantes desafios.** O sujeito da educação; estudos foucaultianos. Petrópolis: Vozes, 2000.

GUERRA, Andrea Máris Campos. **Educar para a cidadania: nas fronteiras da socioeducação.** Currículo sem Fronteiras, v. 17, n. 2, p. 260-274, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol17iss2articles/guerra.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2023.

GUATTARI, Felix. **Caosmose: um novo paradigma estético.** São Paulo: Editora 34, 1992.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo.** 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

HARDT, Michael.; NEGRI, Antônio. **Império.** São Paulo: Record, 2001.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

HUR, Domenico Uhng. **Psicologia, Política e Esquizoanálise.** Ed. Alínea, Campinas – SP, 2019.

LAHIRE, Bernard. **Retratos sociológicos: disposições e variações individuais.** São Paulo: Artmed, 2013.

LARROSA, Jorge. **Tecnologias do eu e educação.** In: SILVA, T. (Org.). O sujeito da Educação: estudos foucaultianos. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 35-86.

JAQUELINE Alves Lira de. **A educação na socioeducação: um olhar para as ações educativas no contexto da medida socioeducativa de internação numa unidade de privação de liberdade.** João Pessoa, 2017

LOPES, Portela. Perotto. **Medidas socioeducativas de execução em meio aberto: Novos olhares e perspectivas no cumprimento e efetivação da socioeducação para os adolescentes no viés das políticas públicas em Santa Maria (RS) e Santo Ângelo (RS).** Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2021.

LÜDKE, Menga.; ANDRÉ, Marli Eda. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas** 2. ed. Rio de Janeiro: EPU. 2014.

MANSANO, Sônia Regina Vargas. **Vida e profissão: cartografando trajetórias.** São Paulo: Editora Summus, 2003.

MELO, Tatiane Alves. **O dispositivo socioeducação na inclusão e exclusão: histórias de vida.** 2016. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

MENDES, Maria. Clara. **Os sentidos pedagógicos na socioeducação: uma perspectiva reflexiva.** São Paulo: Editora Educação e Transformação. (2024).

MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. **L'analyse des politiques publiques.** Paris: Montchrestien, 1998.

NARDI, Henrique Caetano. **Ética, trabalho e subjetividade.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso: princípios e procedimentos.** 12. ed. Campinas, SP: Pontes, 2015.

PAIXÃO, Brenda. Fante. **Histórias que não devem virar pó: experiências de técnicos/as do sistema socioeducativo no processo de consolidações dos direitos.** 120 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis, 2021.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Duarte Benevides. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia. ESCÓSSIA, Liliana. (Org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade.** Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 17-31.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia. ESCÓSSIA, Liliana da. **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade.** Porto Alegre: Sulinas, 2015.

PEREIRA, Tânia. Silva. **A Convenção e o Estatuto: um ideal comum de proteção ao ser humano em vias de desenvolvimento.** In: PEREIRA, T. S. (Coord.). Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei 8.069/90: estudos sócio-jurídicos. Rio de Janeiro: Renovar, 1992.

OLIVEIRA, Melissa Botelho. **Estudo dos fundamentos teóricos da socioeducação.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais, Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

OLIVEIRA, Izabela. Santos. **Modos de fazer na socioeducação: perspectivas de profissionais do meio aberto.** 120 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos (Org.). **A criança e seu desenvolvimento: perspectivas para se discutir a educação infantil.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 13-33.

PINTO, Tatiana Alves. **É possível educar para o social? uma análise da construção do discurso da “socioeducação”.** Dissertação (Mestrado Profissional em Adolescente em Conflito com a Lei) – Universidade Bandeirante de São Paulo, São Paulo, SP.

RASSIAL, Jean-Jacques. **O adolescente e o psicanalista.** Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.

REIS, Ivanete. Vilas. Boas. **Adolescente privado de liberdade: análise da socioeducação no estado do Paraná.** Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

RIZZINI, Irene. **Crianças e menores – do Pátrio Poder ao Pátrio Dever: um histórico da legislação para a infância no Brasil.** In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.

ROGOFF, Barbara. Observando a atividade sociocultural em três planos: apropriação participativa, participação guiada e aprendizado. In: WERTSCH, James; DEL RIO, Vicente; ALVAREZ, A. (Org.). **Estudos socioculturais da mente.** Porto Alegre: Artmed, 1998. p. 122-136.

ROLIM, Marcos. **A formação de jovens violentos: estudo sobre a etiologia da violência extrema.** Curitiba: Appris, 2016.

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo.** 2. ed. Porto Alegre: Sulina, Editora da UFRGS, 2016.

SANT'ANNA, Micheline Medeiros Santos. **Socioeducação: os sentidos das práticas educativas para adolescentes em conflito com a lei na UNEI – Pantanal.** 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2020.

SANTOS, Ana. Maria. **A importância da cidadania na socioeducação: Um caminho para a transformação social.** (2024).

SANTOS, Camila Beatriz Boaventura. **Da alegria à tristeza profunda: A execução das medidas socioeducativas em meio aberto nos discursos das educadoras.** Dissertação (Mestrado em Segurança Pública, Justiça e Cidadania) Universidade Federal da Bahia, 2012.

SANTOS, Sue. Ellen. **Potencialidades e desafios da socioeducação em um programa de execução de medidas socioeducativas em meio aberto.** 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Bandeirante Anhanguera, São Paulo, 2013.

SCHWARTZ, Yves. Manifesto por um ergoengajamento. Em: Bendassolli, Pedro; Soboll, Lis. Andréa. Pereira. (Org.). **Clínicas do Trabalho – novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade.** Editora Atlas: São Paulo, 2011.

SCOZ, Beatriz. **Produção de sentidos, ensino e aprendizagem.** Ferencivista de Psicopedagogia, São Paulo, v. 24, n. 74, p. 126-127, 2007.

SILVA, Mariana Lopes da. **A Cultura na Socioeducação: Reflexões Críticas e Perspectivas Transformadoras.** Revista Educação e Transformação Social, vol. 12, nº. 3, 2024.

SILVA, Maria Oliveira. **O Direito na Socioeducação: Um Olhar Crítico e Construtivo.** Revista Brasileira de Justiça e Cidadania, vol. 12, n. 3, 2024.

SOUZA, Eloísio Monlin; BIANCO, Maria Fátima. Subvertendo o desejo no teatro das organizações: problematizações contemporâneas sobre o desejo e a expansão da vida nas relações de trabalho. **Cad. EBAPE.BR** [online] vol.9, n.2, p. 394-411, 2011.

SOUZA, Eloísio. Monlin; CARRIERI, Alexandre. Pádua. A analítica queer e seu rompimento com a concepção binária de gênero. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie** [online]. vol.11, n.3, p.46-70, 2010.

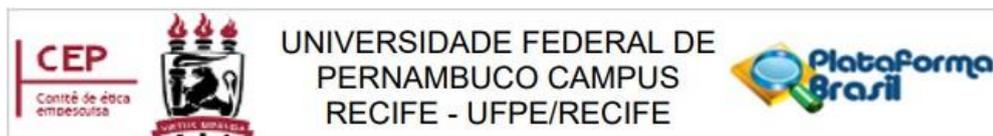
SOUZA, Solange Jobim. **Linguagem, consciência e ideologia:** Conversas com Bakhtin e Vygotsky. In: OLIVEIRA, Zilma de M. R. de (org.). A criança e seu desenvolvimento: perspectivas para se discutir a Educação Infantil. São Paulo: Cortez, 1995, pp. 11-29.

SPINK, Mary Jane. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano:** aproximações teóricas e metodológicas. Rio de Janeiro: Biblioteca virtual de Ciências Humanas, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

TEDESCO, Silvia. Helena; SADE, Christian; CALIMAN, Luciana. Vieira. **A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer.** In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; TEDESCO, Silvia. Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum vol. 2. Porto Alegre: Sulina, 2014, p. 92-127.

VOLPI, Mário. **O adolescente e o ato infracional.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

Anexos



Continuação do Parecer: 6.008.411

PROJETO.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Protocolo Aprovado

Considerações Finais a critério do CEP:

As exigências foram atendidas e o protocolo está APROVADO, sendo liberado para o início da coleta de dados. Conforme as instruções do Sistema CEP/CONEP, ao término desta pesquisa, o pesquisador tem o dever e a responsabilidade de garantir uma devolutiva acessível e compreensível acerca dos resultados encontrados por meio da coleta de dados a todos os voluntários que participaram deste estudo, uma vez que esses indivíduos têm o direito de tomar conhecimento sobre a aplicabilidade e o desfecho da pesquisa da qual participaram.

Informamos que a aprovação definitiva do projeto só será dada após o envio da NOTIFICAÇÃO COM O RELATÓRIO FINAL da pesquisa. O pesquisador deverá fazer o download do modelo de Relatório Final disponível em www.ufpe.br/cep para enviá-lo via Notificação de Relatório Final, pela Plataforma Brasil. Após apreciação desse relatório, o CEP emitirá novo Parecer Consubstanciado definitivo pelo sistema Plataforma Brasil.

Informamos, ainda, que o (a) pesquisador (a) deve desenvolver a pesquisa conforme delineada neste protocolo aprovado. Eventuais modificações nesta pesquisa devem ser solicitadas através de EMENDA ao projeto, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_2056175.pdf	10/04/2023 12:15:20		Aceito
Outros	TALE_Lucio_Alves_Pedrosa.pdf	10/04/2023 12:13:35	LUCIO ALVES PEDROSA	Aceito
Outros	TCLE_EQUIPE_Lucio_Alves_Pedrosa.pdf	10/04/2023 12:13:08	LUCIO ALVES PEDROSA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Responsaveis_menores_Lucio_Alves_Pedrosa.pdf	10/04/2023 11:59:33	LUCIO ALVES PEDROSA	Aceito
Outros	CARTA_DE_RESPOSTA_AS_PENDENCIAS_Lucio_Alves_Pedrosa.pdf	10/04/2023 11:58:14	LUCIO ALVES PEDROSA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_COMITE_DE_ETICA_Lucio_Alves_Pedrosa.pdf	10/04/2023 11:56:39	LUCIO ALVES PEDROSA	Aceito

Endereço: Av. das Engenhasria, s/n, 1º andar, sala 4 - Prédio do Centro de Ciências da Saúde
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)2126-8588 **Fax:** (81)2126-3163 **E-mail:** cephumanos.ufpe@ufpe.br

Apêndices



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA**

Apêndice II - Roteiro de entrevista com os adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto no COMVIVA em 2024

PESQUISADOR:

DATA DA COLETA DE DADOS: ____/____/____

I. Informações referentes ao adolescente:

1) Nome Completo _____

2) Sexo:

() Feminino () Masculino

3) Data de Nascimento: ____/____/____

4) Idade: _____ anos

5) Etnia:

a) () Branca

b) () Negra

c) () Parda

d) () Indígena

6) Estado Civil:

a) () Solteiro(a)

b) () Casado (a)

c) () Mora junto

d) () Separado (a)

e) () Outros _____

7) O adolescente está frequentando regularmente a escola?

a) () Sim Em que série? Turno:

b) () Não Qual série parou? _____

Por quê? _____

8) O adolescente trabalha?

() Sim

() Não

9) Se NÃO, o adolescente já trabalhou?
 Sim Não

- 10) Se trabalha ou já trabalhou, qual motivo o levou a trabalhar?
- a) Sustento familiar
 - b) Necessidade pessoal
 - c) Estágio para menor aprendiz
 - d) Sustentar algum vício
 - e) Outros: _____

II. Informações acerca da estrutura familiar:

Se NÃO, o adolescente já trabalhou?

- 11) Com quem você mora?
- Mãe Pai
 - Irmão(s) Quantos: _____ Padrasto / Madrasta
 - Avó / Avô Tio / Tia
 - Pais Adotivos Companheira (o)
 - Outros: _____

III. Informações relativas sobre alguns acessos.

- Casa própria
- Saneamento Básico
- Espaço Urbano Espaço Rural Outro: _____
- TV e outros móveis em casa. Quais: _____
- Internet Celular
- Saúde Onde: _____
- Escola Praça
- Quadra de esportes Teatro
- Cinema Museu
- Lazer Outros: _____

IV. Informações referentes as medidas socioeducativas.

- Há quanto tempo está cumprido a medida socioeducativa no COMVIVA?
- O que você entende por Direitos, socioeducação e responsabilização?
- Qual a importância da medida socioeducativa em sua vida? E a condução nos espaços e suas realizações?
- Relate sobre a sua relação com a medida socioeducativa e a sua família?
- Comente sobre o trabalho realizado para as condições de saber/viver em nossa sociedade?
- Como você identifica a sociedade e como a sociedade e todos os espaços te identifica?
- Comente como você identifica a escola e suas relações e como a escola te identifica e te recebe?
- Como as mudanças contribuem positivamente ou não em sua vida?
- As aprendizagens contribuem para a construção de novos projetos em sua vida?
- Comente como protagonizar as suas futuras realizações pessoais?
- As suas experiências e vivências no cumprimento de medida socioeducativa, poderá trazer novos sentidos para sua vida?
- As experiências na educação, podem ser a mudança de vida?
- Como você se considera através das suas subjetividades e as relações sociais?
- O que você deseja ou pretende para a sua vida? Atualmente e no futuro? Você tem ou acredita em sonho? Qual profissão você desejaria?
- Como está a relação com a escola e as atividades desenvolvidas? O que te faz permanecer ou querer abandonar? O que acontece durante sua permanência? O que gosta ou te motiva?
- Para você a escola está contribuindo no seu cumprimento de medida socioeducativa? De que maneira?
- Comente se a educação ou outra situação, poderá transformar a história de sua vida?
- Depois que você finalizar a medida socioeducativa, possui algum plano para o futuro? Qual?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA**

**Apêndice I - Roteiro de entrevistas com o Equipe Multidisciplinar do
COMVIVA em 2024**

PESQUISADOR: _____

DATA DA COLETA DE DADOS: ____/____/____

I - Informações referentes ao profissional:

Nome: _____

Sexo: _____

Feminino Masculino

Idade: _____

Formação: _____

Quantos anos atua com Adolescentes na Liberdade Assistida: _____

Possui Pós-Graduação: _____

Sim Não

Qual? _____

Local de Trabalho: _____

Cargo/Função: _____

Ao longo do seu percurso de trabalho, você precisou realizar cursos ou algum outro tipo de formação para desempenha-lo? Se Sim, quais? _____

V. Informações referentes quanto ao sistema de responsabilização e medidas socioeducativas em Meio Aberto.

- Conte-nos como você caracteriza os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de Liberdade Assistida? Quem são?
- Como Potencializar os adolescentes através das suas subjetividades?
- As subjetividades características, são valorizadas ou determinantes dos adolescentes da LA?
- Conte-nos como o trabalho do COMVIVA, torna os adolescentes em cumprimento de MSE, como protagonistas de suas próprias histórias?
- Existem fatores específicos ou recorrentes que levam os adolescentes a estarem nas

MSE?

- Como são conduzidos possíveis caminhos no processo de transformação dos adolescentes em MSE?
- Como as subjetividades podem ser trabalhadas para mudança social?
- Como a escola pode produzir ou despertar as subjetividades dos adolescentes que estão em MSE?
- Como é realizado o trabalho, para questões do saber/viver em nossa sociedade?
- Como despertar nos adolescentes que estão cumprimento de MSE, para compreensão dos seus direitos e possibilidade de sua condição humana?
- Conforme os acompanhamentos, quais os envolvimento dos adolescentes com a escola?
- Os envolvimento dos adolescentes nas MSE, direcionam para as questões de sociabilidade?
- Quais os direitos negados aos adolescentes que estão em MSE? E como agir conforme as legalidades normativas?
- Como é realizado o trabalho de protagonismo dos adolescentes, não apenas para nomear um direito, mas, para pensar sobre ele, a partir de exemplos da vida na prática?
- Como abordar as mudanças de maneira micro e suas particularidades, contribuindo para as mudanças macro e suas potencialidades?
- Relate sobre a falta de políticas públicas e suas relações com os números de adolescentes envolvidos em atos infracionais.
- Você considera que a educação é um direito possível de transformação? Comente.
- Em sua concepção e acompanhamento, como considera as escolas que estão com estudantes em cumprimento de MSE? Elas contribuem no processo socioeducativo?
- Como a educação ou uma proposta pedagógica, pode transformar a história de vida dos adolescentes em MSE?
- Existem fatores externos e quais? Que auxiliam ou dificultam as propostas pedagógicas desenvolvidas pelo COMVIVA?
- O trabalho em rede com outros órgãos como funciona? A disponibilidade e as ações em conjunto, contribuem para o processo socioeducativo?
- Relate como a educação e suas propostas pedagógicas, podem potencializar as subjetividades e evitar que adolescentes cometam atos infracionais ou continuem cometendo?
- Quais os principais problemas, desafios e dificuldades? E em contrapartida quais as potencialidades e perspectivas do trabalho com adolescentes que estão cumprindo MSE?